

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 4º TRIMESTRE 2014

Fevereiro de 2015

SUMÁRIO

1. Apresentação	3
1.1. Critérios para análise do desempenho estratégico.....	3
2. Análise do desempenho estratégico	5
2.1. Visão geral do desempenho estratégico	9
2.2. Visão geral do desempenho dos indicadores	10
2.3. Visão geral do desempenho das iniciativas estratégicas.....	12
2.4. Análise detalhada do desempenho estratégico no quarto trimestre de 2014.....	16
3. Conclusão	16

1. Apresentação

O Relatório de Análise da Estratégia apresenta o desempenho dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional, e tem por finalidade subsidiar a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), fornecendo insumos para garantir sua máxima produtividade.

A Reunião de Análise da Estratégia (RAE) visa a garantir o acompanhamento e a gestão da estratégia de médio e longo prazos, por meio da avaliação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas constantes do Plano Estratégico Institucional. Além de assegurar investimento de tempo no diálogo estratégico, a RAE favorece a análise sistêmica do desempenho institucional, oportuniza discussões sobre os cenários interno e externo e como eles afetam a estratégia, promove o alinhamento de entendimentos acerca da estratégia e orienta a tomada de decisões.

As reuniões fornecem dados e fatos que asseguram uma gestão objetiva da estratégia, não sendo aconselhável conduzir a discussão para assuntos estritamente operacionais. A partir do aprendizado gerado pelas RAEs é que a estratégia pode ser questionada e, eventualmente, atualizada ou revista, a partir de um novo ciclo de formulação.

1.1. Critérios para análise do desempenho estratégico

A fim de sistematizar a análise do desempenho estratégico, este Tribunal, pautado na metodologia do BSC – Balanced Scorecard, adotou os critérios a seguir apresentados para avaliação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

A análise de desempenho dos objetivos decorre da avaliação dos indicadores a eles relacionados. Cada indicador é “sinalizado” de acordo com o índice de alcance da respectiva meta, conforme os intervalos apresentados no quadro abaixo, devendo ser considerada a polaridade do indicador, isto é, “quanto maior, melhor” (quanto maior o resultado alcançado, melhor o desempenho) ou “quanto menor, melhor” (quanto menor o resultado alcançado, melhor o desempenho).

Observa-se, contudo, que após a revisão do Plano Estratégico, em 2012, deliberou-se pela modificação da margem de desempenho considerada razoável para avaliação da meta, passando de 5% para 10%.

Polaridade - Maior Melhor



Polaridade - Menor Melhor



Indicador não disponível no momento



Indicador sem medição para o período

Os “sinais” coloridos são recursos visuais que servem para representar a criticidade e o nível de atenção a ser dispensado aos indicadores e aos objetivos. A cor verde indica desempenho satisfatório. A cor amarela indica necessidade de atenção. A vermelha, a necessidade de ações corretivas e nível de atenção ainda maior.

Além dessas “sinalizações”, o indicador pode receber a cor preta, indicativo de que não está operacional porque não está sendo mensurado ou não tem meta definida, ou a cor cinza, que indica que não há medição para o período, isto é, o histórico de mensuração ainda não foi iniciado.

A média das pontuações obtidas do conjunto de indicadores de cada objetivo determinará a situação do objetivo estratégico, conforme quadro abaixo:

Critério dos Sinais de Desempenho dos Objetivos		
Pontuação dos Indicadores	Média dos Pontos	
	Resultado	Situação do Objetivo
 3 pontos		
 2 pontos	0 – 1,50	
 1 ponto	1,51 – 2,50	
 0 ponto		
 Indicador não pontua	2,51 – 3,00	

As iniciativas estratégicas serão analisadas com base nos prazos de execução estabelecidos nos respectivos Planos Gerais de Projeto ou, na ausência daqueles, nos Termos de Abertura de Projeto, conforme sinalizadores apresentados no quadro abaixo. Busca-se, dessa forma, facilitar a análise do andamento das iniciativas estratégicas e auxiliar a tomada de decisão em relação ao eventual realinhamento dessas iniciativas.

Critério de Desempenho das Iniciativas em relação ao Prazo (Planejado X Realizado)	
	Iniciativa em andamento, sem pontos de atenção ou riscos identificados não ocorridos
	Iniciativa com ponto de atenção ou pendência
	Iniciativa com problemas (riscos ocorridos)
	Iniciativa não iniciada
	Iniciativa concluída
	Iniciativa descontinuada

2. Análise do desempenho estratégico

Esta seção apresenta a análise do desempenho dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

A minuciosa avaliação das informações aqui apresentadas deve induzir à reflexão sobre a importância do monitoramento contínuo dos elementos do BSC e da vinculação entre a estratégia e o processo operacional como propulsores do aprendizado e do desenvolvimento institucional.

O presente relatório apresenta o resultado do desempenho estratégico do TRE-RJ no quarto trimestre de 2014 e, por se tratar do último período de avaliação do ano, a contextualização do desempenho do exercício como um todo.

Ressalte-se que apenas o indicador “*Prestações de contas julgadas no prazo*” não foi objeto de análise neste período, uma vez que é mensurado bianualmente, em agosto dos anos não eleitorais. No entanto, a análise realizada em 2013, correspondente às eleições de 2012, compõe este relatório.

Segue o quadro consolidado das periodicidades dos indicadores, segmentados por objetivo estratégico:

Objetivo	Indicadores	Periodicidade de medição
Prestar serviços de excelência	PSE 01 – Índice de satisfação do cliente externo	Trimestral
	PSE 02 – Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria	Trimestral
	PSE 03 – Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria	Trimestral
Garantir a agilidade dos feitos eleitorais	EO 01 – Taxa de congestionamento de feitos judiciais (1º grau)	Trimestral
	EO 02 – Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau)	Trimestral
	EO 03 – Taxa de congestionamento de feitos administrativos (1º grau)	Trimestral
	EO 04 – Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais (1º grau)	Trimestral
	EO 05 – Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (2º grau)	Trimestral
	EO 06 – Índice de agilidade no julgamento de feitos administrativos (1º grau)	Trimestral
	EO 07 – Prestações de contas julgadas no prazo	Bienal, em agosto dos anos não eleitorais
Garantir a agilidade dos processos administrativos	EO 08 – Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Semestral
Buscar a excelência na gestão de custos operacionais	EO 09 – Custo de manutenção da estrutura	Semestral
Aprimorar o processo eleitoral	EO 10 – Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições	Bienal, em dezembro dos anos eleitorais
	EO 11 – Percentual de eleitores com cadastro biométrico	Anualmente, em janeiro
	EO 12 – Percentual de mesários voluntários	Bienal, em dezembro dos anos eleitorais
Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral	ACE 01 – Índice de acesso à Justiça	Trimestral
	ACE 02 – Índice de atendimento às demandas de ações de acesso	Trimestral

Promover a responsabilidade ambiental	RSA 01 – Índice de desempenho ambiental	Semestral
Fomentar o exercício da cidadania	RSA 02 – Número de pessoas alcançadas pelos projetos sociais	Semestral
Aprimorar a comunicação com os públicos externos	AI 01 – Índice de satisfação dos usuários da internet	Trimestral
	AI 02 – Índice de inserções positivas na mídia	Mensal
	AI 03 – Disponibilização das sentenças na internet pelas Zonas Eleitorais	Mensal
Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições	AI 04 – Número de parcerias estratégicas	Semestral
Desenvolver a gestão orientada a resultados	AE 01 – Índice de alcance das metas estratégicas	Anual, em janeiro
	AE 02 – Índice de desdobramento da estratégia	Semestral
	AE 03 – Número de reuniões de análise da estratégia	Trimestral
Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais	GP 01 – Índice de aderência ao PAC	Quadrimestral
	GP 02 – Índice de execução do PAC	Quadrimestral
	GP 03 – Índice de adequação às competências organizacionais	Semestral
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia	GP 04 – Clima organizacional	Bienal, em anos não eleitorais
	GP 05 – Índice de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo	Mensal
	GP 06 – Índice de participação de magistrados	Semestral
Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ	IT 01 – Índice de adequação das instalações físicas	Anual, em dezembro
	IT 02 – Índice de adequação dos materiais permanentes	Anual, em janeiro
	IT 03 – Índice de instalações acessíveis	Anual, em dezembro
Garantir a	IT 04 – Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC	Mensal

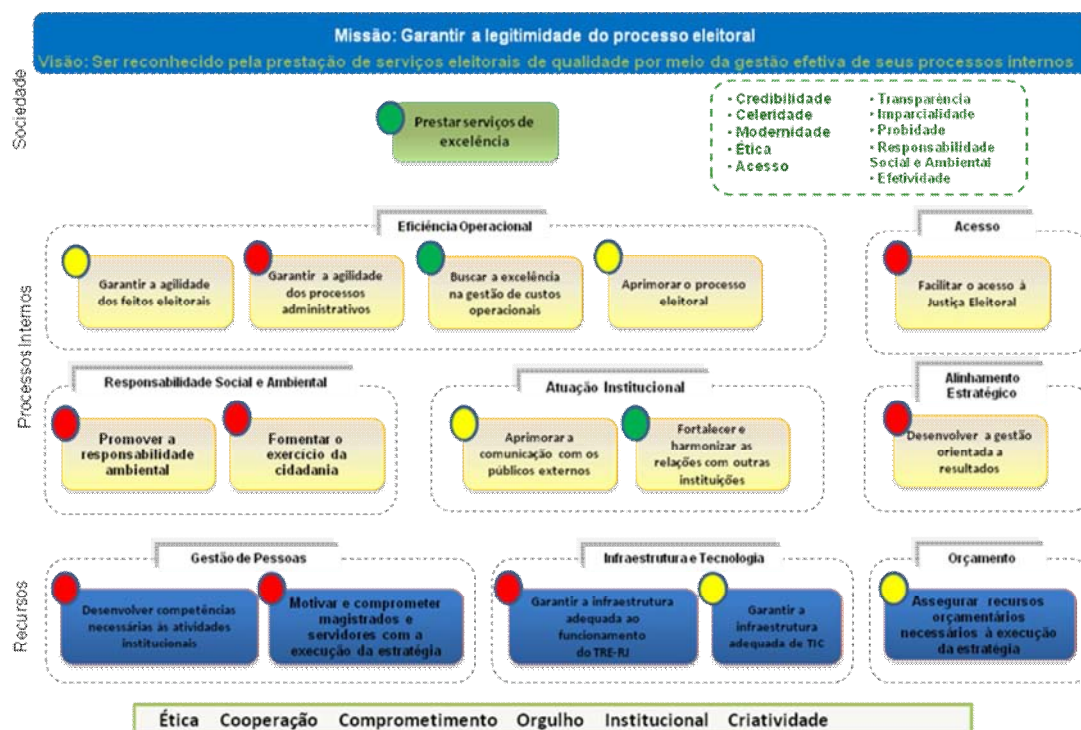
infraestrutura de TIC	IT 05 – Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ	Anualmente, quando da avaliação de porte dos tribunais realizada pelo CNJ
Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia	ORÇ 01 – Execução orçamentária	Anual, em janeiro
	ORÇ 02 – Índice de execução financeira	Trimestral
	ORÇ 03 – Índice de execução do orçamento estratégico	Anual, em janeiro

Não foram realizadas pelos respectivos responsáveis as análises dos seguintes objetivos estratégicos:

- Prestar serviços de excelência;
- Garantir a agilidade dos processos administrativos;
- Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições;
- Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais;
- Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia;
- Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ.

2.1. Visão geral do desempenho estratégico

O mapa estratégico do TRE-RJ apresentou a seguinte configuração ao final do exercício de 2014:



Considerando o quadro abaixo, que indica o número de objetivos, por período, de acordo com as respectivas “sinalizações”, depreende-se a piora do desempenho estratégico do TRE-RJ em relação ao exercício de 2013.

Tabela 1: Desempenho dos objetivos

1º sem/2013	4	3	9
3º trim/2013	2	5	9
4º trim/2013	4	5	7
1º trim/2014	4	5	7
2º trim/2014	3	3	10
3º trim/2014	2	4	10
4º trim/2014	3	5	8

Gráfico 1: Desempenho dos objetivos



2.2. Visão geral do desempenho dos indicadores

No que se refere à operacionalização dos indicadores estratégicos, observa-se que 4 (quatro) não foram mensurados, recebendo a sinalização “preta”, demonstrando melhora em relação ao trimestre anterior, em que 8 (oito) restaram sem medição.

A não operacionalização dos indicadores neste trimestre deve-se à inconclusão de projetos estratégicos necessários à mensuração.

Os indicadores “*Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições*” e “*Percentual de mesários voluntários*” tornaram-se operacionais, uma vez que atingiram a periodicidade própria para a mensuração.

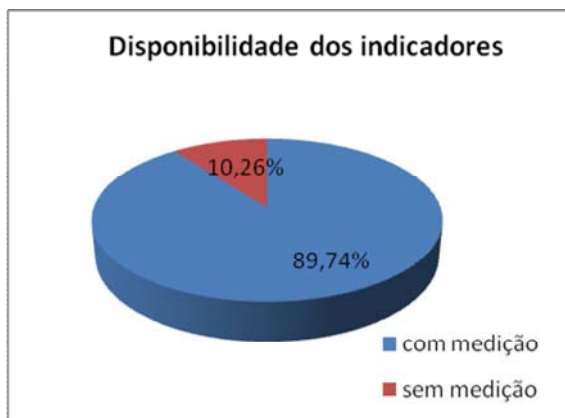
Os indicadores “*Índice de adequação às competências organizacionais*”, “*Índice de cartórios eleitorais participantes do Espaço Colaborativo*” e “*Índice de adequação das instalações físicas*” permanecem sem medição, pois dependem da implementação de projetos que viabilizem as respectivas operacionalizações, recebendo, portanto, a sinalização “preta”.

O indicador “*Índice de instalações acessíveis*”, que fora medido em períodos anteriores, foi reavaliado pela unidade competente pela medição, que concluiu pela impossibilidade de fazê-lo considerando, conforme se extrai da respectiva análise: “*A falta de recursos humanos suficiente para coleta de dados em tempo hábil, aliada à inexistência de uma ferramenta para tratar estatisticamente os dados coletados inviabilizam a medição deste indicador. As coletas realizadas não foram suficientes para se obter fidedignidade na*

pontuação exigida para classificação dos imóveis". Desta forma, passou a receber a sinalização "preta".

Não houve ocorrências, neste período, de indicadores sem análise.

Gráfico 2: Disponibilidade dos indicadores

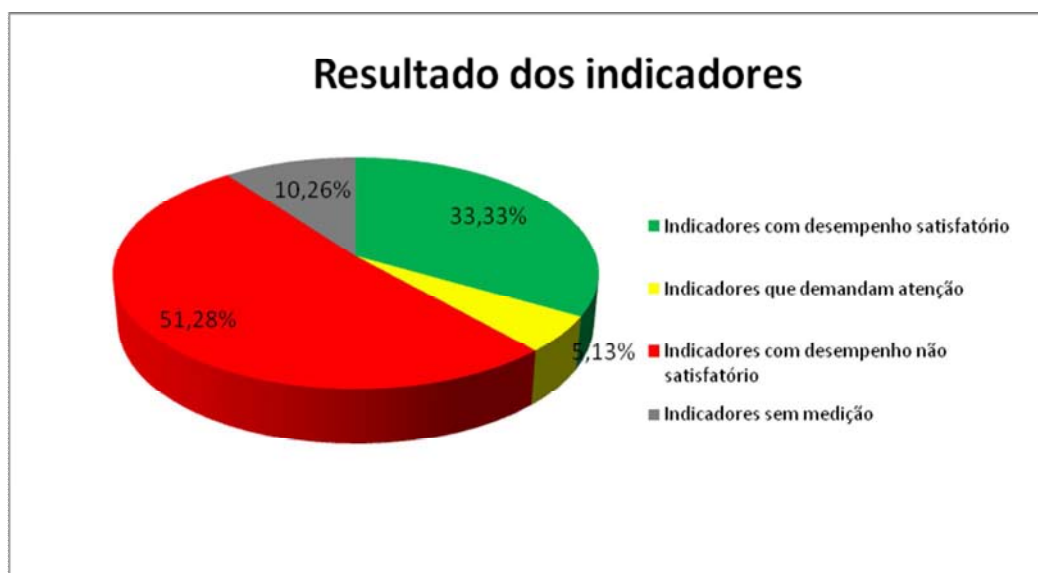


Dos 40 indicadores que integram o plano estratégico, apenas 39 são computados, uma vez que o indicador "*Índice de alcance de metas estratégicas*" não é incluído no cálculo de percentual de metas alcançadas. Observa-se que 13 (treze) indicadores tiveram desempenho dentro do limite desejável no quarto trimestre de 2014 (sinalização "verde"), isto é, suas metas foram atingidas ou apresentaram desempenho dentro do limite de comportamento desejável, o que corresponde a 33,33% do total de indicadores mensurados (operacionais ou não); 20 (vinte) apresentaram desempenho insatisfatório (sinalização "vermelha"), o que corresponde a 51,28%; e, 2 (dois) indicadores demandam atenção (sinalização "amarela"), o que corresponde a 5,13%. Os outros 4 (quatro) indicadores, conforme apontado anteriormente, não foram mensurados, correspondendo a 10,26%. Assim, em linhas gerais, demonstra-se mais uma vez a involução no desempenho estratégico do TRE-RJ em relação ao exercício de 2013, haja vista a tabela abaixo:

Tabela 2: Desempenho dos indicadores

INDICADORES					
4º trimestre/2013	17	1	16	2	3
1º trimestre/2014	16	2	17	2	2
2º trimestre/2014	12	2	19	2	4
3º trimestre/2014	12	1	18	2	6
4º trimestre/2014	13	2	20	0	4

Gráfico 3: Resultados dos indicadores



2.3. Visão geral do desempenho das iniciativas estratégicas

O TRE-RJ tem atualmente 32 (trinta e dois) projetos em seu portfólio estratégico, considerando que dos 42 (quarenta e dois) projetos inicialmente elencados, 1 (um) foi descontinuado (“Programa TRE Cidadão”) e 9 (nove) encontram-se concluídos, a saber: **a)** “Ampliação da Carta de Serviços do TRE-RJ”, concluído em 2013; **b)** “Programa Qualidade

de Vida no Trabalho – QVT”, concluído em 2013; **c)** *“Gestão do Clima Organizacional”*, concluído no primeiro semestre de 2014; **d)** *“Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício”*, concluído no primeiro semestre de 2014; **e)** *“Otimização do Sistema PIE – Plano Integrado das Eleições”*, concluído no primeiro semestre de 2014; **f)** *“Planejamento das Eleições 2014”*, concluído no primeiro semestre de 2014; **g)** *“Revisão da Agenda Ambiental”*, concluído no primeiro semestre de 2014”; **h)** *“EAD – Ensino a Distância”*, concluído no terceiro trimestre de 2014; **i)** *“Sistema de Pesquisa de Satisfação”*, concluído no quarto trimestre de 2014.

Destaca-se que, conforme informado nos relatórios anteriores, resta pendente a entrega dos Termos de Encerramento (TEP) dos projetos Otimização do Sistema PIE e Planejamento das Eleições 2014, embora os mesmos já estejam concluídos e com seus produtos entregues.

Observa-se involução no andamento dos projetos estratégicos, haja vista a significativa redução do quantitativo de projetos com andamento dentro do previsto e o aumento do número de projetos com alguma espécie de problema.

Durante a Reunião de Apresentação do Relatório de Desempenho do Planejamento do TRE-RJ, referente ao 2º trimestre de 2014 (1º semestre consolidado), realizada em 5 de setembro de 2014 (Pré-RAE), deliberou-se pela realização de reunião específica para tratar do realinhamento do portfólio de projetos estratégicos do TRE-RJ, após a realização da RAE subsequente. A RAE foi realizada no dia 28 de novembro de 2014, no entanto, até a data de conclusão deste relatório, não havia sido realizada nenhuma reunião cuja pauta contemplasse a carteira de projetos estratégicos do Tribunal. A sistematização dessas reuniões mostra-se bastante saudável, na medida em que oportunizará maior foco na solução das pendências dos projetos e eficiência em sua execução, evitando-se, assim, atrasos e desperdícios, além de assegurar a efetividade dos objetivos estratégicos aos quais estão relacionados. Estima-se, ainda, que tais reuniões favoreçam o processo de execução e planejamento orçamentário das ações estratégicas.

Tabela 3: Status dos Projetos

Status	Situação em março de 2014	Situação em junho de 2014	Situação em outubro de 2014	Situação em dezembro de 2015
Iniciativas concluídas	2	7	8	9
Iniciativas não iniciadas	4	7	7	7
Iniciativas em andamento sem pontos de atenção	10	6	5	1
Iniciativas iniciadas, com ponto de atenção ou pendência	14	7	8	9
Iniciativas iniciadas com problemas	12	14	13	15
Iniciativas descontinuadas	0	1	1	1

É importante reiterar a necessidade de capacitar os servidores da equipe da Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão em Gerenciamento de Portfólio de Projetos e em noções de gestão orçamentária, visando otimizar os procedimentos relacionados à gestão da carteira de projetos do Tribunal.

Gráfico 4: Situação dos Projetos

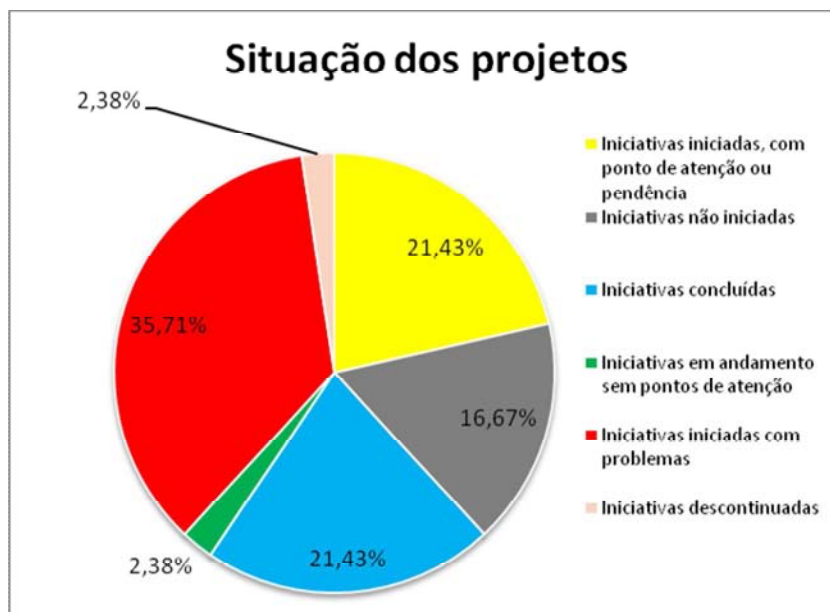


Tabela 4: Status dos Projetos

Atualizado 13/01/2015		
Nome do projeto	Gerente	
		P
Ampliação da Carta de Serviços do TRE-RJ	Cláudia Foffano de Souza	
Banco de Boas Práticas	Diego Guedes	
Cadastramento Biométrico de Eleitores	Cláudia Foffano de Souza	
Central de Serviços de TI	Fabiano Barbosa	
Comitê Gestor do Portal	Alberto Carmo de Araújo	
Desdobramento da Estratégia nas Unidades do TRE/RJ	Soraya Previtali	
Desenvolvimento e implementação da Política de comunicação do TRE-RJ	Maurício da Silva Duarte	
Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais	José Álvaro Manhães Wagner	
EAD - Ensino a Distância	Jason Marcelino	
Espaço Colaborativo	Tatiana Kagohara	
Exposição "Dez Mitos sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro"	Mauricio Renault de Barros Correia	
Gestão Documental	Luciana Siqueira de Carvalho	
Georreferenciamento	Flávia Daniel	
Gestão do Clima Organizacional	Daniela Martins	
Gestão por Competência	Marcos Guerrero	
Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações	Moema Munck	
Guia de Pedidos de contratação de serviços e aquisição de materiais	Luciana de B. Magalhães Gomes Abduche	
Justiça Eleitoral Itinerante	Gisele Goneli	
Memória Oral	Maurício da Silva Duarte	
Mesário Voluntário 2014	Fernanda Lauria	
Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ	Tatiana de Freitas Kagohara	
Modernização do Data Center	Janeth Soares	
Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício	Danielle Cunha	
Otimização do Sistema PIE - Plano Integrado das Eleições	Janete Rodrigues	
Padronização de registro de feitos eleitorais no SADP	Elizabete de Albuquerque Oliveira Cirufo	
Planejamento das Eleições 2014	Ligia Monteiro	
Plano Diretor de Comunicação do TRE-RJ	Luciana Souza Batista	
Programa Eleitor do Futuro 2013-2014	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
Programa Qualidade de Vida no Trabalho - QVT	Ayda Elisa Bruce Calabria	
Programa Segurança da Informação	Luciana Siqueira de Carvalho	
Programa TRE Cidadão	Bruno Moreira Lima	
Programa TRE vai à Escola	Helena Maria Barbosa da Silva	
Racionalização dos Custos de Manutenção	Luiz Carlos Fernandes Freire	
Reconhecimento do Trabalho voluntário em ações de cidadania	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
Revisão da Agenda Ambiental	Maria Imaculada Machado do Carmo	
Sistema de Acompanhamento da Execução		
Sistema de Gestão da Estratégia	Soraya Previtali	
Sistema de Gestão de Compras	Carla Monteiro	
Sistema de Pesquisa de Satisfação	Andrea Bessler	
Sistematização do Controle de Parcerias	Fúlvio da Fonseca Coelho	
Sistematização do Programa TRE vai à Escola	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
TV Corporativa	Leandro Quarti Lamarão	

Iniciativas em andamento sem pontos de atenção
Iniciativas iniciadas, com ponto de atenção ou pendência
Iniciativas iniciadas com problemas
Iniciativas não iniciadas
Iniciativas concluídas
Iniciativas descontinuadas

2.4. Análise detalhada do desempenho estratégico no quarto trimestre de 2014

As páginas que seguem apresentam as análises de desempenho dos objetivos estratégicos e respectivos indicadores, ordenados por perspectiva e tema, em relação ao quarto trimestre de 2014.

Cumprе destacar que, no período objeto de análise deste Relatório, algumas unidades responsáveis por análise de objetivos deixaram de fazê-lo, conforme informado no item 2 deste Relatório. Reitera-se que as avaliações quantitativas apresentadas nos itens anteriores devem ser complementadas por análises qualitativas sobre os indicadores e objetivos, como forma de garantir uma análise mais consistente sobre o desempenho estratégico do Tribunal.

3. Conclusão

No dia 28 de novembro de 2014, foi realizada a II Reunião de Análise da Estratégia, cuja pauta, baseada no desempenho do 1º semestre de 2014, contemplou o feedback dos planos de ação gerados na I RAE de 2014 (relativa ao exercício de 2013), realizada no dia 27 de maio de 2014 (Prot. nº 26.442/2014), bem como a proposição e aprovação de planos de ação discutidos na Reunião de Apresentação do Relatório de Desempenho do Planejamento do TRE-RJ (Pré-RAE), referente ao 2º trimestre de 2014 (1º semestre consolidado), realizada em 5 de setembro de 2014 (Prot. nº 123.679/2014). Referidos planos de ação têm por objetivo a melhoria do desempenho estratégico do TRE-RJ, com base nas análises de indicadores e objetivos.

Na II RAE foram observadas as seguintes ocorrências, conforme ata disponível no Portal da Estratégia: a) alguns formulários de acompanhamento de planos de ação gerados na I RAE não foram apresentados, sendo a exposição realizada pelos respectivos responsáveis durante a reunião; b) alguns planos de ação gerados na I RAE não foram concluídos a termo ou apresentaram problemas em sua execução, sendo necessária a continuidade de seu monitoramento; c) dos oito planos de ação definidos na pré-RAE realizada em 5 de setembro de 2014, apenas dois foram apresentados durante a II RAE, em 28/11/2014, restando pendentes as respectivas apresentações para a próxima RAE a ser agendada.

A situação apresentada demonstra a necessidade de maior apropriação dos indicadores, objetivos e planos de ação pelos respectivos responsáveis. Além disso, a

descontinuidade do processo de monitoramento dos planos de ação pelo Comitê Gestor da Estratégia pode ser um dos fatores de impacto negativo no desempenho dos resultados estratégicos, além de vulnerabilizar o processo de melhoria contínua, proposta fundamental da execução da estratégia.

Faz-se necessário, portanto, avaliar a eficácia dos planos já em execução e as expectativas de impacto daqueles em construção, anteriormente à deliberação de novos planos de ação, como forma de assegurar um melhor direcionamento das atividades a eles relacionadas e evitar retrabalho e desperdício de recursos.

Na I RAE de 2014, foram aprovados planos de ação dirigidos à melhoria dos objetivos estratégicos a seguir relacionados, cuja apresentação de monitoramento ocorreu na II RAE, em 28/11/2014, concluindo-se pelos status que seguem:

- Aprimorar o processo eleitoral:
 1. *“Criação de lista ordenada de municípios para a realização de revisões de eleitorado com recadastramento biométrico dos eleitores” – **concluído***
 2. *“Planejamento das atividades operacionais e logísticas relacionadas ao recadastramento biométrico de eleitores – definição dos procedimentos gerais necessários à realização das ações de cadastramento/recadastramento biométrico de eleitores, considerando as atividades a serem executadas, prazos demandados e responsáveis pela execução” – **continuidade de monitoramento***
- Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais:
 3. *“Melhorar a comunicação às unidades sobre o PAC aprovado, especialmente das necessidades de cada unidade contemplada no plano, acompanhada de calendário dos treinamentos já disponíveis” – **descontinuado***
- Promover a responsabilidade ambiental:
 4. *“Implementação de controle de consumo de água e energia elétrica por unidade com análise dos resultados obtidos, visando identificar possíveis distorções de consumo para adoção de medidas corretivas” – **concluído***
 5. *“Implementação de controle de consumo de papel e copos descartáveis por unidade com análise dos resultados obtidos, visando identificar possíveis distorções de consumo para adoção de medidas corretivas” – **concluído***

- Desenvolver a gestão orientada a resultados:
 6. *“Redefinição das unidades responsáveis pela coleta de dados e pela análise de indicadores e objetivos estratégicos; desenvolvimento de Sistema de Gestão da Estratégia, inserido no Plano Estratégico do TRE-RJ; e, elaboração de cronograma de atividades para realização de RAEs” – **continuidade de monitoramento***
- Garantir a agilidade dos feitos eleitorais:
 7. *“Sistematização do monitoramento mensal de feitos” – **continuidade de monitoramento***
 8. *“Estudo de relatórios atualmente utilizados para fornecimento dos dados para alimentação dos indicadores Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau), a fim de identificar as discrepâncias já verificadas e promover eventuais alterações necessárias para coleta de dados mais confiáveis” – **continuidade de monitoramento***
- Prestar serviços de excelência:
 9. *“Realizar estudo de viabilidade para ampliação/otimização dos canais de comunicação com o público externo” – **continuidade de monitoramento***
- Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral:
 10. *“Elaborar estudo para apresentação de proposta de ações de acesso em um ou mais municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral, para execução em 2014” - **descontinuado***

Na Reunião de Apresentação de Desempenho do Planejamento do TRE-RJ referente ao 2º trimestre (1º semestre consolidado) de 2014 (Pré-RAE), foi identificada a necessidade de desenvolvimento de planos de ação relacionados aos objetivos estratégicos a seguir relacionados. No entanto, apenas dois planos de ação foram apresentados, deliberando o Comitê Gestor da Estratégia como segue:

- Aprimorar o processo eleitoral:
 1. Não foi apresentado plano de ação relativo à sistematização da gestão do planejamento eleitoral e do processo de avaliação das eleições, deliberando-se pela apresentação e avaliação do plano na próxima RAE.

- Aprimorar a comunicação com os públicos externos:
 2. Plano de ação apresentado: “Sistematização dos procedimentos de coleta e monitoramento das informações relativas à disponibilização de sentenças na Internet pelas zonas eleitorais (revisão da ficha do indicador, utilização do SADP para extração dos relatórios de publicação de sentenças e estabelecimento de sistemática de monitoramento da publicação de sentenças pelos cartórios eleitorais); Sistematização dos procedimentos que promovam um melhor desempenho do indicador” – **continuidade de monitoramento**
- Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia:
 3. Não foi apresentado plano de ação relativo à garantia da efetiva gestão do clima organizacional e a melhoria do desempenho das dimensões que apresentaram menor satisfação na pesquisa aplicada em 2013, deliberando-se pela apresentação e avaliação do plano na próxima RAE.
- Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ:
 4. Não foi apresentado plano de ação relativo às medidas a serem adotadas para viabilizar a mensuração do indicador “Índice de adequação das instalações físicas”, deliberando-se pela apresentação e avaliação do plano na próxima RAE.
- Garantir a infraestrutura adequada de TIC:
 5. Não foi apresentado plano de ação relativo às medidas a serem implementadas, de forma prioritária, para o atingimento das diretrizes estabelecidas na Resolução nº 90, do Conselho Nacional de Justiça, deliberando-se pela apresentação e avaliação do plano na próxima RAE.
- Garantir a agilidade dos feitos eleitorais:
 6. Deliberou-se pela apresentação de plano de ação, a ser elaborado em conjunto pela CRE, EJE e SGP, visando identificar as atividades necessárias para que os temas relacionados ao processo eleitoral sejam disseminados no âmbito interno, cuja apresentação deve ocorrer na próxima RAE.
- Prestar serviços de excelência:
 7. Não foi apresentado plano de ação relativo às medidas a serem implementadas para que os resultados da pesquisa de satisfação do cliente externo sejam trabalhados para gerar ações de melhoria, com especial

ênfase pela Secretaria de Administração no que tange à infraestrutura, e de que forma deve ser dado feedback aos cartórios eleitorais sobre o aproveitamento dos resultados apurados para a implementação de ações de melhoria, deliberando-se pela apresentação e avaliação do plano na próxima RAE.

- Fomentar o exercício da cidadania:

8. Plano de ação apresentado visando: “Incentivo à participação voluntária de servidores e magistrados nas iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania; incremento da divulgação das iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania para o público externo” – **continuidade de monitoramento.**

Vale ressaltar que a vigência do Plano Estratégico do TRE-RJ expirou em 31 de dezembro de 2014 e que, no processo que versa sobre a prorrogação da vigência do referido plano, Prot. nº 251.328/2014, determinou o Exmo. Sr. Desembargador Bernardo Garcez, Presidente, em 17/12/2014: *“Tendo em vista a aprovação na data de hoje da Resolução nº 914/2014, cuja matéria guarda estreita relação com o planejamento estratégico deste Tribunal, suspendo o processo por 120 (cento e vinte) dias”.*

Assim, considerando que os insumos deste Relatório, que agrega as informações do desempenho estratégico do TRE-RJ no exercício de 2014, poderão subsidiar a revisão do Planejamento Estratégico, sem prejuízo da reavaliação dos planos de ação acima elencados, sugere-se que a pauta da próxima RAE que, consoante os prazos estabelecidos pelo Ato nº 391/2012 deverá ocorrer no corrente mês de fevereiro, contemple o monitoramento dos planos de ação em execução e a apresentação e avaliação dos planos de ação pendentes, assim como as diretrizes relacionadas à revisão do plano estratégico deste Tribunal.

ANEXO I

ANÁLISE DOS OBJETIVOS

E

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Missão

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

Ser reconhecido pela prestação de serviços eleitorais de qualidade por meio da gestão efetiva de seus processos internos

Perspectiva da Sociedade

Perspectiva: Sociedade

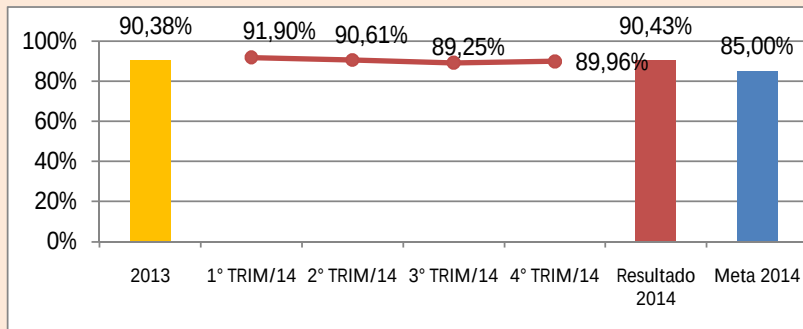
Objetivo Estratégico:

Prestar serviços de excelência

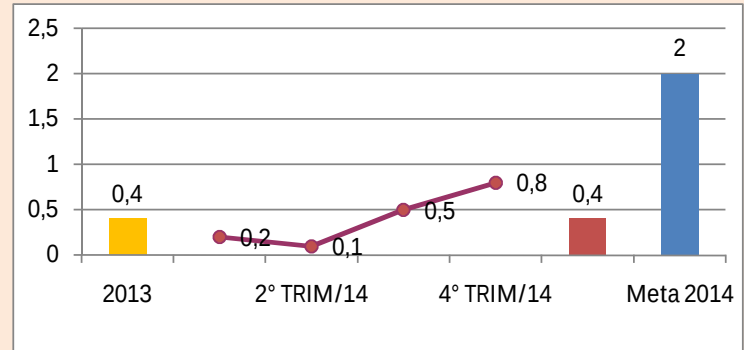
Monitoramento de Objetivo Estratégico

Objetivo: Prestar serviços de excelência

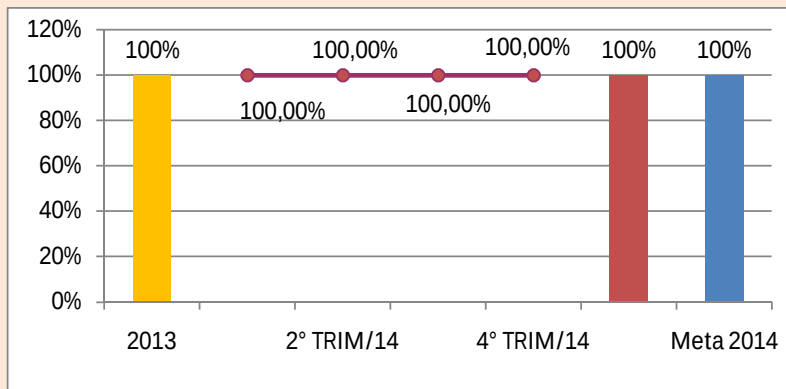
PSE 01 - Índice de satisfação do cliente externo



PSE 03 - Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria



PSE 02 - Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria



Projetos Estratégicos

Sistema de Pesquisa de Satisfação



Objetivo: Prestar serviços de excelência

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		PSE 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO	
Análise de desempenho (4º trimestre): Os resultados dos ano foram bastante satisfatórios. Sendo o do último trimestre, ligeiramente superior ao do trimestre passado. O resultado global do ano além de superar a meta em muito, também ficou ligieramente superior ao do ano de 2013, cuja pesquisa aplicada foi identica a aplicada em 2014. Apesar do bom resultado medido, cabe observar que, reiteradamente, o público dos cartórios vem apontando para a necessidade da melhoria de infraestrutura, sendo necessária a implementação de ações de forma sistemática. A não realização dessas ações pode ter como consequência o total descrédito por parte das unidades que aplicam a pesquisa. Esse fato foi observado na pesquisa aplicada no segundo trimestre de 2014, 12 dos 54 cartórios enviaram quantidade inferior a 30% do quantitativo de formulários necessários à formação da amostra, e dois cartórios não enviaram nenhum formulário válido. Buscando evitar a repetição dessa situação, a Comissão de Pesquisa de Satisfação notificou tais cartórios e o resultado de tal ação foi bastante positivo. Na última pesquisa todos os cartórios enviaram os formulários. Não se pode perder de vista, contudo, que com o passar do tempo os próprios usuários perceberão que suas considerações não têm sido levadas a efeito, afinal, este é o 3º ano de aplicação da pesquisa. A falta de atuação no que tange à melhoria da infraestrutrua deixará pouca margem para a melhoria do desempenho do indicador, que já se encontra em um patamar bastante elevado nos outros quesitos avaliados. Além disso, a velocidade de tratamento tem que acompanhar a periodicidade da pesquisa, já que de nada adianta realizar nova medição se não forem implementadas medidas para melhorar a situação identificada como insatisfatória. Considerando tais aspectos, o Comitê Gestor da Estratégia deliberou na Reunião de Apresentação do Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico referente ao 2º trimestre de 2014, realizada no dia 5 de setembro de 2014, pela elaboração de plano de ação objetivando que os resultados da pesquisa sejam trabalhados de forma sistemática para gerar ações de melhoria, em especial no que tange à infraestrutura física, bem como para que seja dado feedback aos cartórios eleitorais sobre o aproveitamento dos resultados apurados pela pesquisa para a implementação das ações de melhoria. A elaboração do plano de ação ficou sob responsabilidade da Secretaria de Administração. No entanto, na última RAE realizada em novembro o plano não foi submetido à apreciação do Comitê Gestor da Estratégia para aprovação. Como melhoria de processo, sugere-se o recolhimento dos formulários antigos antes da distribuição de novos, a fim de evitar a utilização de formulários que já não estão em uso, como ocorreu ao longo do ano com algumas zonas e com a SJD. Tendo em vista que os resultados desses quase três anos de aplicação da pesquisa vêm se mostrando bastante uniformes tanto para o público dos cartórios, como para o público da SJD, e considerando a dificuldade em se implementar melhorias a tempo de ver os resultados retratados na pesquisa subsequente, sugere-se que a pesquisa passe a ser aplicada semestralmente, a partir do próximo ano, para os públicos da SJD e das Zonas. Para a pesquisa da Internet, sugere-se a manutenção da periodicidade, já que a natureza da internet é mais dinâmica e as mudanças usualmente exigem menor esforço de implementação. Considerando, ainda, os resultados alcançados nas últimas pesquisas e visando fazer com que o indicador represente um desafio para a Instituição, sugere-se que a meta seja aumentada para 90%. O Sistema de Pesquisa de Satisfação, iniciativa ligada ao indicador, já foi desenvolvido e se encontra em uso, no entanto melhorias na saída dos dados estão sendo implementadas de forma a garantir maior agilidade e confiança nos dados.				
Variável	1 trim/14	2 trim/14	3 trim/14	4 trim/14
TRespCISa	8.479	7.012	8.469	7.542
TCIResp	9.226	7.740	9.489	8.384

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		PSE 02 - ÍNDICE DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA

Análise de Desempenho (4º trimestre):

Assim como em todos os trimestres anteriores do ano de 2014, a meta parcial concernente ao 4º trimestre foi plenamente atendida, eis que não houve contato sem resposta.

Da análise comparativa com o índice do trimestre anterior, quando foram registrados 353 atendimentos, sobressai que o quantitativo apresentou queda.

O mesmo fenômeno observado no 3º trimestre se repetiu aqui, isto é, a maioria das demandas dirigidas à Ouvidoria não foi retratada pelo indicador, visto que no período eleitoral a maior parte dos contatos relaciona-se a outros setores do Tribunal, de modo que foi redirecionada a outras unidades e, por conseguinte, excluída do cálculo.

Em comparação com o mesmo período do ano anterior (2013), o índice caiu significativamente, permanecendo, como dito anteriormente, aquele período de recadastramento em Niterói como o recordista em respostas, o que nos conduz à reflexão acerca da necessidade de ampliação do sistema de atendimento por ocasião da implementação do cadastro biométrico em municípios ainda maiores.

Por fim, vale consignar aqui o impacto positivo nos trabalhos desta Ouvidoria ocasionado pelas iniciativas de se implementar uma central de atendimento telefônico para orientar eleitores nos fins de semana das eleições e de se receber queixas sobre propaganda eleitoral irregular exclusivamente pelo Disque-Denúncia (Aviso CRE nº 90/2014). Tais medidas diminuíram substancialmente o número de redirecionamentos e o congestionamento das linhas.

Variável	1 TRIM	2 TRIM	3 TRIM	4 TRIM
TContResp	303	430	353	223
TContRec	303	430	353	223
TRespPen		0		0

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		PSE 03 - TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA	
Análise de desempenho (4º trimestre): O tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria cresceu de 0,5 dia no 3º trimestre para 0,8 dia no 4º trimestre. Não obstante, o indicador permanece, com folga, dentro da meta. O desempenho no atendimento justifica-se em razão da necessidade da execução prioritária de serviços essenciais ao andamento dos trabalhos eleitorais, como, e.g., a distribuição e análise das prestações de conta, que demandam a conjugação de esforços de todos os integrantes do gabinete, a fim de que sejam cumpridos os prazos estabelecidos no calendário eleitoral. Trata-se de situação periódica e transitória, de sorte que, uma vez transcorridas as eleições, a expectativa é de que o tempo de resposta diminua, sem que se faça necessária qualquer intervenção.				
Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
ΣDiasUteisResp	60,6	43	176,5	178,4
TContResp	303	430	353	223

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivos Estratégicos:

Garantir agilidade dos feitos eleitorais

Garantir a agilidade dos processos administrativos

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

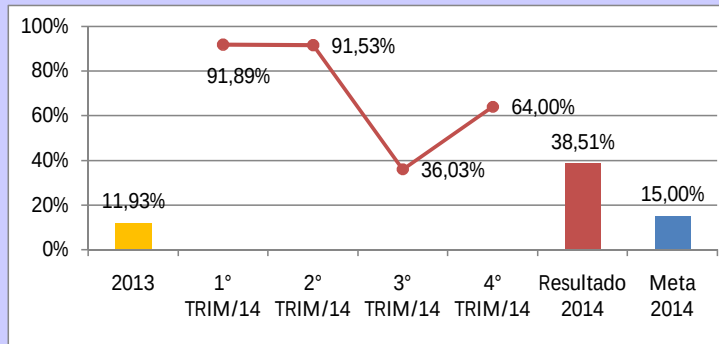
Aprimorar o processo eleitoral

Monitoramento de Objetivo Estratégico

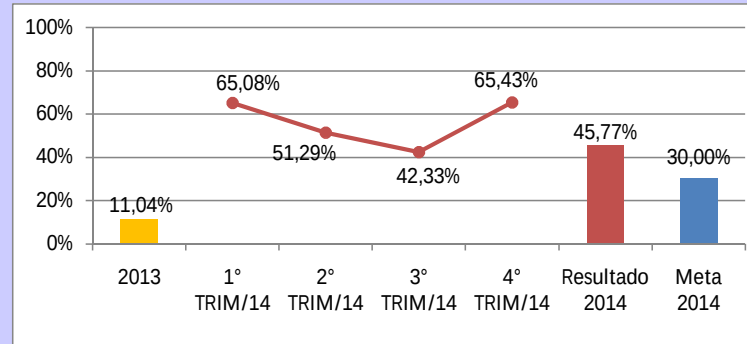
Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

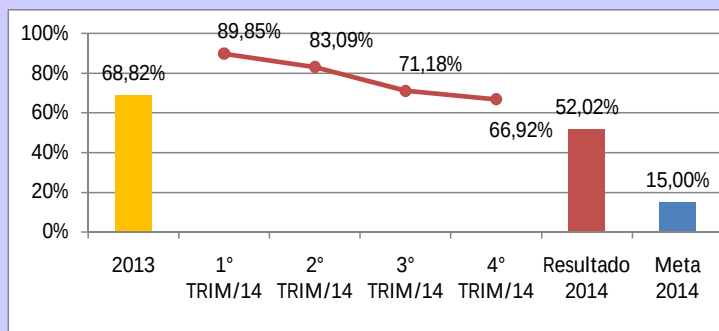
EO 01 - Taxa de congestionamento de feitos judiciais (1º grau)



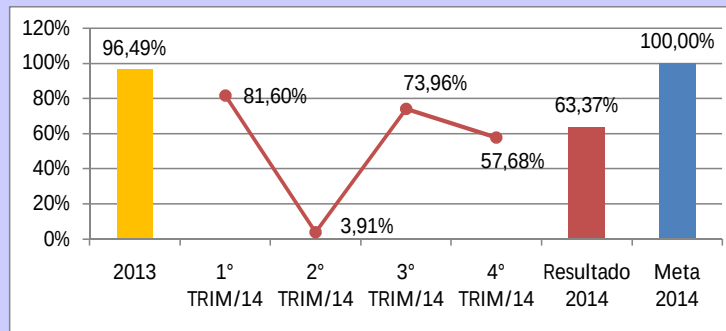
EO 03 - Taxa de congestionamento de feitos administrativos (1º grau)



EO 02 - Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau)



EO 04 - Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (1º grau)

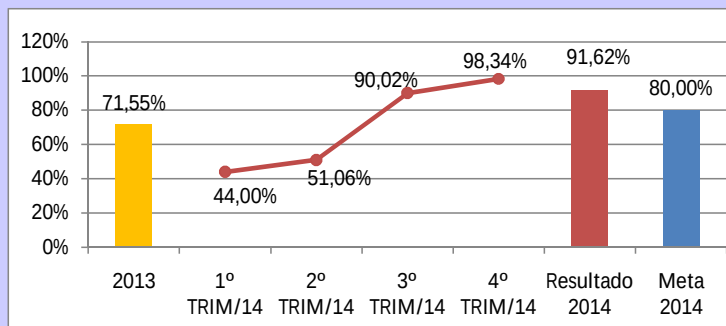


Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

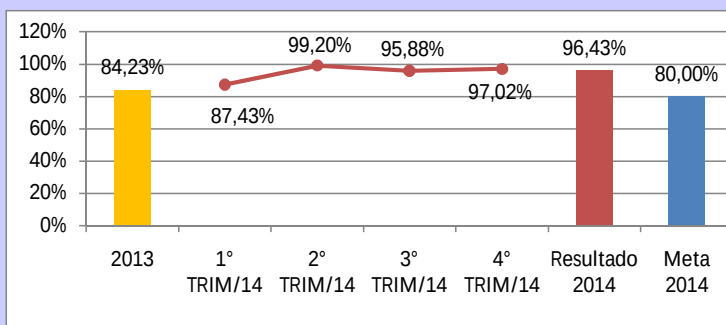
EO 05 - Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (2º grau)



EO 07 - Prestações de contas julgadas no prazo



EO 06 - Índice de agilidade no julgamento de feitos administrativos (1º grau)



Projetos Estratégicos

- Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício
- Padronização de registro de feitos eleitorais no SADP

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

Análise de Desempenho

Ao acompanharmos a trajetória dos indicadores relacionados à tramitação dos processos judiciais de segundo grau, podemos perceber que, tanto a taxa de congestionamento quanto o índice de agilidade tiveram melhoras significativas de desempenho ao longo do ano, e que este último esteve acima da média durante todo o exercício de 2014, com tendência crescente de alta. A meta anual do índice de agilidade, estipulada em 80%, foi ultrapassada em 11,62 pontos percentuais, demonstrando um excelente resultado. A taxa de congestionamento dos feitos judiciais, que iniciou o ano de 2014 em 89,95%, também teve melhoras graduais, encerrando o exercício em 66,92% e com resultado acumulado de 52,02%. Pode-se observar que o maior salto de performance se deu em meados de 2014, na passagem do segundo para o terceiro trimestre, quando os trabalhos eleitorais foram intensificados. Em ano eleitoral há um aumento exponencial do volume de processos autuados, que, em sua maioria possuem trâmites céleres e prazos muito curtos. Variáveis que, combinadas com os planos de ação* implementados pela Secretaria Judiciária, resultaram no ganho de desempenho alcançado.

Por outro lado, o cenário identificado no primeiro grau, com exceção do índice de agilidade de feitos administrativos, é o de não alcance das metas estabelecidas para o ano de 2014. Os feitos tanto judiciais quanto administrativos em primeiro grau iniciaram com piora dos rendimentos, todavia, no terceiro trimestre havia apresentado melhoras que indicavam a possibilidade de que as metas fossem alcançadas. Na última medição, ou seja, nos meses de outubro, novembro e dezembro, pode-se perceber que os índices reverteram a melhora do período seguinte e voltaram a patamares fora da meta. Em geral, pode-se perceber que a preparação das eleições direcionou a atenção e os recursos de primeiro grau para a realização do pleito em detrimento a tramitação processual que, com isso, ficou prejudicada. A perspectiva é que em 2015, por não ser ano eleitoral, os servidores tenham maiores condições de dar andamento de forma mais célere aos feitos. Neste sentido, deve-se pensar em uma forma de minimizar os problemas enfrentados no período eleitoral ou, alternativamente, estabelecer metas distintas para anos com ou sem realização de eleições.

**Os planos de ação são 2, a saber: controle de processos paralisados e a padronização de registro de feitos eleitorais no SADP, lembrando que este último projeto teve seu andamento prejudicado devido ao aumento no volume dos trabalhos decorrentes das eleições.*

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES							
		INDICADOR:		EO 01 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais							
O QUE MEDE		A relação entre os feitos judiciais baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 1º grau de jurisdição.							
COMO MEDIR		Total de feitos judiciais baixados no 1º grau no período base (TBaixJud1º), dividido pelo total de feitos judiciais novos (FNJud1º) acrescido ao total de feitos judiciais pendentes de julgamento (FPJud1º), subtraído de 1. TCJud1º = {1 - [(TBaixJud1º / (FNJud1º + FPJud1º))]} x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
QUEM ANALISA		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
META		Reduzir a taxa de congestionamento de feitos judiciais no 1º grau para 15%, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP		
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	38,51%							Realizado	Meta
Metas Anuais							1º TRIM/14	91,89%	16,50%
Meta 2014	15,00%						2º TRIM/14	91,53%	16,00%
							3º TRIM/14	36,03%	15,50%
							4º TRIM/14	64,00%	15,00%
Histórico									
2011	51,69%								
2012	50,21%								
2013	11,93%								

1) Consideram-se baixados: • Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; • Processos remetidos para instância superior; • Processos arquivados definitivamente; • Processos suspensos/sobrestados; e • Processos apensados, desde que não continuem tramitando. 2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos. 3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. 4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. 5) Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima. 6) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais. 7) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral). 8) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais: • Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal; • Apuração de Eleição; Embargos à Execução; Exceção; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandado de Segurança; • Petição de Natureza Judicial; Prestação de Contas; Registro de Candidaturas; e Representação.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 01 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)

O resultado atual surpreendeu por um crescimento fora do normal de processos novos no período. A maioria dos processos novos foram de ações penais que, em sua maioria, decorreram de processos de mesários faltosos que também cresceu muito no período e de prisões efetuadas no dia da eleição por crimes de propaganda. Considerando que no quarto trimestre ocorreu as eleições e todo o trabalho posterior, a baixa dos processos não acompanhou o ritmo desta entrada o que provocou um afastamento do cumprimento da meta estabelecida. Em comparação com o período de 2013 pode-se perceber uma piora na execução da meta com um resultado pior no ano de 2014. Todavia, é importante verificar que ao compararmos com outro ano eleitoral, 2012, pode-se perceber que ocorreu uma melhora na taxa de congestionamento. Assim, é necessário avaliar a necessidade de estabelecimento de metas distintas para anos eleitorais e anos não eleitorais, uma vez que a tendência é que o volume de processos novos seja semelhante para cada período.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud1	125	256	1.882	1.231
FNJud1º	77	1.604	177	2.359
FPJud1º	1.465	1.417	2.765	1.060

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES								
		INDICADOR:		EO 02 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)						
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais								
O QUE MEDE		A relação entre os feitos judiciais baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 2º grau de jurisdição.								
COMO MEDIR		Total de feitos judiciais baixados no 2º grau no período base (TBaixJud2º), dividido pelo total de feitos judiciais novos (FNJud2º) acrescido ao total de feitos judiciais pendentes de julgamento (FPJud2º), subtraído de 1. TCJud2º = {1 - [(TBaixJud2º / (FNJud2º + FPJud2º))]} x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual			
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente			
QUEM MEDE		Secretaria Judiciária (SJD)								
QUEM ANALISA		Secretaria Judiciária (SJD)								
META		Reduzir a taxa de congestionamento de feitos judiciais no 2º grau para 15%, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP			
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Resultado 2014	52,02%						Realizado		Meta	
Metas Anuais							1º TRIM/14		89,85%	19,50%
Meta 2014	15,00%						2º TRIM/14		83,09%	18,00%
							3º TRIM/14		71,18%	16,50%
							4º TRIM/14		66,92%	15,00%
Histórico										
2011	11,12%									
2012	38,02%									
2013	68,82%									

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior; • Processos arquivados definitivamente; • Processos suspensos/sobrestados; e • Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.

5) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

6) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação Cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
- Ação Penal Eleitoral; • Ação Rescisória; • Apuração de Eleição; • Conflito de Competência;
- Embargos à Execução; • Exceções; • Habeas Corpus; • Habeas Data; • Mandado de Injunção;
- Mandado de Segurança; • Pedido de Desaforamento; • Petição; • Prestação de Contas;
- Reclamação; • Recurso contra Expedição de Diploma; • Recurso Eleitoral; • Recurso Criminal;
- Recurso em Habeas Corpus; • Recurso em Habeas Data; • Recurso em Mandado de Injunção;
- Recurso em Mandado de Segurança; • Registro de Candidatura; • Representação; • Revisão Criminal; e
- Suspensão de Segurança/Liminar.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		EO 02 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)	
A Taxa de Congestionamento de Feitos Judiciais (2.º grau) ficou em 66,92% no quarto trimestre de 2014, mostrando uma melhora em relação à taxa obtida no trimestre anterior, de 71,18%. Tal melhora se deve ao processamento dos feitos típicos de anos eleitorais, que, em regra, possuem ritos céleres e prazos muito curtos. Neste trimestre, houve autuação de 910 processos e baixa de 2.114, mostrando uma melhora de desempenho. Por outro lado, o estoque de processos aumentou, uma vez que sua maior parte consiste em processos de Prestação de Contas de não eleitos, que, de acordo com o calendário eleitoral, podem ser julgadas até meados de 2015. Iniciativas como o controle permanente de autos paralisados e a delegação da prática de atos processuais ordinatórios para a Secretaria Judiciária tem contribuído para a redução do tempo de tramitação dos processos e a consequente melhora da Taxa de Congestionamento.				
Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud2º	100	141	2.325	2114
FNJud2º	372	185	7.675	910
FPJud2º	613	649	391	5481

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES							
	INDICADOR:		EO 03 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais							
O QUE MEDE	A relação entre os feitos administrativos baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 1º grau de jurisdição.							
COMO MEDIR	Total de feitos administrativos baixados no 1º grau no período base (TBaixAdm1º), dividido pelo total de feitos administrativos novos (FNAdm1º) acrescido ao total de feitos administrativos pendentes de julgamento (FPAdm1º), subtraído de 1. TCAdm1º = {1 - [(TBaixAdm1º / (FNAdm1º + FPAdm1º))]} x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
QUEM ANALISA	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
META	Reduzir a taxa de congestionamento de feitos administrativos no 1º grau para 30%, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP		
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	45,77%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	65,08%	30,00%
Meta 2014	30,00%					2º TRIM/14	51,29%	30,00%
						3º TRIM/14	42,33%	30,00%
						4º TRIM/14	65,43%	30,00%
						Resultado 2014	45,77%	
						Meta 2014	30,00%	
Histórico								
2011	NM							
2012	NM							
2013	11,04%							

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

5) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

6) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Cancelamento de Inscrição Eleitoral - CIE
- Composição de Mesa Receptora - CMR
- Direitos Políticos - DP
- Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências) - DPI
- Filiação Partidária - FP
- Impugnação à Composição da Junta Eleitoral - ICJE
- Impugnação perante as Juntas Eleitorais - IpJE
- Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral - RIAE
- Registro de Comitê Financeiro - RCF
- Registro de Debates - RD
- Registro de Pesquisas Eleitorais - RPE
- Regularização de Situação do Eleitor – RSE

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		EO 03 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)	
O congestionamento de feitos administrativos no trimestre em análise mostrou-se extremamente elevado e preocupante. Ao analisar os dados de forma pormenorizada foi possível verificar que os cartórios eleitorais deram prioridade a autuação dos processos de mesário faltoso, que chegou a quase 3% do total de mesários convocados. Neste sentido, após as eleições foram autuados mais de 3 mil processos de ausência aos trabalhos eleitorais. Considerando o regular processamento deste tipo de processo dificilmente o mesmo teria sua baixa ainda dentro do trimestre porque ao mesário faltoso é dado, por lei 60 dias para justificar a ausência aos trabalhos. Assim, o quantitativo de processos novos foi muito desproporcional ao volume de processos baixados. A tendência é a de que nos dois próximos períodos o quantitativo de baixas seja maior com a finalização destes processos.				
Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixAdm	374	999	752	1711
FNAdm1º	216	1354	252	4397
FPAdm1º	855	697	1052	552

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES								
		INDICADOR:		EO 04 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)						
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais								
O QUE MEDE		O percentual de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos judiciais baixados no período base, no âmbito do 1º grau de jurisdição.								
COMO MEDIR		Total de feitos judiciais baixados no 1º grau com prazo de tramitação de até um ano (T _{BaixJud<1ano1º}), dividido pelo total de feitos judiciais baixados no 1º grau no período base (T _{BaixJud1º}). IndAgJud1º = (T _{BaixJud<1ano1º} / T _{BaixJud1º}) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual			
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente			
QUEM MEDE		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)								
QUEM ANALISA		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)								
META		Alcançar 100% de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em 1º grau, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP			
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Resultado 2014							63,37%	Realizado	Meta	
Metas Anuais										
Meta 2014							100,00%	1º TRIM/14	81,60%	100,00%
								2º TRIM/14	3,91%	100,00%
								3º TRIM/14	73,96%	100,00%
								4º TRIM/14	57,68%	100,00%
Histórico										
2011		29,69%								
2012		96,18%								
2013		96,49%								

- 1) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.
- 2) Consideram-se baixados:
- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
 - Processos remetidos para instância superior;
 - Processos arquivados definitivamente;
 - Processos suspensos/sobrestados; e
 - Processos apensados, desde que não continuem tramitando.
- 3) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.
- 4) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.
- 5) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- 6) Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima.
- 7) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.
- 8) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral).
- 9) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:
- Ação cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
 - Ação Penal; • Apuração de Eleição; • Embargos à Execução; • Exceção; • Habeas Corpus;
 - Habeas Data; • Mandado de Segurança; • Petição de natureza judicial; • Prestação de Contas;
 - Registro de Candidaturas; e • Representação.

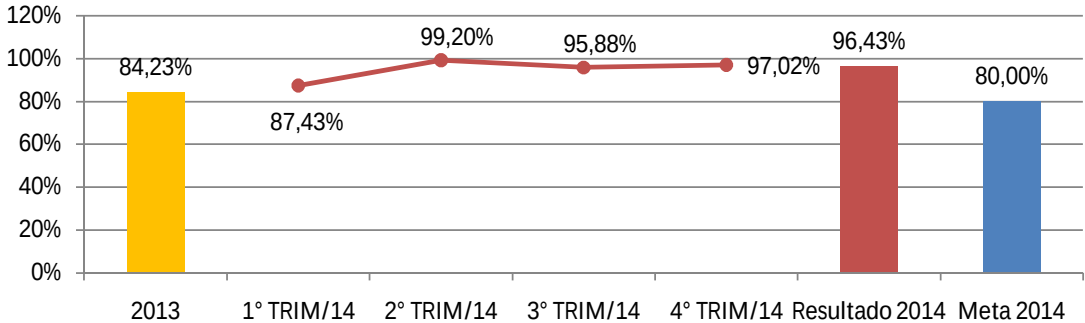
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		EO 04 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)	

O resultado do último trimestre não manteve o ritmo de melhora visto no trimestre anterior. O quantitativo total de processos baixados caiu e podemos verificar que uma grande parte dos processos baixados foi de período maior do que um ano. A principal causa que podemos verificar para tal redução é a aproximação das eleições o que fez os esforços dos servidores serem direcionados para a preparação do pleito em detrimento da tramitação processual. Mesmo assim, o quantitativo de baixas ainda foi maior do que no primeiro semestre indicando que, mantido tal quantitativo, o trimestre seguinte pode ser bem melhor do que o 1º trimestre de 2014.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud<1ano	102	10	1.392	710
TBaixJud1º	125	256	1.882	1.231

- 1) Apesar da situação inicial ser maior do que a meta prevista, nos anos de 2010 e 2011 a Secretaria Judiciária tinha processos julgados no estoque, o que acarretou a distorção dos dados medidos.
- 2) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.
- 3) Consideram-se baixados:
 - Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
 - Processos remetidos para instância superior;
 - Processos arquivados definitivamente;
 - Processos suspensos/sobrestados; e
 - Processos apensados, desde que não continuem tramitando.
- 4) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.
- 5) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.
- 6) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- 7) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.
- 8) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).
- 9) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:
 - Ação cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
 - Ação Penal Eleitoral; • Ação Rescisória; • Apuração de Eleição; • Conflito de Competência;
 - Exceções; • Embargos à Execução; • Habeas Corpus; • Habeas Data; • Mandado de Injunção;
 - Mandado de Segurança; • Pedido de Desaforamento; • Petição; • Prestação de Contas;
 - Reclamação; • Recurso contra Expedição de Diploma; • Recurso Eleitoral; • Recurso Criminal;
 - Recurso em Habeas Corpus; • Recurso em Habeas Data; • Recurso em Mandado de Injunção;
 - Recurso em Mandado de Segurança; • Registro de Candidatura; • Representação; • Revisão Criminal; e
 - Suspensão de Segurança/Liminar

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		EO 05 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)	
O índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais (2.º grau) ficou em 98,34% no quarto trimestre, demonstrando uma melhora de desempenho em relação ao terceiro trimestre, que já havia sido muito bom, superando a meta em mais de 10%. Tanto o número de processos baixados quanto o número de processos baixados há menos de 1 ano mantiveram sua média acima de 2.000 e 2.100 processos, respectivamente. A maior parte desse aumento se deve ao processamento dos Registros de Candidaturas e de Representações, referentes ao ano eleitoral e que possuem ritos céleres e prazos muito curtos. Iniciativas como o controle permanente de autos paralisados e a delegação da prática de atos processuais ordinatórios para a Secretaria Judiciária têm contribuído para a redução do tempo de processamento e a consequente melhora do Índice de Agilidade, que neste trimestre ultrapassou em 18.34% a meta estipulada em 80%.				
Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud<1ano2º	44	72	2093	2079
TBaixJud2º	100	141	2325	2114

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES								
		INDICADOR:		EO 06 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)						
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais								
O QUE MEDE		O percentual de feitos administrativos baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos administrativos baixados no período base, no âmbito do 1º grau de jurisdição.								
COMO MEDIR		Total de feitos administrativos baixados no 1º grau com prazo de tramitação de até um ano (TBaixAdm<1ano1º), dividido pelo total de feitos administrativos baixados no 1º grau no período base (TBaixAdm1º). IndAgAdm1º = (TBaixAdm<1ano1º / TBaixAdm1º) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual			
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente			
QUEM MEDE		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)								
QUEM ANALISA		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)								
META		Alcançar 80% de feitos administrativos baixados em até um ano, em 1º grau, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP			
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Resultado 2014	96,43%								Realizado	Meta
Metas Anuais							1º TRIM/14		87,43%	80%
Meta 2014							2º TRIM/14		99,20%	80%
							3º TRIM/14		95,88%	80%
							4º TRIM/14		97,02%	80%
Histórico										
2011	NM									
2012	NM									
2013	84,23%									

1) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa. 2) Consideram-se baixados: • Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; • Processos remetidos para instância superior; • Processos arquivados definitivamente; • Processos suspensos/sobrestados; e • Processos apensados, desde que não continuem tramitando. 3) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos. 4) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. 5) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. 6) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento). 7) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais: • Cancelamento de Inscrição Eleitoral - CIE; • Composição de Mesa Receptora - CMR; • Direitos Políticos - DP • Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências) - DPI; • Filiação Partidária - FP; • Impugnação à Composição da Junta Eleitoral - ICJE; • Impugnação perante as Juntas Eleitorais - IpJE; • Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral - RIAE; • Registro de Comitê Financeiro - RCF;• Registro de Debates - RD;• Registro de Pesquisas Eleitorais - RPE • Regularização de Situação do Eleitor – RSE

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral do
Rio de Janeiro

INDICADOR:



EO 06 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)

O resultado atual confirmou a tendência de cumprimento da meta de agilidade dos feitos administrativos. Os principais processos baixados no período estavam ligados a filiação partidária e, alguns, a mesários faltosos que faltaram apenas no primeiro turno e tiveram mais rapidamente a situação solucionada. A tendência é a de que este índice se mantenha dentro da meta visto que a grande maioria dos processos que ingressou no período dizem respeito processo de mesário faltoso que, na parte administrativa, tem sua resolução mais rápida já com o arbitramento da multa devida. Sendo assim, devemos acompanhar os dois próximos trimestres para verificar se tais baixas realmente se efetivam.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixAdm<1ano1º	327	991	721	1.660
TBaixAdm1º	374	999	752	1.711

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:		EO 07 - PRESTAÇÕES DE CONTAS JULGADAS NO PRAZO			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais					
O QUE MEDE		O percentual das prestações de contas eleitorais julgadas dentro dos prazos determinados no Calendário Eleitoral.					
COMO MEDIR		Total de prestações de contas julgadas nos prazos determinados no calendário eleitoral (PCprazo), dividido pelo total de prestações de contas (TPC). PCjulg = (PCprazo / TPC) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual		
			QUANDO MEDIR:		Bianualmente, em agosto dos anos não eleitorais		
QUEM MEDE		Secretaria Judiciária (SJD) – eleições gerais Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) – eleições municipais					
QUEM ANALISA		Secretaria Judiciária (SJD) – eleições gerais Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) – eleições municipais					
META		Julgar 100% das contas eleitorais relativas às eleições de 2012, dentro do prazo estabelecido no Calendário Eleitoral.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP ou outros controles de	
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
						Realizado	Meta
Resultado 2013	93,40%				2011	100,00%	100,00%
Metas Anuais					2013	93,40%	100,00%
Meta 2013							
Histórico							
2011	100,00%						
Entram na contagem do indicador somente os processos referentes às contas eleitorais.							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 07 - PRESTAÇÕES DE CONTAS JULGADAS NO PRAZO

Análise de Desempenho:

Na medição do julgamento de prestações de contas de campanha dentro do prazo, ou seja, até o dia 31 de julho de 2013, pode-se perceber que a meta não foi cumprida. Foi atingido índice de aproximadamente 93% de julgamento. Isto mostra que em 7% dos processos ocorreu algum tipo de atraso que impediu o cumprimento do prazo. Este descumprimento da meta impacta na celeridade dos feitos eleitorais e prejudica o alcance dos objetivos estratégicos do TRE-RJ. Já foram realizadas uma série de medidas por meio de planos de ação para minimizar o atraso de determinados cartórios que estavam em pior situação. A principal fonte de problema detectada é em relação a falta de pessoal para processamento dos feitos e capacitação dos mesmos em análise das prestações. Isto porque muitos cartórios tiveram dificuldade em requisitar pessoal específico para tal análise. É recomendável que sejam estabelecidos convênios com órgãos ou entidades de classe contábeis para que estes profissionais colaborem nos pareceres que, por vezes demoram a ser feitos por servidores da própria Justiça Eleitoral que não tem o devido preparo para analisar as situações. Outra fonte de problema é o grande número de intimações que foram necessárias para chamar ao processo aqueles candidatos que não apresentaram suas contas espontaneamente à Justiça Eleitoral. Nestes casos, o próprio Juiz Eleitoral teria que impulsionar o início do processo e zelar por sua tramitação. A meta, por ser estabelecida pelo Calendário Eleitoral, não pode ser reduzida, contudo, em muitas situações torna-se impraticável atingir a totalidade de julgamentos destes feitos até o dia 31 de julho em decorrência dos problemas anteriormente apresentados.

Variável	2013
PCprazo	21.711
TPC	23.244

Monitoramento de Objetivo Estratégico

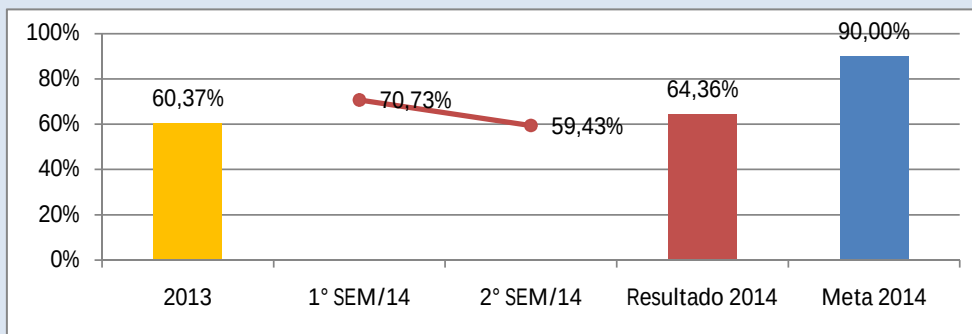
Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Garantir a agilidade dos processos administrativos



EO 08 - Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços



Projetos Estratégicos

	Guia para pedidos de contratação de serviços e aquisições de materiais
	Sistema de Gestão de Compras
	Gestão Documental
	Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Garantir a agilidade dos processos administrativos

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES																								
	INDICADOR:		EO 08 - ÍNDICE DE AGILIDADE NA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS																						
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos processos administrativos																								
O QUE MEDE	O percentual de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no tempo padrão, considerado o tempo decorrido entre a protocolização do pedido e o empenho da despesa correspondente.																								
COMO MEDIR	Total de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão (TPAqBensServFP), dividido pelo total de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no período base (TPAqBensServF), multiplicado por cem. APABS = (TPAqBensServFP / TPAqBensServF) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual																			
					QUANDO MEDIR:	Semestralmente																			
QUEM MEDE	Secretaria de Administração (SAD)																								
QUEM ANALISA	Secretaria de Administração (SAD)																								
META	Alcançar 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Registros da unidade responsável pela medição.																		
Resultado no período		<table><thead><tr><th>Período</th><th>Resultado (%)</th><th>Meta (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>2013</td><td>60,37%</td><td></td></tr><tr><td>1º SEM/14</td><td></td><td>70,73%</td></tr><tr><td>2º SEM/14</td><td></td><td>59,43%</td></tr><tr><td>Resultado 2014</td><td>64,36%</td><td></td></tr><tr><td>Meta 2014</td><td></td><td>90,00%</td></tr></tbody></table>				Período	Resultado (%)	Meta (%)	2013	60,37%		1º SEM/14		70,73%	2º SEM/14		59,43%	Resultado 2014	64,36%		Meta 2014		90,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Período	Resultado (%)					Meta (%)																			
2013	60,37%																								
1º SEM/14						70,73%																			
2º SEM/14						59,43%																			
Resultado 2014	64,36%																								
Meta 2014						90,00%																			
Resultado 2014	64,36%							Realizado	Meta																
Metas Anuais																									
Meta 2014	90,00%			1º SEM/14	70,73%	90,00%																			
				2º SEM/14	59,43%	90,00%																			
Histórico																									
2011	ND																								
2012	ND																								
2013	60,37%																								

1) Para prazo padrão, considerar: • 120 dias úteis para concurso e concorrências dos tipos empreitada, integral, técnicas ou técnica e preço; • 105 dias úteis para demais concorrências e tomadas de preço dos tipos técnica e técnica e preço; • 60 dias úteis para demais tomadas de preço; • 60 dias úteis para convite e pregão; • 15 dias úteis para dispensa, inclusive pelo valor, e inexigibilidade. 2) No decorrer do procedimento licitatório, sempre que for impetrado pedido de esclarecimento, recurso, impugnação ou outro ato de natureza similar, acrescer à contagem dos prazos: • 20 dias úteis para concorrência e concurso; • 15 dias úteis para tomada de preço; • 10 dias úteis para carta convite e pregão; • 5 dias úteis para dispensa e inexigibilidade. 3) Será considerada para medição dos prazos a data da protocolização do pedido com o objeto devidamente especificado. 4) No caso de licitações por registro de preços, será considerado o tempo entre a protocolização do pedido e a assinatura da Ata de Registro de Preços. 5) Para os pedidos de contratação de serviços e aquisição de materiais cujos preços estejam registrados em Ata de Registro de Preços, deverão ser considerados os prazos estabelecidos para dispensa e inexigibilidade.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 08 - ÍNDICE DE AGILIDADE NA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS
O índice foi apurado a partir da análise dos 212 processos finalizados no segundo semestre de 2014. As medições anteriores foram realizadas registrando-se como termo inicial a data em que o objeto a ser contratado foi considerado devidamente especificado. Em contraponto, para o atual período em análise, conforme orientação encaminhada pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria no Relatório de Auditoria nº 05/2014, a medição foi realizada com o registro do prazo compreendido entre a protocolização do pedido pela unidade requisitante e a data final da contratação. Da análise dos dados apurados, verifica-se que tanto os processos de aquisições de materiais quanto os processos de contratação de serviços impactaram de forma negativa no alcance da meta estabelecida para o período. Entendemos que a principal causa para os desempenhos abaixo do desejado é a inadequação entre o quantitativo de servidores alocados nas unidades responsáveis pelas instruções destes processos e o necessário para o atendimento das demandas de aquisições e contratações, cujos volumes são bastante elevados, especialmente em anos eleitorais. Pelo histórico das medições, contudo, observa-se que o índice apurado para o exercício de 2014 foi superior ao alcançado no exercício de 2013, ainda que influenciado pelo maior volume de aquisições e contratações em ano eleitoral e pelo novo termo inicial na medição orientado pela SCI. Entre as iniciativas que podem influenciar positivamente a otimização dos processos de trabalho, destacam-se os seguintes projetos que pertencem ao conjunto de ações decorrentes do Desdobramento da Estratégia do Tribunal no âmbito desta Secretaria: a) “Sistema de Gerenciamento de Contratações”, cujo produto será a implantação de uma ferramenta informatizada que será utilizada para sistematização das informações dos procedimentos de aquisição de materiais e contratações de serviços. Entre as funcionalidades da ferramenta, destaca-se a criação de um banco de especificações, do cadastro de fornecedores e emissão de relatórios que substituirão as diversas tabelas utilizadas atualmente como formas de controle; b) “Guia de Pedidos de Contratações de Serviços e Aquisições de Materiais”, cujo escopo é a padronização de solicitações de contratações, visando a melhora da qualidade das especificações originais e a consequente agilização das rotinas de contratações; e c) “Catálogo de Especificação de Materiais”, cujo objetivo é o desenvolvimento de uma ferramenta informatizada que será disponibilizada para consulta aos setores solicitantes e demais unidades envolvidas nos processos de aquisições no momento da solicitação de aquisição. Considerando que não há, no curto prazo, previsão de implementação das iniciativas acima elencadas, bem como expectativa de adequação do quantitativo de servidores alocados nas unidades relacionadas ao objeto do indicador, entendemos ser conveniente a revisão da meta estabelecida.			

	Materiais		Serviços		Total por Modalidade	
	Nº de Processos	Índice de adequação à meta (%)	Nº de Processos	Índice de adequação à meta (%)	Nº de Processos	Índice de adequação à meta (%)
Dispensa de Licitação e Inexigibilidade	16	18,75	7	0	23	13,04
Aquisições e Contratações com Preço Registrado	124	79,84	8	100	132	81,06
Pregão	12	25	16	43,75	28	35,71
Pregão com Registro de Ata	11	27,27	11	0	22	13,64
Outras formas de contratação ("carona")	6	33,33	1	100	7	42,86
Índice Geral	169	65,09	43	37,21	212	59,43

Monitoramento de Objetivo Estratégico

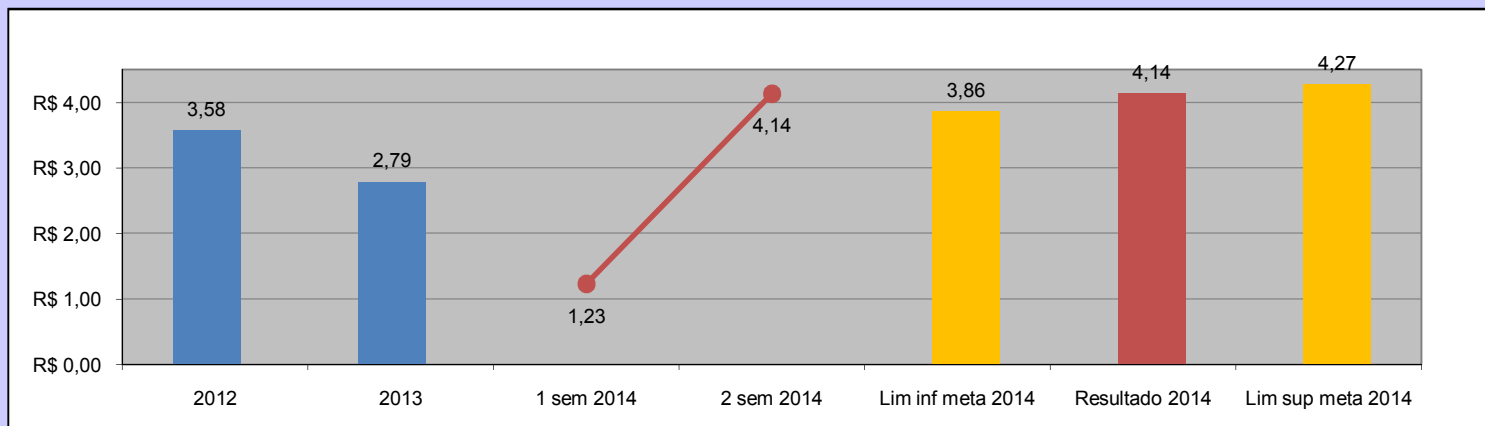
Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais



EO 09 - Custo de manutenção da estrutura



Projetos Estratégicos

- Racionalização dos custos de manutenção - 2ª fase
- Revisão da Agenda Ambiental

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

Análise de Desempenho

Análise de desempenho (4º trimestre 2014):

A partir da análise da evolução dos resultados apontados pelo indicador "Custo de Manutenção da Estrutura" chega-se à conclusão de que a meta estabelecida para o exercício foi alcançada. Considerando a correção monetária do resultado apurado para 2012 pela variação do IPCA do biênio 2013/2014 (5,91% e 6,41%, respectivamente), temos em 2014 uma variação, para maior, de 2,73% no custo de manutenção. Como a meta admite uma variação de até 5%, o resultado deve ser considerado satisfatório.

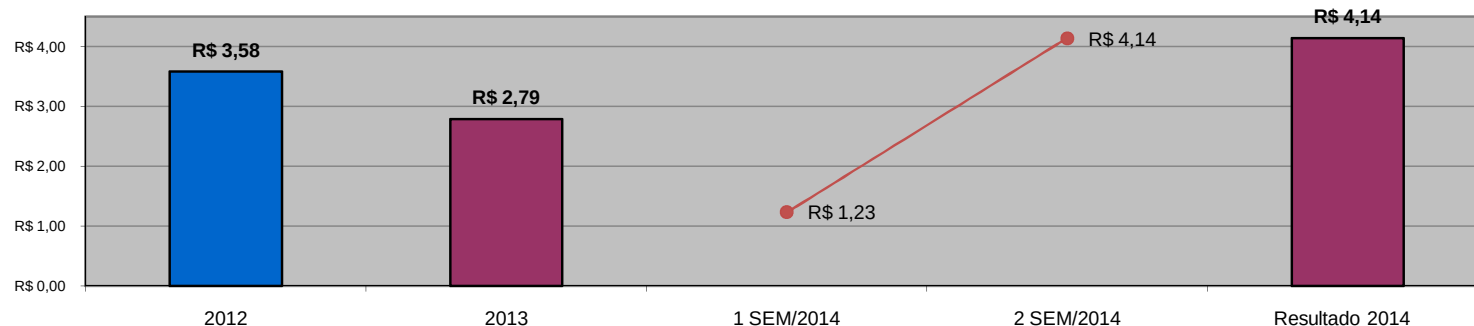
Deve ser, ainda, considerado que para as Eleições 2014 o TRE/RJ assumiu uma despesa de grande vulto, que até as Eleições 2012 era custeada pelo TSE: A contratação de pessoal técnico que atua na preparação das urnas eletrônicas, cujo contrato alcançou o valor de R\$ 5.901.000,00, ou seja, mais de 10% do valor total do custo operacional considerado para a apuração do resultado do indicador de 2014.

Meramente para melhor comparação entre os custos de 2012 e 2014, foi promovida a equiparação dos custos operacionais dos dois exercícios, com o acréscimo do valor da nova despesa (desonerada da inflação 2014/2013) ao custo operacional 2012 e feito o cálculo do custo por eleitor. Nova comparação nestes parâmetros, aponta uma redução do custo por eleitor em 2014, da ordem de 9% (considerando o valor total do empenho).

De tal análise, poderia concluir-se que o objetivo está sendo alcançado, a despeito da não conclusão dos projetos a ele relacionados. Mais ainda, o resultado de 2014 superou as expectativas, com considerável redução do custo com a manutenção da estrutura.

No entanto, o indicador não parece suficiente para a análise do objetivo, já que demonstra, unicamente, a evolução dos custos, nada informando quanto ao grau de atendimento das necessidades de manutenção da estrutura em cada exercício analisado.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:		EO 09 - CUSTO DE MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Buscar a excelência na gestão de custos operacionais					
O QUE MEDE		O custo de manutenção por eleitor do estado.					
COMO MEDIR		Somatórios dos custos de telefonia (CTelef), energia elétrica (CEnElet), água (CÁgua), combustíveis (CComb), serviços de limpeza (CLimp), segurança (CSegur), material de consumo (CMatCons), manutenção predial (CManutPred), locação (CLoc), manutenção de TI (CManutTI), e demais despesas de custeio (CustOutros), dividido pelo total de eleitores do Estado do Rio de Janeiro (TEI) CME = (CTelef + CEnElet + CÁgua + CComb + CLimp + CSegur + CMatCons + CManutPred + CLoc + CManutTI+ CustOutros) / TEI			UNIDADE DE MEDIDA:	Moeda (R\$)	
					QUANDO MEDIR:	Semestralmente	
QUEM MEDE		Seção de Programação Financeira e Controle de Custos (SEPROG)					
QUEM ANALISA		Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)					
META		Manter o custo de manutenção por eleitor, com índice de variação de até 5%.		POLARIDADE DO INDICADOR	Pendular	FONTE DE DADOS	SIAFI ou sistema de controle de custos
EVOLUÇÃO DO INDICADOR			1 SEM/2014	2 SEM/2014			
		REALIZADO	R\$ 1,23	R\$ 4,14			
		META	[1,29;1,43]	[3,86;4,27]			
Resultado no período							
Resultado 2014	R\$ 4,14						
Metas Anuais							
Meta 2014	[3,86;4,27]						
Histórico							
2011	R\$ 2,58						
2012	R\$ 3,58						
2013	R\$ 2,79						



- 1) O valor do custo de manutenção do ano anterior (eleitoral ou não eleitoral, conforme o caso) deve ser corrigido pelo valor do IPCA no momento da avaliação do indicador.
- 2) Entende-se por Custo a Despesa Liquidada (referente à execução orçamentária do exercício corrente) mais os Restos a Pagar Liquidados no Exercício menos as Despesas de Exercícios Anteriores. Também estão excluídas dos custos as despesas relativas ao CCJE, já que pertencem a outra Unidade Orçamentária.
- 3) O indicador considera o custo destinado às despesas ordinárias e às despesas de pleitos eleitorais.
- 4) A situação de 2011 resulta do seguinte cálculo: R\$ 29.866.141,39 (custo operacional 2011 - fonte SIAFI em 03/09/2013) / 11.594.628 (nº de eleitores do Estado do Rio de Janeiro - fonte site Internet TSE em 03/09/2013).
- 5) A situação de 2012 resulta do seguinte cálculo: R\$ 42.499.094,62 (custo operacional 2012 - fonte SIAFI em 03/09/2013) / 11.871.528 (nº de eleitores do Estado do Rio de Janeiro - fonte site Internet TSE em 03/09/2013).
- 6) A situação de 2013 resulta do seguinte cálculo: R\$ 33.559.481,83 (custo operacional 2013 - fonte SIAFI em 14/01/2014) / 12.012.454 (nº de eleitores do Estado do Rio de Janeiro - fonte site Internet TSE em 14/01/2014).
- 7) A situação de 2014 resulta do seguinte cálculo: R\$ 50.239.691,31 (custo operacional de 2014 - fonte SIAFI em 08/01/2015) / 12.136.562 (nº de eleitores do Estado do Rio de Janeiro - Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-RJ em 08/01/2015).

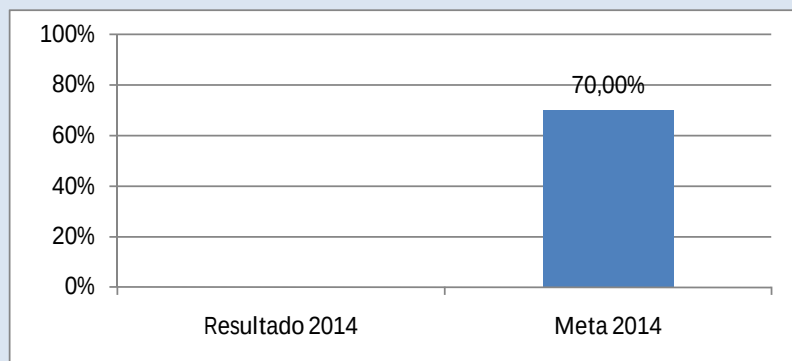
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 09 - CUSTO DE MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA
As variações percentuais foram calculadas considerando os saldos acumulados do 2º semestre de 2012 já corrigidos. A atualização monetária foi feita pelo IPCA-E, considerando o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014. O fator de atualização resultante foi 1,1268701 e a fonte da informação é o site do Banco Central do Brasil. Conforme já dito na análise do 1º semestre, no ano de 2014 os custos de manutenção da estrutura apresentaram um comportamento bastante similar aos custos do ano de 2012. Considerada a meta estabelecida para 2014, já atualizada, o custo por eleitor ficou 2,73 % acima do centro da meta, mas manteve-se dentro da margem proposta.			

Monitoramento de Objetivo Estratégico

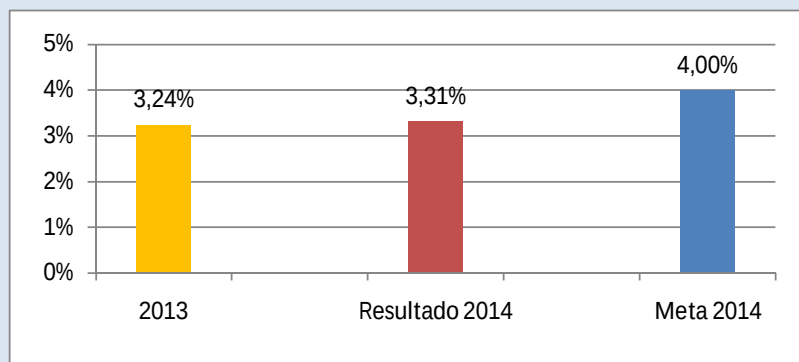
Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Aprimorar o processo eleitoral

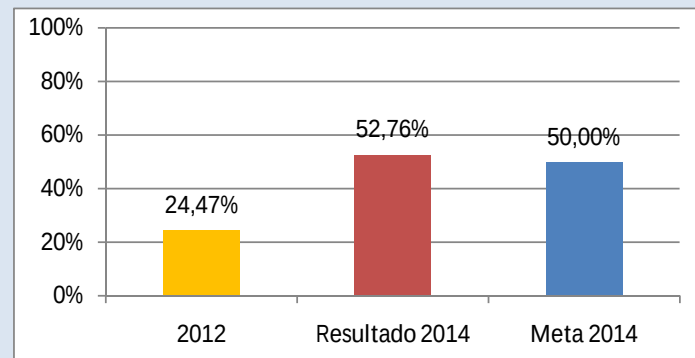
EO 10 - Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições



EO 11 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico



EO 12 - Percentual de mesários voluntários



Projetos Estratégicos

	Planejamento das eleições 2014
	Otimização do Sistema PIE - Plano Integrado das Eleições
	Cadastramento Biométrico de Eleitores
	Mesário Voluntário 2014

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Aprimorar o processo eleitoral

Análise de desempenho (4º trimestre/2014):

O desempenho do objetivo sofreu alteração no último trimestre de 2014 em razão da operacionalização dos indicadores "*Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições*" e "*Percentual de mesários voluntários*", os quais não vinham sendo mensurados até o terceiro trimestre de 2014 devido às respectivas periodicidades, não sendo, portanto, pontuados.

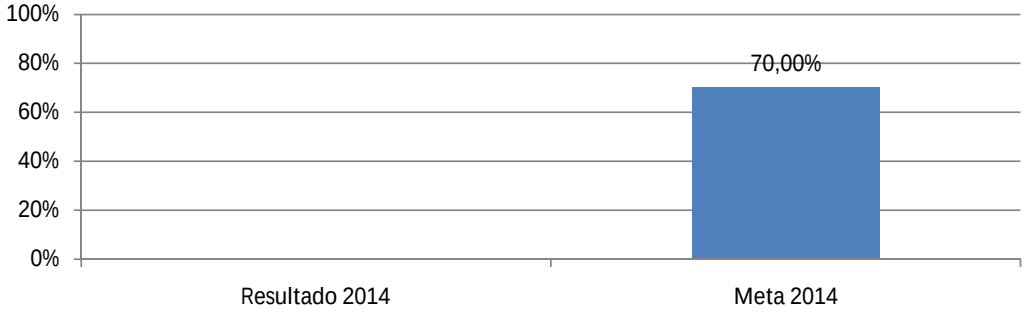
Uma vez realizadas as respectivas medições, em janeiro de 2015, ressalta-se o desempenho insatisfatório do indicador "*Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições*", uma vez que não foram gerados planos de ação na última avaliação de eleições, ocorrida em 2012. Recomenda-se, como exposto na análise do indicador, que da próxima reunião de avaliação das eleições, relativa ao pleito de 2014 e prevista para o primeiro semestre deste ano, resultem planos de ação a fim de viabilizar, não apenas a medição do indicador, mas todos os demais benefícios decorrentes dessa prática para o aprimoramento contínuo do processo eleitoral.

Em relação ao indicador "*Percentual de mesários voluntários*", observa-se, ao contrário, desempenho acima do esperado. As ações decorrentes do projeto "*Mesário Voluntário 2014*" mostraram-se bastante satisfatórias, acarretando, inclusive, no maior entendimento dos servidores das zonas eleitorais sobre a importância de se realizar melhor gestão do efetivo de mesários, passando muitas zonas eleitorais a realizar tal controle ao longo do desenvolvimento do projeto. De tal sorte, recomenda-se a continuidade das ações atinentes ao projeto, como forma de garantir a gradual ampliação do efetivo de mesários voluntários e a consequente melhoria do processo eleitoral.

No que tange ao indicador "*Percentual de eleitores com cadastro biométrico*", faz-se necessária a revisão da meta de eleitores cadastrados biometricamente, a fim de alinhá-la às novas diretrizes estabelecidas pelo TSE, apresentadas aos Diretores-Gerais dos Regionais durante o I Encontro Estratégico da Justiça Eleitoral, realizado nos dias 5 e 6 de fevereiro de 2015. Durante o mencionado encontro, a Diretoria-Geral do TSE apresentou o documento "Planejamento Identificação Biométrica 2015-2016", onde se esclarece que estão sendo adquiridos 16.250 (dezesseis mil, duzentos e cinquenta) equipamentos que, somados aos já existentes nos regionais (4.000 kits) serão suficientes para atingir a meta estabelecida para 2015/2016, isto é, de 50.000.000 eleitores cadastrados biometricamente no período de fevereiro de 2015 a maio de 2016 (fechamento do cadastro), estimando-se que, uma vez atingida a meta, a Justiça Eleitoral conte com um total de 74.000.000 de eleitores cadastrados biometricamente no país até maio de 2016.

Especificamente em relação ao TRE-RJ, o planejamento do TSE estabelece a meta de 5.452.789 novos eleitores cadastrados biometricamente até maio de 2016.

Faz-se necessária, portanto, a adoção de medidas coordenadas entre todas as unidades do TRE-RJ para viabilizar o atendimento do cadastramento biométrico conforme estabelecido pelo TSE, tais como: ampliação da infraestrutura e do espaço nos cartórios para instalação de kits na mesma quantidade de computadores de atendimento ao público. Destaca-se como risco, para os casos de revisão de eleitorado, a reduzida previsão orçamentária apresentada pelo TSE para a implementação do projeto. Ressalta-se, portanto, a necessidade de priorização do projeto "Cadastramento Biométrico de Eleitores".

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES							
	INDICADOR:		EO 10 - PERCENTUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS RESULTANTES DAS AVALIAÇÕES DAS ELEIÇÕES					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimorar o processo eleitoral							
O QUE MEDE	A relação entre o número de ações e projetos efetivamente implementados, e o total de ações e projetos elaborados a partir da avaliação da eleição anterior.							
COMO MEDIR	Total de planos de ação e projetos implementados (TPlaAçImpAvaEle), dividido pelo total de planos de ação e projetos elaborados a partir da avaliação da eleição anterior (TplaAçElaAvaEle), multiplicado por cem. IPE = (TPlaAçImpAvaEle/TplaAçElaAvaEle)*100			UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual			
				QUANDO MEDIR:	Bianualmente, em dezembro dos anos eleitorais			
QUEM MEDE	Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral (ASSEDG)							
QUEM ANALISA	Diretoria Geral (DG)							
META	Implementar 70% dos planos de ação e projetos elaborados a partir da avaliação da eleição anterior, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios de desempenho dos planos de ação e dos projetos			
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Resultado 2014	0,00%				Realizado	Meta		
Metas Anuais					2014	0,00%	70,00%	
Meta 2014	70,00%							
Histórico								
-	-							
-	-							
-	-							
1) As unidades responsáveis pela execução dos planos de ação e projetos fornecerão à Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral, na periodicidade determinada, as informações relativas ao andamento/desenvolvimento dos referidos planos. 2) Não serão considerados para o cálculo do indicador os planos de ação e projetos elaborados a partir da eleição anterior que, em razão da natureza (gerais ou municipais), não se apliquem às eleições vindouras. Tais planos de ação e projetos deverão ser considerados para cálculo do indicador da próxima eleição de mesma natureza.								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	EO 10 - PERCENTUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS RESULTANTES DAS AVALIAÇÕES DAS ELEIÇÕES
A análise do presente indicador encontra-se prejudicada em razão da inexistência de planos de ação decorrentes da última avaliação das eleições, ocorrida em 2012. A avaliação das eleições de 2014 ainda não ocorreu, estando em andamento os trabalhos da comissão instituída com a finalidade de organizá-la. Faz-se necessário que da próxima reunião de avaliação das eleições resultem planos de ação, a fim de evitar que o indicador permaneça sem medição, além de outros benefícios decorrentes dessa prática.		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 11 -PERCENTUAL DE ELEITORES COM CADASTRO BIOMÉTRICO
Em 2014 houve uma redução no número de zonas eleitorais com atendimento biométrico apesar do ligeiro aumento verificado no percentual de eleitores com biometria. No município do Rio de Janeiro a 178ª Zona Eleitoral solicitou interromper o atendimento com coleta de dados biométricos e em Rio das Ostras a 184ª Zona Eleitoral teve a mesma atitude. Assim, somente as zonas 4, 7, 71, 72, 113, 114, 115, 140, 142, 143, 144, 172 e 199 terminaram o ano realizando cadastramento biométrico, totalizando dois municípios (Niterói e Armação dos Búzios) e duas zonas eleitorais da Capital (4ª e 7ª). Com o fechamento do cadastro em virtude das eleições não houve habilitação de novas zonas eleitorais para atendimento biométrico. Em 2014, a nova administração do TSE abriu um canal de comunicação com os regionais para definição do planejamento para a coleta de dados biométricos para o período 2015/2016 e realizou reuniões nas quais solicitou que os regionais encaminhassem planejamento para atendimento rotineiro com coleta de dados biométricos, sem a necessidade de realização de revisão do eleitorado. Foi publicada resolução pelo TSE a respeito dos prazos para aproveitamento dos dados biométricos coletados anteriormente às revisões de eleitorado (Resolução 23.409). Esta mesma resolução também autorizou a realização de testes de identificação biométrica nas eleições de 2014 em dois municípios em que não houve recadastramento biométrico. Em resposta ao solicitado pelo TSE, o TRE-RJ elaborou planejamento para utilização dos kits biométricos nas zonas eleitorais onde foi identificada disponibilidade de espaço e infraestrutura durante reuniões realizadas pela Diretoria-Geral com as diversas unidades envolvidas, porém a instalação dos kits somente deverá ter início em 2015. As recomendações apresentadas na avaliação anterior permanecem, de modo que se recomenda que as unidades do TRE se preparem para atender às demandas de cadastramento biométrico (ampliação da infraestrutura e do espaço nos cartórios para instalação de kits na mesma quantidade de computadores de atendimento ao público e um planejamento das revisões do eleitorado com recadastramento biométrico). Os principais riscos identificados no processo são: falta de estrutura para realização do atendimento biométrico (número insuficiente de kits e impossibilidade de espaço para instalação de kits nos cartórios para o atendimento ordinário) e, para os casos de revisão do eleitorado, a reduzida previsão orçamentária disponibilizada pelo TSE para contratação de pessoal para apoio ao atendimento e montagem e manutenção da infraestrutura. Recomenda-se que seja estipulada uma meta de 5% para 2015 frente à reduzida perspectiva de melhoria na infraestrutura dos demais cartórios para a instalação de kits para atendimento rotineiro com coleta de dados biométricos e considerando o eleitorado atual nos dois municípios onde há previsão de revisão do eleitorado em 2015 (Rio das Ostras e São João da Barra). Cabe destacar que o TSE informou que pretende adquirir mais kits biométricos e ampliar o atendimento de rotina para todos os cartórios do país o mais rapidamente possível, o que reforça a necessidade de aumento de espaço e melhoria na infraestrutura dos cartórios eleitorais, uma vez que o atendimento com biometria demanda maior espaço físico e adequações no layout de atendimento para possibilitar a instalação do kit biométrico e o atendimento aos eleitores.			
Variável	2014		
TEICadBio	402.146		
TEI	12.141.145		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES						
	INDICADOR:		EO 12 - PERCENTUAL DE MESÁRIOS VOLUNTÁRIOS				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimorar o processo eleitoral						
O QUE MEDE	O percentual de mesários que atuaram voluntariamente em relação ao total de mesários que participaram nas eleições.						
COMO MEDIR	Total de mesários que atuaram voluntariamente (TMesVol), dividido pelo total de mesários que atuaram nas eleições (Tmes), multiplicado por cem. MV = (TmesVol/Tmes)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
					QUANDO MEDIR:	Bianualmente, em dezembro dos anos eleitorais	
QUEM MEDE	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)						
QUEM ANALISA	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)						
META	Alcançar 50% de mesários voluntários, em 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Sistema de Cadastro Nacional - ELO e outros controles	
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	52,76%				Realizado	Meta	
Metas Anuais					2012	24,47%	50,00%
Meta 2014	50,00%				2014	52,76%	50,00%
Histórico							
2012	24,47%						
-	-						
-	-						
1) Para efeito de cálculo do indicador, apenas o 1º turno das eleições será computado. 2) Será considerado mesário voluntário o eleitor em situação regular, domiciliado e inscrito na zona eleitoral de atuação, que manifesta expressamente sua disposição em prestar serviços nos pleitos eleitorais, atuando nas mesas receptoras de votos ou de justificativa. 3) Levantamento realizado com base nos dados refistrados pelos cartórios, no Sistema Elo, até o dia 23 de novembro, em atendimento à solicitação do TSE, conforme aviso CRE nº 82/2012. O prazo final para o envio dos dados era 30 de novembro.							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	EO 12 - PERCENTUAL DE MESÁRIOS VOLUNTÁRIOS
Inicialmente, cabe destacar que por meio das discussões realizadas ao longo do ano no grupo de trabalho do Projeto Mesário Voluntário, criado na plataforma EAD do Tribunal, pudemos verificar que o nível de entendimento dos servidores das zonas eleitorais sobre a importância de se realizar uma gestão do efetivo de mesários, para a obtenção do quantitativo de mesários que precisam ser captados, está acima do previsto. Foram muitas as zonas eleitorais que passaram a realizar tal controle durante o desenvolvimento do projeto. Da mesma forma, está acima do previsto a compreensão, pelos servidores dos cartórios eleitorais, da importância de se realizar um trabalho de captação de mesários voluntários e de manutenção desses voluntários nos pleitos seguintes. Cumpre esclarecer, ainda, que a apuração do quantitativo de mesários voluntários em 2014 não foi realizada por meio do Sistema ELO, conforme estabelecido pelo indicador. A notícia de que um novo módulo convocação está sendo elaborado pelo TSE e o consequente questionamento da utilização do módulo atual pelas zonas eleitorais, fez a equipe do projeto entender ser necessário o estabelecimento de outras formas de controle já em 2014. Dessa forma, alteramos o modelo do termo de posse dos mesários para que este contivesse campo a ser preenchido com a informação sobre voluntariado. Com base nos termos de posse, os cartórios responderam um questionário, disponibilizado na intranet do Tribunal por meio do Sistema Avalon, onde informaram, após consulta aos termos, o número de voluntários em 2014. Assim, acreditamos que obtivemos informações mais fidedignas.		
Variável	2014	
TmesVol	71307	
TMes	135155	

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Acesso

Objetivos Estratégicos:

Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

Monitoramento de Objetivo Estratégico

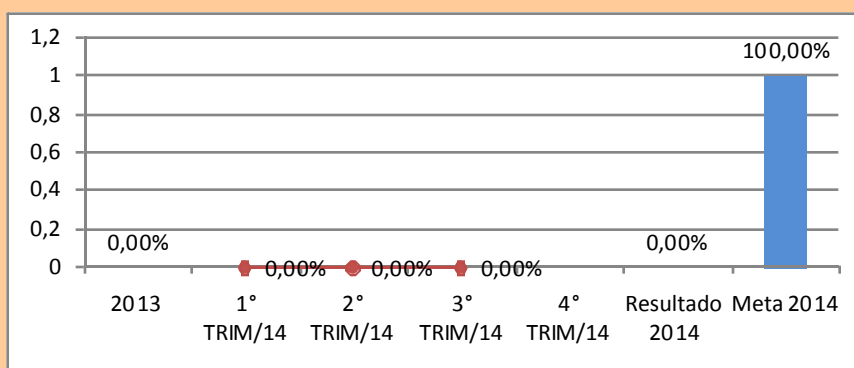
Tema: Acesso



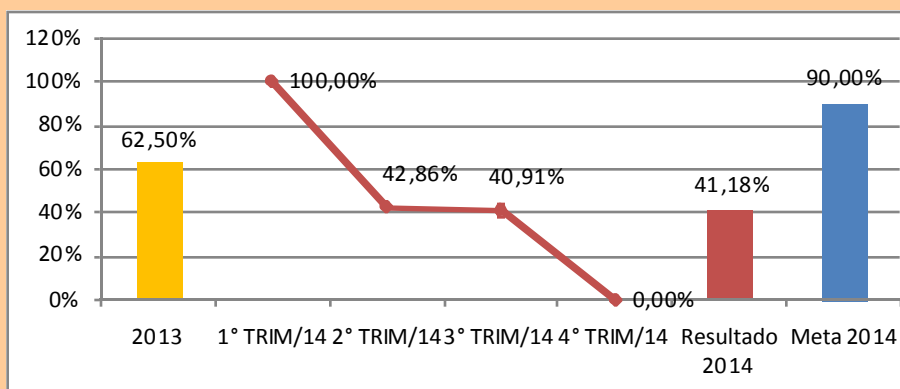
Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral



ACE 01 - Índice de acesso à Justiça



ACE 02 - Índice de atendimento às demandas de ações de acesso



Projetos Estratégicos

-  Ampliação da Cart a de Serviços do TRE-RJ
-  Justiça Eleitoral Itinerante
-  Sistematização do Programa TRE vai à Escola
-  Programa TRE vai à Escola
-  Programa TRE Cidadão

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Acesso



Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

Análise de Desempenho

O quarto trimestre mantém os mesmo resultados dos trimestres anteriores, terminando o ano de 2014 com 0% de atendimento de ações que facilitam o acesso à Justiça. Isso porque não houve modificações nos cenários descritos nas análises anteriores. No ano de 2014 ocorreram as Eleições Gerais, e sobretudo o último trimestre esteve voltado às tarefas de realização das eleições. O cadastro eleitoral só voltou a abrir após as eleições, quando logo depois iniciou o recesso do Judiciário.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		ACE 01 - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA	
1 – (Síntese do resultado atual) No último trimestre de 2014, não houve nenhum registro de atendimento de ações de acesso. Em razão do período eleitoral, não houve possibilidade de atender às demandas de acesso. Em relação às ações que deveriam ser promovidas pelo TRE/RJ, em cumprimento à meta determinada pelo TSE, ações itinerantes em municípios não-sede de zona eleitoral, verificou-se a impossibilidade de realização por ausência de tecnologia capaz de atender a municípios distantes; 2 – (Ligações entre objetivos e indicadores) Durante os estudos do projeto de sistematização da justiça itinerante, verificou-se que atender 100% das demandas de acesso não significa facilitar o acesso à justiça. Ainda que o Tribunal neste ano de 2014 tivesse concretizado todas as ações demandadas pelo público externo, não haveria garantias de que o acesso à justiça eleitoral tenha sido amplo e justo. Sem estudo prévio, não há certezas de que uma demanda atendida facilite o acesso à Justiça, por diversas razões: a demanda pode visar a ações eleitoreiras; o demandante não verificar se a população a ser atendida possui os documentos necessários para a expedição do título eleitoral; a ação se voltar à comunidade que já tenha facilidade de acesso, como acontece em muitas ações globais, por exemplo; 3 – (Ligações com iniciativas) Não há, hoje, atividades promovidas pelo Tribunal de fomento de ações de acesso à justiça no que tange à Justiça Itinerante. Houve a intenção de firmar parceria com o TJRJ para atender a municípios não-sede de zona eleitoral, no entanto, não se deu andamento às tratativas em virtude da mudança de Administração; 4 – (Potenciais fontes de problemas) Tecnologia disponível não atende às necessidades atuais. Ausência de estudo prévio para analisar quais comarcas/municípios possuem real necessidade de se facilitar o acesso à justiça. Falta de regulamentação que sistematize os procedimentos; 5 – (Pontos de atenção) Não foram atingidas as metas determinadas pelo TSE; 6 – (Recomendações sobre o processo) Urge sistematizar o procedimento. É imprescindível realizar estudos para verificar qual tecnologia possibilitaria atender todo o Estado do Rio de Janeiro, e estabelecer, ainda, uma relação de fatores que indique a real carência de um município em relação ao acesso à justiça; 7 – (Riscos) Falta de orçamento para realização dos estudos e alteração da tecnologia; 8 – (Recomendações sobre metas) Priorizar nas metas as ações realizadas por iniciativa do Tribunal, baseadas em estudos prévios que verifiquem a relação de fatores que apontem a real necessidade de um município em ter o acesso à justiça facilitado. O percentual de solicitações de acesso atendidas não deve ser considerado um índice confiável. Pelas razões expostas acima, as demandas externas nem sempre se fundamentam em necessidades da população a ser atendida. Necessidades que só podem ser moldadas através de estudos direcionados. Análise de Desempenho: Segundo os dados, verifica-se que a Justiça Itinerante nos moldes em que hoje se define não é prioridade para Administração. O alto custo e a falta de sistematização fundamentada em estudos inviabilizam a concretização das ações. Em que pese nos anos eleitorais todos os esforços do Tribunal estarem voltados para realização das Eleições, a ausência de procedimentos regulamentados aumentam a dificuldade de dar continuidade às ações em anos eleitorais. Além disso, procedimentos não normatizados ficam mais sujeitos às prioridades de cada Administração. Por fim, para que a meta possa ser 100% atingida com resultados fidedignos, precisamos redefini-las e regulamentá-las, sob risco de estarmos sempre ou apresentando 0% da meta atingida ou 100% da meta atingida de modo insatisfatório.				
Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
QMunAt	0	0	0	0
TotMunSemSede	13	13	13	13

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		ACE 02 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE AÇÕES DE ACESSO

Análise de Desempenho (4º trimestre):

Justiça Eleitoral Itinerante:

Programa TRE vai à Escola: 0 atendimento de 0 solicitação

Programa Eleitor do Futuro: 01 atendimento de 01 solicitação

Programa TRE Cidadão: não houve solicitação

Outras ações: 0 atendimento de 0 solicitação

TOTAL: 01 atendimento de 01 solicitação

Em razão da suspensão das ações sócio-educativas para crianças e adolescentes, a partir de agosto, por conta do período eleitoral, não houve demanda para realização do Programa TRE vai à Escola. Quanto ao Programa Eleitor do Futuro, apenas uma solicitação foi atendida no dia 06/11/2014, no município de Mesquita, onde, através de duas ações, foram atendidos 270 alunos do ensino médio.

Apesar da presente análise indicar um desempenho de 100%, nota-se que o objetivo de ampliar o acesso à Justiça Eleitoral não está sendo alcançado, haja vista a ínfima divulgação/realização das atividades voltadas para esse fim. O que se deve buscar é promover ações que aproximem a Justiça Eleitoral fluminense dos cidadãos e que ampliem o conhecimento da Sociedade sobre o papel, a atuação e os serviços prestados pela instituição. Urge a necessidade de uma maior divulgação das ações sócio-educativas, bem como da realização das ações da Justiça Eleitoral Itinerante. Atualmente, s.m.j., a Carta de Serviços é a iniciativa estratégica que atende, efetivamente, ao referido objetivo.

Espera-se que com a implementação do plano de ação apresentado por esta Escola e aprovado na última reunião da análise da estratégia, seja possível melhorar o desempenho não só do indicador objeto da presente análise, mas, também, do indicador GP06 - índice de participação dos magistrados e do indicador RSA 02 - número de pessoas atingidas pelos projetos sociais, além de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos correspondentes.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TSolAcAt	0	3	18	1
TSolAc	0	7	44	1

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Responsabilidade Social e Ambiental

Objetivos Estratégicos:

Promover a responsabilidade ambiental

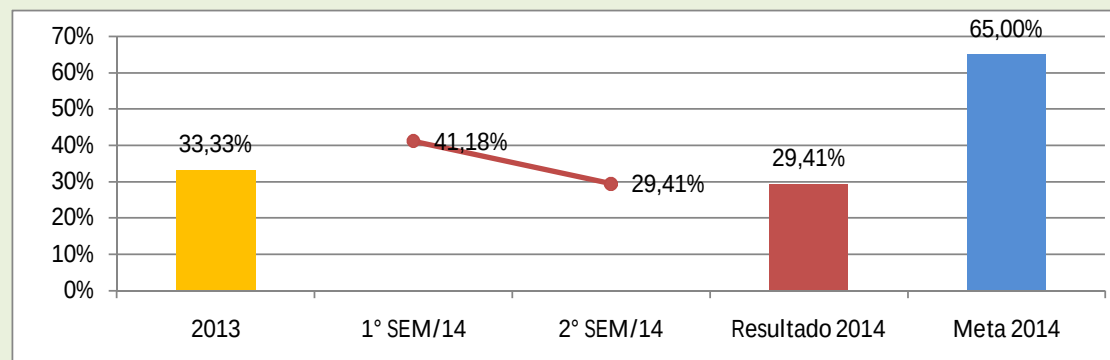
Fomentar o exercício da cidadania

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental

 **Objetivo: Promover a responsabilidade ambiental**

 **RSA 01 - Índice de desempenho ambiental**



Projetos Estratégicos

 Revisão da Agenda Ambiental

 Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis Para Contratações

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental



Objetivo: Promover a responsabilidade ambiental

Análise de Desempenho

O percentual alcançado pelo único indicador no ano de 2014 foi de 29,41%, ou seja, apenas 45% do resultado esperado, que era ter 65% das metas estabelecidas na Agenda Ambiental com desempenho satisfatório. O desempenho do referido indicador sofreu interferência do aumento de algumas demandas específicas do período eleitoral, e também do direcionamento prioritário de esforços da Alta Administração para outros objetivos mais diretamente relacionados a realização das eleições. Com um resultado tão abaixo da meta, torna-se premente investir ao longo de 2015 em estratégias que permitam melhorar os resultados dos indicadores monitorados pela Agenda Ambiental, considerando que este ano teremos condições de priorizar melhor os esforços para esta área. Conforme citado na análise do indicador, já conseguimos perceber resultados positivos das novas ações de controle sistemático, resultantes dos planos de ação gerados na RAE de maio de 2014, relativas ao consumo de papel e de copos descartáveis para água, e possivelmente os resultados nestes indicadores da Agenda serão ainda melhores em 2015. Com a implementação também da estratégia de acompanhamento do consumo de água e energia, os resultados para estes indicadores tendem a ser melhores em 2015. Embora, os percentuais de meta previstos para o consumo de água já tenham sido alcançados este ano. Resta pendente, para que se alcance melhores resultados neste objetivo, tornar operacional a medição dos três indicadores que ainda estão sem medição na Agenda Ambiental, o "índice de separação de resíduos sólidos", e os outros dois indicadores novos, referentes a utilização de critérios sustentáveis nos pedidos de compras e contratação de serviços. Reitera-se a necessidade também de se buscar uma solução para o descarte do passivo de lâmpadas do Tribunal. Ressalte-se que em 2014 o Tribunal conseguiu descartar todo o passivo de toners e cartuchos de impressoras e estabeleceu junto aos fabricantes uma sistemática para um descarte periódico. Para melhorar o desempenho do objetivo da Agenda Ambiental relacionado ao desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores, a Equipe Ambiental, estará ao longo deste ano, em parceria com o NEAD, desenvolvendo um curso em EAD, que objetivará também levar para os servidores conhecimento sobre as práticas de gestão ambiental no Tribunal, para que todos possam contribuir mais diretamente para o alcance dos objetivos propostos na Agenda Ambiental.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	RSA 01 - ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL

Análise de Desempenho (2º semestre):

O percentual alcançado pelo indicador no ano de 2014 foi de 29,41%, ou seja, apenas 45% do resultado esperado, que era ter 65% das metas estabelecidas na Agenda Ambiental com desempenho satisfatório. Como apontado na análise deste indicador no relatório do primeiro semestre, alguns indicadores monitorados pela Agenda Ambiental realmente expressaram um aumento no consumo dos recursos em função do período eleitoral. Além deste aspecto, o desempenho também foi afetado pelo direcionamento prioritário de esforços da Alta Administração para outros objetivos mais diretamente relacionados a realização das eleições. De modo que torna-se premente investir ao longo de 2015 em estratégias que permitam alcançar os resultados da Agenda Ambiental, considerando que este ano teremos condições de priorizar melhor os esforços para esta área. Mesmo com um desempenho global abaixo da meta, já conseguimos perceber resultados positivos das novas ações de controle sistemático relativas ao consumo de papel e de copos descartáveis para água, possivelmente os resultados nestes indicadores da Agenda serão ainda melhores em 2015. Com a implementação da estratégia de acompanhamento do consumo de água e energia, os resultados para estes indicadores tendem a melhores em 2015. Embora, os percentuais de meta previstos para o consumo de água já tenham sido alcançados este ano. Destaca-se que é preponderante para a melhora do desempenho deste indicador tornar operacional a medição dos três indicadores que ainda estão sem medição na Agenda Ambiental, o "índice de separação de resíduos sólidos", e os outros dois indicadores novos, referentes a utilização de critérios sustentáveis nos pedidos de compras e contratação de serviços. Reitera-se a necessidade também de se buscar uma solução para o descarte do passivo de lâmpadas do Tribunal. Ressalte-se que em 2014 o Tribunal conseguiu descartar todo o passivo de toners e cartuchos de impressoras e estabeleceu junto aos fabricantes uma sistemática para um descarte periódico. Para melhorar o desempenho do objetivo da Agenda Ambiental relacionado ao desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores, a Equipe Ambiental, estará ao longo deste ano, em parceria com o NEAD, desenvolvendo um curso em EAD, que objetivará também levar para os servidores conhecimento sobre as práticas de gestão ambiental no Tribunal, para que todos possam contribuir mais diretamente para o alcance dos objetivos propostos na Agenda Ambiental.

Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014
TMetDesSatAA	7	5
TMetAA	17	17

Monitoramento de Objetivo Estratégico

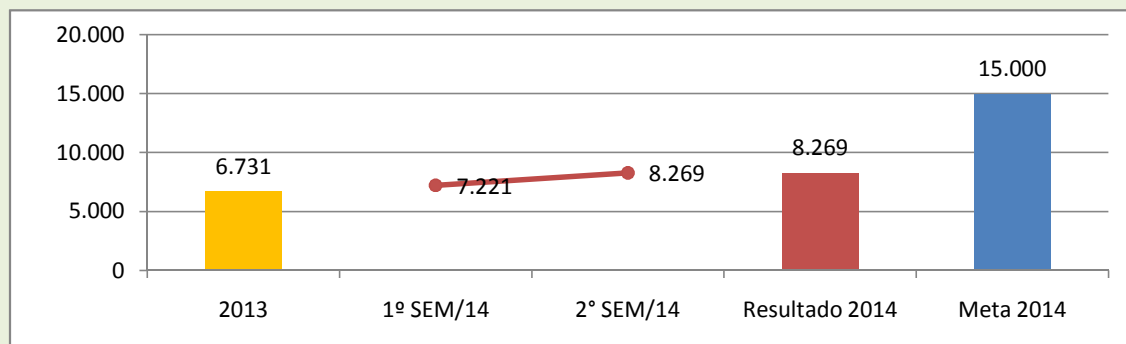
Tema: Responsabilidade Social e Ambiental



Objetivo: Fomentar o exercício da cidadania



RSA 02 - Número de pessoas alcançadas pelos projetos sociais



Projetos Estratégicos

	Programa Eleitor do Futuro 2013-2014
	Programa TRE Vai à Escola
	Sistematização do Programa TRE vai à Escola
	Exposição "Dez Mitos sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro"
	Memória Oral

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental



Objetivo: Fomentar o exercício da cidadania

Análise de Desempenho

O objetivo estratégico “Fomentar o exercício da cidadania”, possui, de acordo com o vigente Plano Estratégico, instituído pela Resolução TRE nº 832/2012, a meta de atingir 15.000 pessoas beneficiadas pelos projetos sociais, até 2014.

Em comparação com o histórico do objetivo que registrou, em 2013, 6.731 pessoas alcançadas pelos projetos sociais, no ano de 2014 foram apenas 1.538 pessoas atingidas. Constata-se, dessa forma, o alcance de 55,13% da meta estabelecida desde o início das ações. Cenário péssimo foi o imposto esse ano de 2014, principalmente, em razão do período eleitoral. As ações sócio-educativas foram suspensas e a divulgação não foi realizada conforme previsto, de acordo com descrito nas últimas análises do indicador RSA 02, que mede o alcance do presente objetivo, bem como nos relatórios de desempenho dos projetos.

De acordo com o Plano do TRE, além dos projetos relativos ao Programa Eleitor do Futuro e TRE vai à Escola, outros dois (Dez mitos sobre o sistema eleitoral e Memória Oral) integram o portfólio do objetivo sob análise. Como o projeto de sistematização do Programa TRE vai à Escola, esses dois não apresentaram resultados e encontram-se pendentes de análise sob o enfoque do realinhamento do portfólio. Isso, indubitavelmente, contribuiu para o atual panorama estratégico.

Percebe-se a gravidade dos impactos causados ao objetivo em questão, que deve buscar desenvolver ações voltadas para o fortalecimento da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão, como forma de contribuir para o desenvolvimento e a inclusão social.

Analisando-se as eleições de 2014, utilizando-se o 1º turno* como referência, há que se destacar o comportamento do eleitorado, de uma forma geral. O percentual de votos brancos (8,08%), nulos (10,51%), bem como o percentual de abstenção (20,11%) demonstram, claramente, a necessidade de que ações dessa natureza sejam cada vez mais divulgadas e implementadas, e que a melhora da estrutura para sua realização seja cada vez mais considerada. Relativamente ao último ponto, releva-se mencionar a publicação da Resolução TSE nº 23.433, em 09/01/2015, que dispõe sobre a estrutura, o funcionamento e as competências das Escolas Judiciárias Eleitorais que, entre outras providências, cria uma seção específica para o desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social dos Tribunais Regionais Eleitorais.

O próprio CNJ estabeleceu como macrodesafio, para todos os segmentos, no período 2015-2020, o combate à corrupção e à improbidade administrativa. Como macrodesafio específico para a Justiça Eleitoral, foi estabelecido o fortalecimento da segurança do processo eleitoral. Isso, s.m.j., significa necessidade de atuação da Justiça Eleitoral junto à Sociedade, seja através do acesso, seja através dos trabalhos pedagógicos voltados para a relevância da participação política e para a valorização do processo eleitoral, incluindo a credibilidade da urna eletrônica.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental



Objetivo: Fomentar o exercício da cidadania

Análise de Desempenho

Urge a implementação de atividades voltadas ao incentivo à participação voluntária de servidores e magistrados nas iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania e ao incremento da divulgação das iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania para o público externo. Espera-se que com a aprovação do plano de ação apresentado por esta Escola na última reunião da análise da estratégia, sejam exitosas as iniciativas de parcerias com a Diretoria da Divisão de Apoio aos Programas de Promoção da Cidadania, do Tribunal de Justiça e com a Gerência de Educação Básica SESI – RJ. Espera-se, ainda, o resultado positivo do realinhamento do portfólio de projetos estratégicos, com vistas à manutenção dos projetos existentes. Tão importante quanto, é a aprovação da proposta de resolução que regulamenta o serviço voluntário em ações de cidadania, visando a motivação dos servidores que, em última análise, são responsáveis pela realização da missão institucional, através da estratégia.

* retotalização em 18/12/2014 – fonte: www.tre-rj.jus.br

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

INDICADOR:

RSA 02 - NÚMERO DE PESSOAS ALCANÇADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS

Análise de Desempenho (2º semestre)

Dados:

TRE vai à Escola: 0 pessoas

Programa Eleitor do Futuro: 1.048 pessoas

Em relação ao Programa TRE vai à Escola, foram solicitadas 2 (duas) ações no trimestre, sendo que uma não foi atendida por impossibilidade e a outra foi cancelada a pedido da instituição de ensino

Foram realizadas 11 (onze) ações do Programa Eleitor do Futuro nos municípios de Três Rios, São Gonçalo, Petrópolis, Itaperuna, Mesquita e Capital. Conforme informado na última análise, a divulgação das ações não ocorreu conforme previsto, sendo a demanda impactada, ainda mais, com a suspensão das ações sócio-educativas para crianças e adolescentes, a partir de agosto, por conta do período eleitoral. A medida se deu por interpretação extensiva da decisão do Exmº Sr. Presidente nos autos do protocolo nº 89.686/2013, que trata do Programa Eleitor do Futuro aos dois Programas realizados por esta Escola Judiciária.

Espera-se que com a implementação do plano de ação apresentado por esta Escola e aprovado na última reunião da análise da estratégia, seja possível melhorar o desempenho não só do indicador objeto da presente análise, mas, também, do indicador ACE 02 - índice de atendimento às demandas de acesso e do indicador GP06 – índice de participação dos magistrados, além de contribuir para o alcance do objetivo estratégico de fomentar o exercício da cidadania.

As propostas principais dizem respeito à realização de parcerias com redes de instituições de ensino, para realização de ações para o segmento do ensino fundamental, no ano de 2015, e para o ensino médio, no primeiro semestre de 2016, com ênfase nos estudantes potenciais eleitores. A fim de aumentar o número de palestrantes disponíveis para realização dos dois programas, pretende-se, ainda, realizar parceria com o Tribunal de Justiça. Nesse sentido, seriam divulgadas ações em períodos pré-estabelecidos, junto às circunscrições de núcleos regionais (assim definidos no Código de Organização Judiciária do Estado do Rio de Janeiro), também pré-definidos, visando à divulgação segmentada junto aos respectivos magistrados, independente de se encontrarem no exercício da judicatura eleitoral.

Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014
TRE vai à escola	0	0
Eleitor do Futuro	405	1.048
Outras ações	85	0
Total	490	1.048

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Atuação Institucional

Objetivos Estratégicos:

Aprimorar a comunicação com os públicos externos

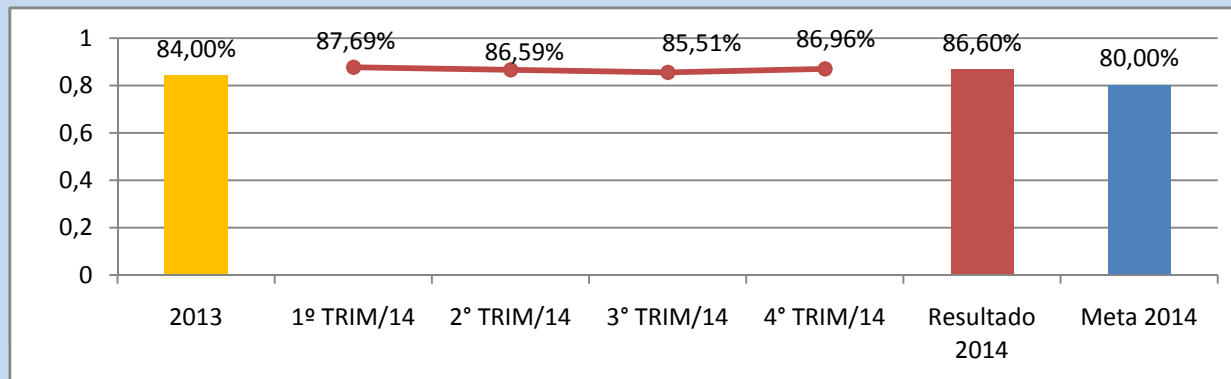
Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições

Monitoramento de Objetivo Estratégico

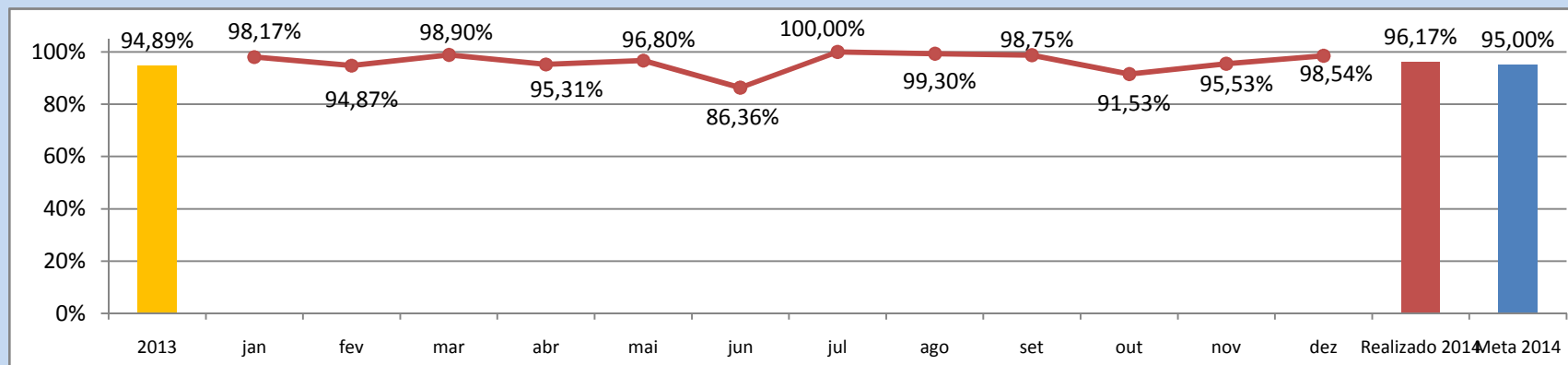
Tema: Atuação Institucional

Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos

AI 01 - Índice de satisfação dos usuários da internet



AI 02 - Índice de inserções positivas na mídia



Monitoramento de Objetivo Estratégico

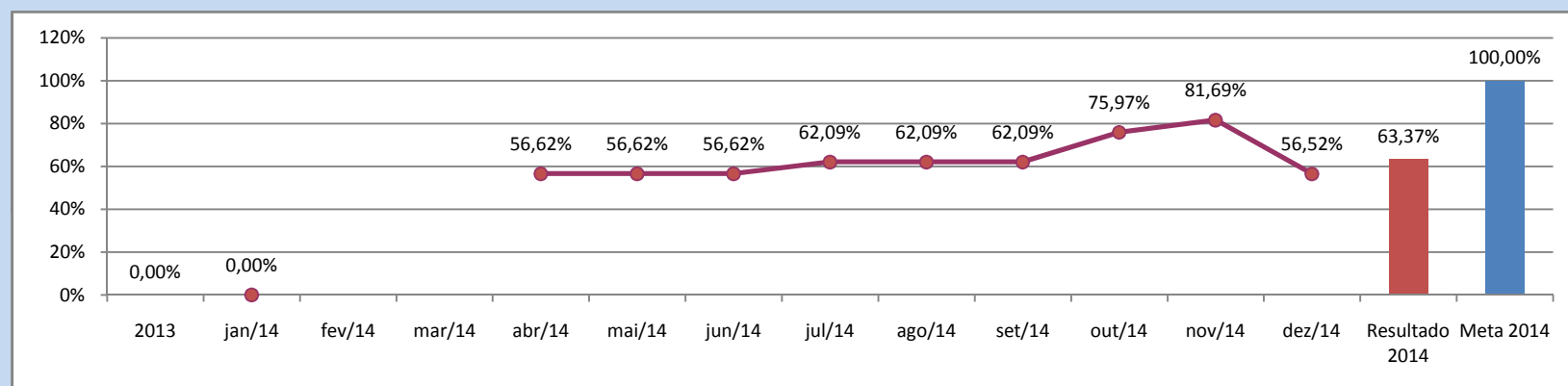
Tema: Atuação Institucional



Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos



AI 03 - Disponibilização de sentenças na Internet pelas Zonas Eleitorais



Projetos Estratégicos

	Desenvolvimento e implementação da Política de Comunicação do TRE-RJ
	Plano Diretor de Comunicação do TRE-RJ
	Comitê Gestor do Portal
	TV Corporativa

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional



Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos

Análise de Desempenho

No 4º trimestre de 2014, a análise do objetivo estratégico “Aprimorar a Comunicação com o Público Externo” demonstra que o esforço de facilitar o amplo acesso a informações referentes ao TRE-RJ para a sociedade não está ruim, mas precisa ser melhorado para dar mais transparência, além de fortalecer a nossa imagem institucional.

A análise levou em consideração os três indicadores que integram o objetivo. Em dois deles, “Índice de satisfação dos usuários da internet” e “Índice de inserções positivas na mídia”, foram alcançadas as metas de 80% e 95%, respectivamente, no 4º trimestre. Já a “Disponibilização de sentenças na internet pelas Zonas Eleitorais” ficou abaixo do esperado, que era de 100% das decisões de primeira instância com acesso online. No entanto, os dados do 4º trimestre (75,97% em outubro, 81,69% em novembro e 56,52% em dezembro, este último não computada a integralidade do mês) evidenciam uma expressiva melhora no sentido de alcançar a meta. O esforço da Corregedoria em aprimorar, mês a mês, esse índice é fundamental, uma vez que um dos nossos públicos externos, a imprensa, costuma solicitar, quando há interesse jornalístico, o acesso às decisões dos processos judiciais.

Há quatro projetos estratégicos vinculados ao objetivo. Dois deles - a Política de Comunicação e Plano Diretor de Comunicação - estão suspensos, tendo em vista que o primeiro é pressuposto para a elaboração do segundo e depende, para a sua execução, de capacitação de servidores, o que ainda não foi realizado. Com relação à Política de Comunicação, um documento no qual se descreve as diretrizes que normatizam e orientam as ações de comunicação social voltadas para o desenvolvimento e melhoria dos processos de comunicação externa fortalece o objetivo estratégico.

Já o projeto TV Corporativa, que aguarda a revisão do portfólio, também contribui para o objetivo ao prever um novo canal de comunicação nas centrais de atendimento ao eleitor (CAEs), locais onde há uma maior circulação de cidadãos. Em fase de aprovação da Presidência, o projeto Comitê Gestor do Portal, por fim, também impacta o objetivo, pois visa a criar uma comissão que, dentre outras tarefas, zele pela atualização das informações no site, o que garante a fidelidade dos dados disponíveis. Diante de tais argumentos, fica evidente que a execução e a conclusão desses projetos estratégicos são fundamentais para conseguirmos promover um acesso ainda mais efetivo das informações sobre o TRE-RJ.

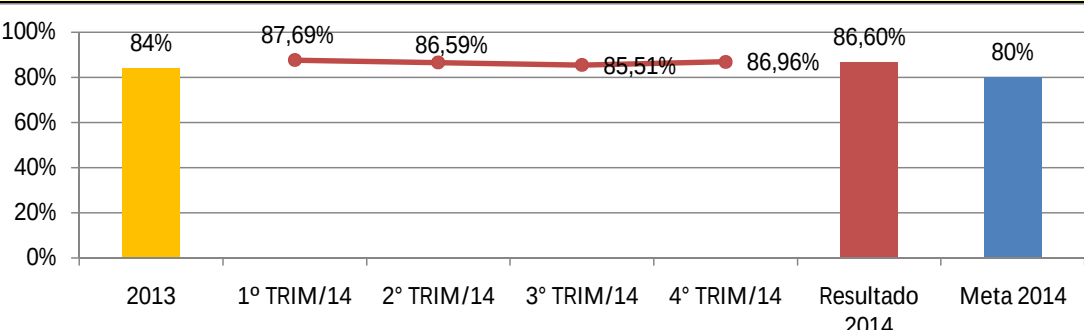
Vale ressaltar que não foram identificados riscos potenciais que precisam ser tratados para assegurar o alcance do objetivo.

Considerando a análise do indicador “Disponibilização de sentenças na internet pelas Zonas Eleitorais” no 4º trimestre, feita pela Corregedoria, no qual foi informada a adoção da cobrança por email e um prazo para as ZEs disponibilizarem as sentenças, sugere-se que a orientação seja de que as decisões sejam colocadas de imediato na internet, ou pelo menos, no momento da publicação no Diário da Justiça Eletrônico (DJE). Em regra, a imprensa solicita a Assessoria de Comunicação Social que as demandas sejam atendidas no mesmo dia, quando não em poucas horas, principalmente no caso dos veículos online. Para isso, seria necessária uma revisão da meta prevista para este indicador. Ao se disponibilizar as decisões judiciais na íntegra com agilidade, o Tribunal ganha em transparência, além de evitar a publicação de matéria na mídia com informações equivocadas ou incompletas.

Tendo em vista as demandas da imprensa com relação às decisões judiciais também inclui as proferidas pelo Colegiado ou por membro da Corte, sugere-se a adoção de indicador referente à disponibilização na internet dos acórdãos e das decisões monocráticas para se aferir, efetivamente, o acesso ao público externo das decisões exaradas pelo TRE-RJ, incluindo as duas instâncias.

Com relação ao indicador “Índice de inserções positivas na mídia” - mesmo que tenha alcançado desde o início de sua medição a meta estabelecida - a Assessoria de Comunicação Social entende ser necessária a contratação de empresa de clipping, que, por ser especializada nessa atividade, tem capacidade para fazer a pesquisa mais completa das reportagens. Atualmente, a Ascom esbarra em limitações técnicas, de tempo e de pessoal para fazer uma compilação completas das inserções na mídia referentes à Justiça Eleitoral fluminense, o que impacta a análise desse indicador.

Por se tratar do relatório final do exercício, cabe fazer, em síntese, uma análise referente ao ano. O objetivo estratégico permaneceu, ao longo de 2014, com a indicação amarela tendo em vista que dois indicadores se mantiveram verde e um, vermelho. Mas mesmo nesse último caso, os dados medidos demonstram que há uma sensível melhora dos resultados a cada trimestre. Os esforços, portanto, devem estar focados na realização dos projetos estratégicos vinculados ao objetivo. A sugestão é que se identifiquem as dificuldades encontradas e, se for necessário, reformule o projeto para viabilizar a sua execução.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES						
	INDICADOR:		AI 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA INTERNET				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimorar a comunicação com os públicos externos						
O QUE MEDE	A percepção dos usuários que acessam a Internet em relação às informações e aos serviços disponíveis no sítio eletrônico do TRE-RJ.						
COMO MEDIR	Total de usuários satisfeitos (TUSat), dividido pelo número total de usuários respondentes (TResp), multiplicado por cem. SU = (TUSat/TUResp) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA	Seção de Administração Intranet/Internet (SEINTE)						
META	Atingir 80% de usuários satisfeitos, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório da Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo
Resultado no período							
Resultado 2014	86,60%						
Metas Anuais							
Meta 2014	80%						
Histórico							
2011	NM						
2012	72%						
2013	84%						
1) Os quesitos a serem medidos serão avaliados pelos clientes com base nos seguintes critérios: “péssimo”, “ruim”, “bom” e “ótimo”. 2) Serão considerados usuários satisfeitos aqueles que responderem "bom" ou "ótimo" à pergunta “Como você avalia a sua visita?”.							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		AI 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA INTERNET	
Análise de Desempenho (4º trimestre)				
O resultado de 86,96% de usuários satisfeitos, alcançado no quarto trimestre, apesar de maior que o anterior, ainda continua abaixo do conseguido no primeiro trimestre, no entanto permanece acima da meta desejada para 2014. O percentual dos usuários que encontraram no site a informação desejada foi de 79,86%, uma melhora significativa comparando-se com o índice anterior, mas como a pergunta "Foi fácil?" ainda não foi inserida na nova pesquisa, não é possível analisar sobre a acessibilidade do site (a facilidade com que o usuário encontra a informação). Abaixo a lista de percentual de problemas apresentado por cada serviço, levando-se em conta o percentual obtido da relação “ACESSO x PROBLEMAS” de cada um (o percentual ao lado de cada serviço indica os usuários que buscaram essa informação e encontraram problemas): · 25,00% - Outros Serviços · 14,29% - Informações sobre concursos · 11,90% - Notícias do TRE · 10,87% - Informações sobre as Eleições · 10,49% - Informações sobre o título · 10,19% - Serviços Judiciais (Certidões, Acompanhamento Processual, DJE, sessões do pleno) Dessa forma, levando-se em consideração as listagens anteriores, podemos perceber que houve uma alteração na ordem da lista dos serviços, mas acreditamos que assim podemos perceber melhor quais realmente apresentam maior dificuldade para o usuário, pois antes considerávamos apenas o total de problemas da cada um sem levar em consideração o total de acessos obtidos no período, isso acabava gerando conclusões incorretas sobre o desempenho no site. Com essa alteração no método de análise, esperamos entender melhor os problemas encontrados pelos usuários, melhorando assim o nível de aprimoramento dos serviços. Com a saída do cronômetro para o dia da eleição na página principal, conseguimos voltar com uma parte do menu lateral que havia sido retirado, o que acreditamos ter sido o motivo principal da melhora do percentual de satisfação dos usuários nesse período. Sugerimos mais uma vez que o critério utilizado anteriormente para a seleção das informações constantes da página principal seja adotado novamente.				
Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TUSat	627	452	1434	380
TUResp	715	522	1677	437

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																																												
		INDICADOR:		AI 02 - ÍNDICE DE INSERÇÕES POSITIVAS NA MÍDIA																																										
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Aprimorar a comunicação com os públicos externos																																												
O QUE MEDE		O percentual de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia.																																												
COMO MEDIR		Total de matérias positivas veiculadas na mídia sobre o TRE-RJ (TMatPos), dividido pelo total de matérias veiculadas na mídia sobre o TRE-RJ (TMat), multiplicado por cem. IPM = (TMatPos / TMat) x 100										UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual																																
												QUANDO MEDIR:		Mensalmente																																
QUEM MEDE		Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)																																												
QUEM ANALISA		Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)																																												
META		Manter em 95% o índice de inserções positivas na mídia, anualmente.						POLARIDADE DO INDICADOR		Quanto maior, melhor		FONTE DE DADOS		Relatório de controle de matérias institucionais																																
EVOLUÇÃO DO INDICADOR			jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14																																
		REALIZADO	98,17%	94,87%	98,90%	95,31%	96,80%	86,36%	100,00%	99,30%	98,75%	91,53%	95,53%	98,54%																																
		META	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%																																
Resultado no período		<table><tr><th>Período</th><th>Índice (%)</th></tr><tr><td>2013</td><td>94,89%</td></tr><tr><td>jan/14</td><td>98,17%</td></tr><tr><td>fev/14</td><td>94,87%</td></tr><tr><td>mar/14</td><td>98,90%</td></tr><tr><td>abr/14</td><td>95,31%</td></tr><tr><td>mai/14</td><td>96,80%</td></tr><tr><td>jun/14</td><td>86,36%</td></tr><tr><td>jul/14</td><td>100,00%</td></tr><tr><td>ago/14</td><td>99,30%</td></tr><tr><td>set/14</td><td>98,75%</td></tr><tr><td>out/14</td><td>91,53%</td></tr><tr><td>nov/14</td><td>95,53%</td></tr><tr><td>dez/14</td><td>98,54%</td></tr><tr><td>Resultado 2014</td><td>96,17%</td></tr><tr><td>Meta 2014</td><td>95,00%</td></tr></table>													Período	Índice (%)	2013	94,89%	jan/14	98,17%	fev/14	94,87%	mar/14	98,90%	abr/14	95,31%	mai/14	96,80%	jun/14	86,36%	jul/14	100,00%	ago/14	99,30%	set/14	98,75%	out/14	91,53%	nov/14	95,53%	dez/14	98,54%	Resultado 2014	96,17%	Meta 2014	95,00%
Período	Índice (%)																																													
2013	94,89%																																													
jan/14	98,17%																																													
fev/14	94,87%																																													
mar/14	98,90%																																													
abr/14	95,31%																																													
mai/14	96,80%																																													
jun/14	86,36%																																													
jul/14	100,00%																																													
ago/14	99,30%																																													
set/14	98,75%																																													
out/14	91,53%																																													
nov/14	95,53%																																													
dez/14	98,54%																																													
Resultado 2014	96,17%																																													
Meta 2014	95,00%																																													
Resultado 2014		96,17%																																												
Metas Anuais																																														
Meta 2014		95,00%																																												
Histórico																																														
2011		97,32%																																												
2012		97,71%																																												
2013		94,89%																																												
1) A exposição na mídia é considerada potencialmente positiva, assim, matérias positivas incluem matérias neutras sobre o TRE-RJ. 2) O indicador avalia as inserções na mídia impressa, radiofônica, televisiva e digital.																																														

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES											
	INDICADOR:		AI 02 - ÍNDICE DE INSERÇÕES POSITIVAS NA MÍDIA									
Segundo os dados referentes ao quarto trimestre do ano de 2014, os índices de inserção positiva na mídia alcançaram a média de 95,2%. O mês de dezembro, com 98,54%, foi o mais positivo. Com esses números, afere-se que o objetivo estratégico vinculado a esse indicador, que é aprimorar a comunicação com os públicos externos, tem sido alcançado. Com isso, contribuiu-se para o fortalecimento da imagem institucional do Tribunal. Os resultados mostram que três ações do TRE-RJ receberam especial destaque na mídia ao longo do referido trimestre: a cobertura das Eleições 2014- incluindo os preparativos, as ações do Tribunal no dia do pleito e seus desdobramentos, como, segurança nas eleições, urnas, biometria, locais de votação, análises da votação, dentre outros-; julgamentos envolvendo cassações de registros, mandatos ou diplomas; e as ações da fiscalização da propaganda eleitoral (as ações das equipes de fiscalização no dia do pleito foram contadas como matérias das Eleições 2014). O quarto trimestre registrou um total de 1.104 matérias citando o TRE-RJ. Destas, 758 foram veiculadas na plataforma online, 238 em impressos, 73 em TVs e 35 em rádios. Os números demonstram que a internet continua sendo o meio que mais divulga notícias do TRE-RJ, representando 68,44% do total de matérias divulgadas no trimestre. A Assessoria de Comunicação Social elaborou releases diários sobre as ações do tribunal, postou no site e no perfil do TRE-RJ no Twitter, enviou cópia por email para toda a imprensa e atendeu às demandas recebidas também via mensagem eletrônica e telefone. As notícias sobre a cobertura das Eleições 2014 foram as que conseguiram maior espaço para o TRE-RJ na mídia. Foram 436 ao todo, o que representa 39,49% do total de notícias publicadas entre outubro e 19 de dezembro*. É necessário salientar que, das 4236 matérias sobre o tema, 157 abordaram a votação biométrica ocorrida em Niterói. Das 72 matérias negativas sobre o TRE-RJ publicadas no trimestre, 61 relatavam os problemas gerados pela votação biométrica no referido município, com relação, por exemplo, às filas e à dificuldade de leitura das digitais. Isso demonstra que esse assunto foi o responsável pelo índice de inserção positiva na mídia em outubro não ter atingido a meta, ficando em 91,53%. De acordo com o entendimento das chefias em exercício no período avaliado, faz parte das atribuições desta Assessoria, sempre que se identificar matérias de cunho negativo geradas por equívoco ou má-interpretação, entrar em contato com o veículo de imprensa a fim de esclarecer alguma informação e até requerer a sua correção, evitando, assim, futuras matérias com erro de conteúdo que venham a atingir a imagem do Tribunal. Entretanto, foge ao controle da Ascom a efetiva publicação das referidas correções. Matérias sobre cassações de registros, diplomas ou mandatos foram o segundo tópico de maior divulgação na mídia: 118 matérias durante o trimestre, ou seja, 10,68% do total de notícias. Já as ações de fiscalização da propaganda eleitoral renderam 103 matérias na imprensa, 9,32% do total. Também tiveram espaço notícias sobre a diplomação dos eleitos, com 60 matérias, e multas a candidatos, com 40 matérias, com 5,43% e 3,62% do total, respectivamente. As demais matérias publicadas, referentes aos 31,46% restantes abordaram temas diversos tais como pesquisas eleitorais com registro no Tribunal, retotalização de votos, e ações da Procuradoria Eleitoral que mencionaram o tribunal, dentre outros. Devido à ruptura do contrato com a empresa que fazia o clipping do TRE-RJ, em 6 de maio do corrente ano,o clipping tem sido confeccionado pela Ascom, o que implica algumas limitações, tais como a incapacidade de efetuar monitoramento constante dos veículos e somente postar matérias de Rádio e TV quando disponibilizadas pelas emissoras em seus sites. * O fato de a própria Ascom confeccionar, com limitações, o clipping do Tribunal, impediu a captação de matérias no período do recesso. O relatório do 4º trimestre de 2014, portanto, apenas contempla as matérias divulgadas entre 1º de outubro e 19 de dezembro de 2014, último dia útil do ano.												
Variável	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
TMatPos	107	74	180	122	121	76	278	708	551	659	171	203
TMat	109	78	182	128	125	88	278	713	558	720	179	206
Cálculo	98,17%	94,87%	98,90%	95,31%	96,80%	86,36%	100,00%	99,30%	98,75%	91,53%	95,53%	98,54%

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES												
		INDICADOR:		AI 03 - DISPONIBILIZAÇÃO DE SENTENÇAS NA INTERNET PELAS ZONAS ELEITORAIS										
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Aprimorar a comunicação com os públicos externos												
O QUE MEDE		O percentual de processos judiciais com sentenças proferidas e publicadas, na íntegra, na Internet até o 5º dia do mês subsequente àquele em que a sentença foi registrada no SADP.												
COMO MEDIR		Total de processos judiciais com sentenças lançadas no SADP e publicadas, na íntegra, na Internet (TotSentSADPDisp), dividido pelo total de processos judiciais com sentenças lançadas no SADP (TotSentSADP), multiplicado por cem. PercSentDisp1º = [(TotSentSADPDisp/TotSentSADP) x 100]									UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual	
											QUANDO MEDIR:		Mensalmente	
QUEM MEDE		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)												
QUEM ANALISA		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)												
META		Disponibilizar, na internet, o inteiro teor de todas as sentenças proferidas no 1º grau e lançadas no SADP.				POLARIDADE DO INDICADOR		Quanto maior, melhor		FONTE DE DADOS	SADP (Redação atualizada em 4/Dez)			
EVOLUÇÃO DO INDICADOR			jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
		REALIZADO	Indicador alterado			56,62%	56,62%	56,62%	62,09%	62,09%	62,09%	75,97%	81,69%	56,52%
		META	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Resultado no período														
Resultado 2014	63,37%													
Metas Anuais														
Meta 2014	100,00%													
Histórico														
2011	NM													
2012	NM													
2013	NM													
A disponibilização do inteiro teor das sentenças na internet, que se dá por meio do SADP, só pode ocorrer após publicação da sentença no Diário da Justiça Eletrônico ou, quando for o caso, no mural do Cartório Eleitoral.														

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES										
	INDICADOR:		AI 03 - DISPONIBILIZAÇÃO DE SENTENÇAS NA INTERNET PELAS ZONAS ELEITORAIS								

Neste 4º trimestre, a Corregedoria deu continuidade, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, à elaboração de um relatório específico que visa a automatização do levantamento das sentenças registradas no SADP, durante o período de referência (mês), em que não houve a utilização dos comandos relacionados à sua publicação na internet.

Enquanto o relatório não se encontra concluído, no trimestre em análise, foram utilizados os relatórios CRE CNJ 1.3 e CRE CNJ 1.4, com o levantamento dos processos que tiveram sentenças registradas no SADP no período (mês) e posterior consulta um a um para verificar a efetiva publicação do inteiro teor dessas decisões na internet. Ao final do levantamento nos meses de outubro e novembro, esta Corregedoria adotou o plano de ação de cobrança por email, em que um prazo foi definido às ZEs para que as sentenças fossem disponibilizadas na internet, além de orientações de como proceder no sistema para atender a cobrança. Após o decurso do prazo estipulado, nova consulta foi realizada e todas as sentenças registradas nos referidos meses encontravam-se disponibilizadas. O mesmo plano de ação será aplicado no mês de dezembro.

Cabe ressaltar que o indicador em dezembro apresentou queda acentuada, o que poderia ser justificado pelo período de recesso forense (em que os prazos processuais são suspensos) e pelo momento em que o levantamento foi realizado (9/1/2015).

Variável	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
TotZEDis	Indicador alterado			325	325	325	999	999	999	98	58	39
pSent												
TotZE				574	574	574	1.609	1.609	1.609	129	71	69

Monitoramento de Objetivo Estratégico

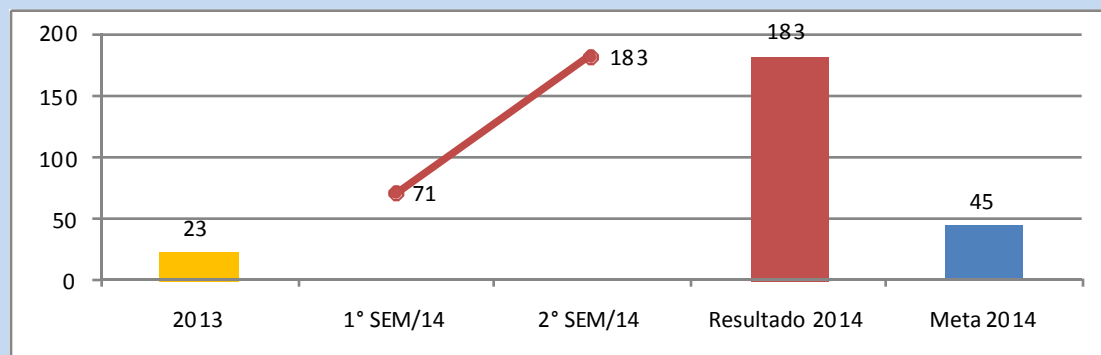
Tema: Atuação Institucional



Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições



AI 04 - Número de parcerias estratégicas



Projetos Estratégicos

	Sistematização do controle de parcerias
	Banco de Boas Práticas

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional



Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:		AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS				
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições						
O QUE MEDE		O total de parcerias firmadas que contribuam diretamente para o alcance de um ou mais objetivos estratégicos.						
COMO MEDIR		Somatório de parcerias estratégicas firmadas pelo TRE-RJ NP = Σ ParcEst				UNIDADE DE MEDIDA:	Unidade	
						QUANDO MEDIR:	Semestralmente	
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
META		Aumentar em 100% as parcerias estratégicas, relativamente ao ano de 2011, até 2013 (35). Aumentar em 65% as parcerias estratégicas, relativamente ao ano de 2010, até 2014 (45).		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Controle de instrumentos de parceria da Assessoria Jurídica	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	183						Realizado	Meta
Metas Anuais						1º SEM/14	71	35
Meta 2014	45					2º SEM/14	183	45
Histórico								
2011	8							
2012	41							
2013	23							
1) Entende-se por parceria estratégica a materialização do vínculo de cooperação entre o TRE-RJ e outras instituições cujo objeto contribua diretamente para o alcance de um ou mais objetivos estratégicos. 2) As parcerias vigentes, ainda que celebradas em outros exercícios, que continuem a contribuir para o alcance de um ou mais objetivos estratégicos, serão computadas no cálculo do indicador, assim como as parcerias renovadas.								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
Análise de Desempenho (2º Semestre/2014): O indicador apresentou resultado bastante acima do estimado. Ao final do segundo semestre de 2014 foram identificadas 183 parcerias celebradas. Este total refere-se a parcerias celebradas no exercício de 2014 ou que, celebradas em outros exercício, permaneciam vigentes no ano. Observa-se que grande parte das parcerias celebradas no período estão relacionadas ao aprimoramento do processo eleitoral, com especial destaque para as parcerias relacionadas ao projeto "Mesário Voluntário" (75 parcerias). Observa-se, paralelamente, o excelente resultado alcançado pelo indicador "Percentual de mesários voluntários", o que pode estar associado àquelas parcerias. Outras diversas parcerias referem-se à garantia da infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ, concernentes a cessões de imóveis para abrigar unidades da Justiça Eleitoral deste Estado. Não obstante o resultado alcançado, reitera-se o que já fora expresso nos relatórios anteriores acerca da grande dificuldade na medição do indicador, já que não há unidade no âmbito do TRE-RJ com atribuição de controle dos instrumentos de parceria celebrados pelo Tribunal, o que aumenta consideravelmente a margem de erro na apuração dos dados. A consolidação das informações torna-se extremamente frágil. Observa-se que somente na aferição deste período foram incluídas as cessões de imóveis. A lacuna de um processo regular para controle de parcerias deu ensejo à inclusão no Plano Estratégico revisado em dezembro de 2012 do projeto "Sistematização do Controle de Parcerias", que tem por objetivo garantir melhor controle e padronização dos instrumentos de parceria, além de definir papéis e responsabilidades. O mencionado projeto está atrasado. O processo de medição consiste no encaminhamento de mensagem eletrônica pela Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão às diversas unidades da Sede, acompanhada de planilha para preenchimento com informações relativas às parcerias celebradas, motivadas ou sob monitoramento das unidades. Manifestaram-se as seguintes unidades: Assessoria da Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria Judiciária, Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento da Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Administração, Escola Judiciária Eleitoral e Assessoria de Comunicação Social. Algumas das parcerias elencadas foram extraídas de pasta de cópias da Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral. A importância de parcerias estratégicas tem se evidenciado inclusive nos direcionamentos apresentados pelo Tribunal de Contas da União, que solicita informações para composição dos relatórios de gestão. Por certo, as parcerias são absolutamente relevantes para o aprimoramento da gestão pública e para a otimização de recursos, na medida em que possibilitam, além da maior integração entre as instituições, o compartilhamento de experiências, conhecimento, práticas e soluções jurídicas, tecnológicas e administrativas, conforme se extrai da própria descrição do objetivo estratégico ao qual está vinculado o indicador em questão. Assim, a celebração de parcerias consiste em um meio bastante eficiente a ser explorado para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal, devendo, portanto, sujeitar-se a um processo de controle contínuo, a fim de que não apenas se contabilize o total de parcerias, mas também a efetividade de seus objetos para o TRE-RJ.			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS

PARCERIAS:

1. Parcerias celebradas, no segundo semestre de 2014, por meio da Corregedoria Regional Eleitoral com diversas instituições de ensino superior visando à concessão de Horas de Atividades Complementares para os mesários estudantes que trabalharem nas Eleições. As seguintes instituições aderiram: 1) Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro; 2) Associação Educacional Dom Bosco - Abrange o Município de Resende; 3) CEDERJ/UAB - Resende; 4) Centro de Ensino Superior de Valença CESVA; 5) Centro Universitário Anhanguera Niterói; 6) Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM - Abrange as unidades Bonsucesso, Bangu, Campo Grande e Jacarepaguá; 7) Centro Universitário Celso Lisboa - UCL; 8) Centro Universitário de Barra Mansa - UBM; 9) Centro Universitário Fluminense - Uniflu - Campus I - Abrange o Município de Campos dos Goytacazes; 10) Centro Universitário Geraldo di Biasi - UGB - Abrange as unidades Barra do Pirai, Nova Iguaçu e Volta Redonda; 11) Faculdade Arthur de Sá Earp Neto - FASE / Faculdade de Medicina de Petrópolis - FMP - Abrangem o Município de Petrópolis; 12) Faculdade Cenecista da Ilha do Governador - FACIG; 13) Faculdade de Economia e Finanças Ibmecc e Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Ibmecc RJ; 14) Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro - FAETERJ - Unidade Bom Jesus do Itabapoana; 15) Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro - FAETERJ - Unidade Paracambi; 16) Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro - FAETERJ - Unidade Santo Antônio de Pádua; 17) Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro - FAETERJ - Unidade Três Rios; 18) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé - FAFIMA; 19) Faculdade de Filosofia Santa Doroteia - Unidade Nova Friburgo; 20) Faculdade Educacional Serra dos Órgãos - UNIFESO; 21) Faculdade Gama e Souza - Unidade Olaria; 22) Faculdade Geremário Dantas; 23) Faculdade Internacional Signorelli; 24) Faculdade Machado de Assis; 25) Faculdade Metropolitana São Carlos - FAMESC - Unidade Bom Jesus do Itabapoana; 26) Faculdade Pinheiro Guimarães; 27) Faculdade Professor Miguel Ângelo da Silva Santos - FEMASS - Unidade Macaé; 28) Faculdade Redentor - FACREDENTOR - Unidade Itaperuna; 29) Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora - Abrange o Município de Macaé; 30) Faculdade Santo Antônio de Pádua - FASAP - Unidade Santo Antônio de Pádua; 31) Faculdade São Camilo; 32) Faculdade Sul Fluminense - FASF - Abrange o Município de Volta Redonda; 33) Faculdades Integradas Hélio Alonso - Facha; 34) Faculdades Integradas Henrique Simonsen; 35) Faculdades Integradas Jacarepaguá - FIJ; 36) Faculdades São José; 37) Fundação Educacional da Região dos Lagos - Ferlagos; 38) Fundação Educacional de Além Paraíba - FEAP; 39) Fundação Educacional e Cultural São José - Unidade Itaperuna; 40) Fundação Oswaldo Aranha - UniFOA - Unidade Volta Redonda; 41) Fundação Técnico-Educacional Souza Marques; 42) Fundação Universitária de Itaperuna - FUNITA; 43) Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda - IBMR; 44) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ - Abrange todos os Campi; 45) Instituto Superior de Educação Prof. Aldo Muylaert - ISEPAM - Abrange o Município de Campos dos Goytacazes; 46) PUC-Rio; 47) Uniabeu - Abrange as unidades Angra dos Reis, Belford Roxo, Nilópolis e Nova Iguaçu; 48) Unigranrio - Abrange todos os campi; 49) Universidade Cândido Mendes - Abrange todas as unidades; 50) Universidade Cândido Mendes - UCAM - Unidade Campos dos Goytacazes; 51) Universidade Castelo Branco - Abrange todas as unidades; 52) Universidade Católica de Petrópolis - UCP; 53) Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ - Abrange todos os campi; 54) Universidade Estácio de Sá - Abrange os cursos de Direito de todas as unidades; 55) Universidade Estácio de Sá - Campus Dorival Caymmi (Copacabana); 56) Universidade Estácio de Sá - Campus Macaé; 57) Universidade Estácio de Sá - Unidade Angra dos Reis; 58) Universidade Estácio de Sá - Unidade Campos dos Goytacazes; 59) Universidade Estácio de Sá - Unidade Nova Friburgo; 60) Universidade Estácio de Sá - Unidade Petrópolis; 61) Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF; 62) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO - Abrange todas as unidades; 63) Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; 64) Universidade Federal Fluminense - UFF - Instituto de Ciências Exatas/Volta Redonda; 65) Universidade Federal Fluminense - UFF - Unidade Macaé; 66) Universidade Federal Rural - UFRRJ; 67) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ - Instituto Três Rios - Abrange o Município de Três Rios; 68) Universidade Iguaçu - UNIG - Abrange todas as unidades; 69) Universidade Norte do Paraná - UNOPAR - Polo Nova Friburgo; 70) Universidade Salgado de Oliveira - Universo - Unidade Campos dos Goytacazes; 71) Universidade Salgado de Oliveira - Universo - Unidade São Gonçalo; 72) Universidade Santa Úrsula; 73) Universidade Severino Sombra - Abrange o Município de Vassouras; 74) Universidade Veiga de Almeida - UVA; 75) Universidade Veiga de Almeida - UVA - Unidade Cabo Frio. Objetivos estratégicos relacionados: Aprimorar o processo eleitoral; Fomentar o exercício da cidadania; Aprimorar a comunicação com os públicos externos; e, Harmonizar as relações com outras instituições.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
76. Termo de Cooperação celebrado entre o TRE-RJ e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 27/06/2014, objetivando a cessão de 260 (duzentos e sessenta) policiais militares, 50 (cinquenta) bombeiros militares e 100 (cem) servidores para prestação de serviços perante as Zonas Eleitorais e/ou a Sede, bem como cessão de 20 (vinte) veículos, com motoristas e abastecidos, até 17/10/2014, ou, na ocorrência de segundo turno, até 14/11/2014. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral. (Processo 68.105/2014) 77. Convênio nº 001/2014 celebrado entre o TRE-RJ e a SABEMI SEGURADORA S/A, em 02/06/2014 (Processo nº 182.381/2013), objetivando a concessão de planos de seguros e de previdência privada, bem como de assistência financeira mediante consignação em folha de pagamento, com vigência de 2 (dois) anos a contar de 02/06/2014. Objetivo estratégico relacionado: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia. 78. Termo de Cooperação Técnica firmado entre o TRE-RJ e a sua Escola Judiciária Eleitoral e o TRF-2ª Região e a sua Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF, celebrado em 02/05/2014, com vigência de 2 (dois) anos a contar da data de sua assinatura, objetivando a cooperação acadêmica e técnica mútua dos participantes, com a finalidade de integração institucional, com ênfase na pesquisa jurídica e realização de atividades acadêmicas, notadamente fóruns, eventos, conferências, seminários, encontros, debates e palestras. Objetivo estratégico relacionado: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais. 79. Termo de Cooperação celebrado entre o TRE-RJ e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Processo nº 55.925/20014), objetivando a cessão de 100 (cem) servidores para prestação de serviços perante às Zonas Eleitorais deste Estado e/ou Sede, durante o período de 01/07/2014 e 14/11/2014, na ocorrência de segundo turno. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral. 80. Parceria firmada com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ) para indicação de servidor para palestrar em Seminário de Prestação de Contas Eleitorais 2014 sobre o tema "Atuação da Justiça Eleitoral nas Eleições 2014" que acontecerá no dia 12/08/2014, na cidade do Rio de Janeiro. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral. 81. Convênio celebrado entre o TRE-RJ e a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 21/07/2014, objetivando disponibilizar 15 (quinze) veículos de sua frota ao TRE-RJ, no período de 21/07/2014 a 17/11/2014. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral. 82. Convênio entre o TRE-RJ e o Tribunal de Contas da União (TCU), firmado sob o processo TCU nº 021.478/2013-9 (Protocolo TRE-RJ nº 119.551/2013), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 25/09/2013, visando promover intercâmbio de informações e cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos - Objetivo estratégico relacionado: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais. 83. Convênio celebrado entre o TRE-RJ e o SESI/RJ com a finalidade de disponibilizar aos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do TRE-RJ, bem como aos dependentes e pensionistas civis, os serviços prestados pelo SESI/RJ nas áreas de saúde, educação e lazer, com vigência de 02/07/2012 a 02/07/2017 - Objetivo estratégico relacionado: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia. 84. Termo de Cooperação Institucional firmado entre a EJE/TRE-RJ e a EMERJ, abrangendo o período de 18/07/2013 a 17/07/2015, visando à cooperação acadêmica e técnica mútua dos participantes, almejando integração institucional, com ênfase na pesquisa jurídica e na realização de atividades acadêmicas, notadamente fóruns, eventos, conferências, seminários, encontros, debates e palestras. Objetivo estratégico relacionado: Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições.			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
85. 1º Termo Aditivo ao Termo nº 003/224/2011 de Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o TJ-RJ visando ao aprimoramento nas áreas de infraestrutura, logística e gestão de segurança institucional, com apoio de material, pessoal e implementação de medidas de capacitação e reciclagem que assegurem tais medidas, a ser prestado pelo TJ-RJ ao TRE-RJ pelo período de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 03/02/2013 - Objetivo estratégico relacionado: Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ. 86. Termo de Cooperação Técnica e Parceria nº 01/2012, com vigência por prazo indeterminado, celebrado entre o TRE-RJ e a ABATERJ (Associação Beneficente de Amigos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro) que tem por objeto assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos na forma da logística reversa. Objetivo estratégico relacionado: Promover a responsabilidade ambiental. 87. Adesão ao Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o CNJ e o Banco Central do Brasil para fins de utilização do mecanismo de consulta ao Cadastro Nacional de Clientes do Sistema Financeiro Nacional - CCS, por prazo indeterminado: Objetivo estratégico relacionado: Garantir agilidade dos feitos eleitorais. 88. Termo de Convênio entre a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA e o TRE-RJ visando à disponibilização ao TRE-RJ de consulta ao cadastro de empresas e de visualização de documentos digitalizados, com vigência de 04/04/2012 até 04/04/2017. Objetivo estratégico relacionado: Garantir agilidade dos feitos eleitorais. 89. Termo Aditivo ao Convênio n.º 08/2010 (datado de 26/11/2010) assinado em 30/12/2013 entre o TRE-RJ e a GUARDA MUNICIPAL da Cidade do Rio de Janeiro, visando a permanência de 30 (trinta) guardas municipais para servirem junto à sede do TRE-RJ, exclusivamente em atividades de vigilância e segurança até 26/11/2014. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral. 90. Termo de Convênio n.º 050/2014 celebrado entre o TRE-RJ e a COMLURB, no período de 21/07/2014 a 15/11/2014, que tem por objeto a cessão de empregados/garís e veículos para auxiliar, no âmbito de suas estritas atribuições, os trabalhos de retirada de materiais de propaganda eleitoral irregular, dentro dos limites do Município. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral. 91. Convênio entre o TRE-RJ e a RIO ÔNIBUS, em 02/06/2014, objetivando a cessão gratuita de veículos necessários ao transporte de urnas eletrônicas com motorista e combustível para o 1º turno nos dias 04 e 05 de outubro de 2014, e, se houver 2º turno, nos dias 25 e 26 do mesmo. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral. 92. Convênio entre o TRE-RJ e a FETRANSPOR, em 02/06/2014, objetivando a cessão gratuita de veículos, com motorista e combustível, necessários ao transporte de urnas eletrônicas para o 1º turno, nos dias 04 e 05 de outubro de 2014, e, se houver 2º turno, nos dias 25 e 26 do mesmo. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral. 93. 2º Termo Aditivo ao Protocolo de Cooperação celebrado com o TSE para funcionamento do Centro Cultural da Justiça Eleitoral, que permite a utilização de 225m² do CCJE pelo TRE-RJ e prorroga a vigência para 06 de março de 2019. As despesas que excederem à média dos valores aferidos nos meses de fevereiro a abril/2013, ficarão à custa do TRE-RJ - Objetivo(s) estratégico(s) relacionado(s): Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ. 94. Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o TRE-RJ e a Universidade Veiga de Almeida (Termo nº 001/2007) visando a concessão de descontos nos cursos oferecidos pela instituição de ensino, com vigência indeterminada - Objetivo(s) estratégico(s) relacionado(s): Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
95. Convênio de Cooperação entre o TJ-RJ e o TRE-RJ para a integração tecnológica das informações provenientes dos bancos de dados do TJ-RJ e do TRE-RJ, no sentido de facilitar sua disponibilização, exclusivamente vinculada às atividades funcionais visando a localização de pessoas, comunicações de óbitos e do trânsito em julgado de condenações criminais, de incapacidade civil absoluta (interdição) e de improbidade administrativa, com vigência por prazo indeterminado – Termo nº 003/411/2012 – Objetivo(s) estratégico(s) relacionado(s): Garantir agilidade dos feitos eleitorais; Aprimorar o processo eleitoral. 96. Termo de Cooperação entre TRE-RJ e PETROBRAS S/A (Protocolo nº 98.857/2014), visando a cessão de 30 (trinta) empregados para prestação de serviços perante às Zonas Eleitorais e/ou Sede até 14/11/2014 e repasse estimado de 50.000 (cinquenta mil) litros de combustível. 97. Termo de Convênio n.º003/521/2014 celebrado entre TJ-RJ e o TRE-RJ, objetivando estabelecer programa de cooperação educacional, técnica e científica entre o TRE-RJ e o TJ-RJ para que os servidores dos convenientes participem de cursos, palestras e ações de capacitação realizadas pelo outro com vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 02/09/2014. 98. Instrumento de convênio para disponibilização de oficiais de justiça do TJ-RJ para auxiliar nos trabalhos desenvolvidos junto ao TRE-RJ sem prejuízo de suas funções no órgão de origem, em atividade de citação, intimação, notificação e fiscalização. Vigência de 2 anos prorrogáveis por igual período a contar de 09/09/2014. 99. Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado e o TRE-RJ celebrado em 15/01/13 com prazo indeterminado (Protocolo n.º 7.955/2013), objetivando o intercâmbio de informações relacionadas à área de identificação civil, incluindo dados biográficos e biométricos de interesse específico. 100. Termo de Cooperação técnica e parceria entre o TRE-RJ e a PUC-RIO visando estabelecer um programa de cooperação, intercâmbio científico e tecnológico. Prazo indeterminado, início 22/10/2013. 101. Termo de Convênio de Cooperação entre TRE-RJ e o Município de Parati celebrado em 08/08/2014 para os dias 05 e 26/10/2014, visando o fornecimento de suplementação de 3.000 (três mil) litros de combustível, sendo 1.000 (mil) litros de gasolina comum e 2.000 (dois mil) litros de óleo diesel. 102. 14 (quatorze) cessões de imóveis no Estado do Rio de Janeiro para abrigar Cartórios Eleitorais. 103. 27 (vinte e sete) cessões de imóveis de Prefeituras Municipais para abrigar Cartórios Eleitorais. 104. 36 (trinta e seis) cessões de imóveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para abrigar Cartórios Eleitorais. 105. 4 (quatro) cessões de imóveis de órgãos federais para abrigar Cartórios Eleitorais. 106. 1 (uma) cessão de imóvel do Poder Legislativo Municipal (Campos dos Goytacazes) para abrigar Cartório Eleitoral.			

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Alinhamento Estratégico

Objetivos Estratégicos:

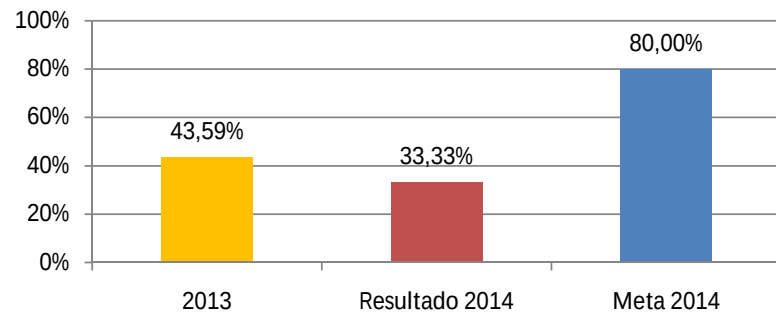
Desenvolver a gestão orientada a resultados

Monitoramento de Objetivo Estratégico

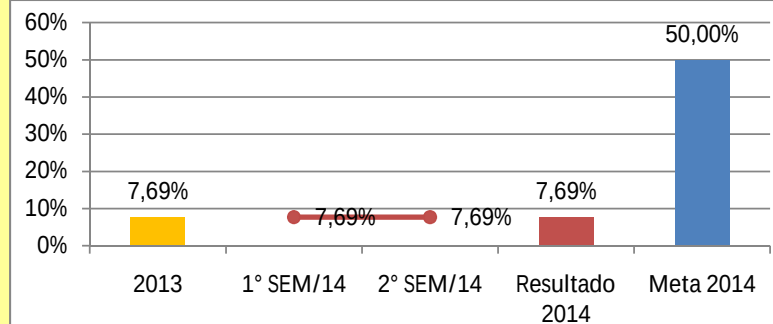
Tema: Alinhamento Estratégico

Objetivo: Desenvolver a gestão orientada a resultados

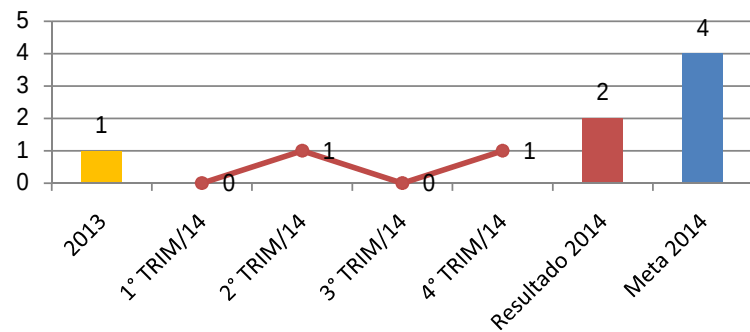
AE 01 - Índice de alcance das metas estratégicas



AE 02 - Índice de desdobramento da estratégia



AE 03 - Número de Reuniões de Análise da Estratégia



Projetos Estratégicos

- Desdobramento da Estratégia nas Unidades do TRE-RJ
- Sistema de Gestão da Estratégia
- Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Alinhamento Estratégico



Objetivo: Desenvolver a gestão orientada a resultados

Análise de desempenho (4º trimestre/2014):

Conforme já exposto em relatórios anteriores, o resultado do objetivo vem sendo impactado pelo baixo desempenho de todos os indicadores a ele relacionados. Em que pese a periodicidade anual do indicador "Índice de alcance de metas estratégicas", observa-se que dos 39 (trinta e nove) indicadores que integram o plano estratégico (o indicador "Índice de alcance de metas estratégicas" não é computado neste cálculo):

- 13 (treze) indicadores tiveram desempenho dentro do limite desejável ao final de 2014 (sinalização "verde"), isto é, suas metas foram atingidas ou apresentaram desempenho dentro do limite de comportamento desejável, o que corresponde a 33,33% dos 39 indicadores. Esse resultado demonstra a piora em relação ao final do exercício de 2013, quando 17 indicadores (43,59%) apresentaram desempenho satisfatório;
- 20 (vinte) indicadores apresentaram desempenho insatisfatório (sinalização "vermelha"), o que corresponde a 51,28%. Esse resultado também representa piora de desempenho em relação ao final do exercício de 2013, quando 16 (dezesesseis) indicadores (41,03%) receberam sinalização vermelha.
- 2 (dois) indicadores demandam atenção (sinalização "amarela"), o que corresponde a 5,13%. Tal resultado, espelhando os anteriores, também foi pior do que o alcançado ao final de 2013, quando apenas 1 indicador (2,56%) demandava atenção.
- 4 (quatro) receberam sinalização "preta", o que corresponde a 10,26%, por demandarem a conclusão de projetos estratégicos para viabilizar sua medição. São os seguintes os indicadores indisponíveis: "Índice de adequação às competências organizacionais", "Índice de cartórios eleitorais participantes no Espaço Colaborativo" e "Índice de adequação das instalações físicas" e "Índice de instalações acessíveis".

Considerando os resultados apurados, reitera-se a necessidade de realização sistemática das Reuniões de Análise da Estratégia, por se tratar do fórum ideal para avaliação dos fatores que estão impactando no desempenho dos indicadores e identificação das medidas a serem adotadas para garantir o alcance da estratégia institucional.

Ao longo de 2014, foram realizadas apenas duas Reuniões de Análise da Estratégia, sendo a primeira em 27 de maio de 2014 e a segunda no dia 28 de novembro daquele ano. A segunda RAE teve como pauta o *feedback* dos planos de ação gerados na I RAE de 2014, assim como a proposição e aprovação de oito planos de ação, definidos na reunião prévia à II RAE, em 5 de setembro de 2014. A referida pré-RAE e a II RAE basearam-se no desempenho observado no primeiro semestre de 2014.

Na II RAE foram observadas as seguintes ocorrências, conforme ata disponível no Portal da Estratégia: a) alguns formulários de acompanhamento de planos de ação gerados na I RAE não foram apresentados, sendo a exposição realizada pelos respectivos responsáveis durante a reunião; b) alguns planos de ação gerados na I RAE não foram concluídos a termo ou apresentaram problemas em sua execução, sendo necessária a continuidade de seu monitoramento; c) dos oito planos de ação definidos na pré-RAE realizada em setembro de 2014, apenas dois foram apresentados durante a II RAE, em 28/11/2014, restando pendentes as respectivas apresentações para a próxima RAE.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Alinhamento Estratégico



Objetivo: Desenvolver a gestão orientada a resultados

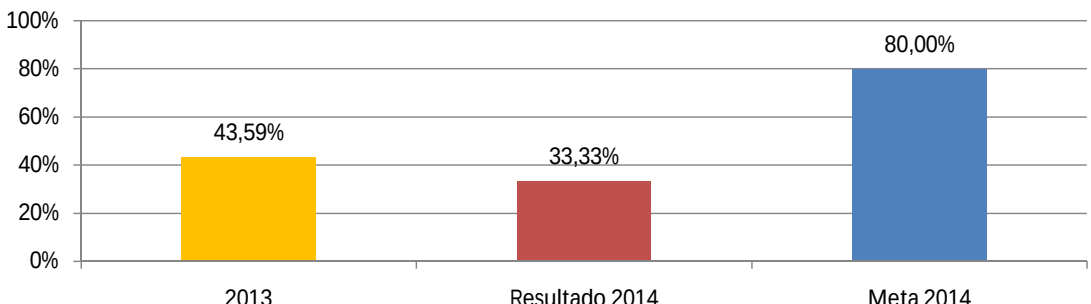
A situação apresentada demonstra a necessidade de maior apropriação dos indicadores e objetivos estratégicos pelos respectivos responsáveis. Além disso, a descontinuidade do processo de monitoramento dos planos de ação pelo Comitê Gestor da Estratégia pode ser um dos fatores de impacto no desempenho dos resultados estratégicos, além de vulnerabilizar todo o processo de melhoria contínua.

Na Pré-RAE realizada em 05/09/2014, deliberou-se pela realização de reuniões específicas para tratar do desempenho dos projetos estratégicos. Estima-se que a efetiva implementação dessa medida contribua para a melhoria do desempenho estratégico do Tribunal, bem como do indicador "Execução do Orçamento Estratégico". Ocorre que, desde a referida deliberação, nenhuma reunião foi realizada com a referida pauta.

No que se refere ao "Índice de desdobramento da estratégia", conforme informado nos relatórios anteriores, duas unidades estão sendo desdobradas, a saber: Secretaria de Administração e Secretaria de Gestão de Pessoas. O prazo de execução do projeto foi severamente impactado pelas mudanças ocorridas no corpo gerencial das referidas unidades, no início de 2014, e pelo aumento de volume de trabalho típico dos anos eleitorais, dificultando a realização de reuniões sistemáticas entre a gerência do projeto e representantes das duas secretarias. O desdobramento das duas secretarias permanece em andamento, estando já em fase final na Secretaria de Gestão de Pessoas. Na Secretaria de Administração os trabalhos somente foram retomados, a pedido da própria secretaria, ao final do período eleitoral.

Em razão do encerramento da vigência do Plano Estratégico do TRE-RJ em dezembro de 2014 e da decisão do Exmo. Sr. Desembargador Presidente, no Prot. nº 251.328/2014, em 17/12/2014, que suspende por 120 dias o processo que versa sobre a prorrogação da vigência do referido plano até dezembro de 2015, sugere-se que seja dada continuidade ao desdobramento da SAD e da SGP, sem a derradeira aprovação até a conclusão da revisão do plano estratégico, a fim de que eventuais ajustes possam ser realizados; que o cronograma de desdobramento das demais unidades seja estabelecido pelo Comitê Gestor da Estratégia levando-se em consideração a necessidade de formulação de novo plano estratégico; e, por fim, a consequente adequação da meta do indicador a tal definição.

No que tange às demais iniciativas estratégicas elencadas para o alavancamento do objetivo em questão, os projetos "Metodologia de Gestão de Processos" e "Sistema de Gestão da Estratégia" estão em andamento, devendo-se destacar quanto ao segundo que sua priorização foi resultado de deliberação da RAE realizada em maio de 2014. A "Metodologia de Gestão de Processos" encontra-se concluída, e conforme despacho exarado no Prot. nº 261.475/2014, o processo que contém a respectiva minuta deve restar sobrestado na Diretoria-Geral até a alteração da gestão do Tribunal.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:			AE 01 -ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver a gestão orientada a resultados						
O QUE MEDE		O percentual de metas estabelecidas no Plano Estratégico com desempenho satisfatório.						
COMO MEDIR		Total de metas do Plano Estratégico com desempenho satisfatório (TMetPlanEstDesSat), dividido pelo total de metas do Plano Estratégico (TMetPlanEst), multiplicado por cem. AME = (TMetPlanEstDesSat/TMetPlanEst) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Anualmente, em janeiro.	
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
META		Alcançar 80% das metas estabelecidas, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de Análise da Estratégia	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	33,33%						Realizado	Meta
Metas Anuais						2014	33,33%	80,00%
Meta 2014								
Histórico								
2011	45,15%							
2012	33,33%							
2013	43,59%							
1) Este indicador não será computado no cálculo da meta. 2) Entende-se por desempenho satisfatório o atingimento mínimo de 90% do resultado estabelecido para a meta. 3) Os índices apurados em 2010 e 2011 refletem o resultado de metas atingidas, e não o resultado de metas com desempenho satisfatório.								

ANÁLISE DE INDICADORES

INDICADOR:

AE 01 -ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS

O resultado do indicador demonstra o não atingimento da meta estabelecida para o ano de 2014. O resultado de 33,33% está bastante aquém da meta de 80% estabelecida e denota, ainda, a piora de desempenho em relação ao exercício de 2013, qual seja, 43,59%.

No que se refere à evolução de desempenho das metas estratégicas ao longo do ano de 2014, extrai-se que não houve qualquer alteração significativa, já que a média geral de metas consideradas satisfatórias ao longo do ano foi de 33,97% (41,03%, no primeiro trimestre; 30,77%, no segundo trimestre; 30,77%, no terceiro trimestre; 33,33%, no quarto trimestre).

Assim, dos 39 (trinta e nove) indicadores que integram o plano estratégico (o indicador "Índice de alcance de metas estratégicas" não é computado neste cálculo), observa-se:

13 (treze) indicadores tiveram desempenho dentro do limite desejável ao final de 2014 (sinalização "verde"), isto é, suas metas foram atingidas ou apresentaram desempenho dentro do limite de comportamento desejável, o que corresponde a 33,33% dos 39 indicadores. Esse resultado demonstra a piora em relação ao final do exercício de 2013, quando 17 indicadores (43,59%) apresentaram desempenho satisfatório;

20 (vinte) indicadores apresentaram desempenho insatisfatório (sinalização "vermelha"), o que corresponde a 51,28% dos 39 indicadores. Esse resultado também representa piora de desempenho em relação ao final do exercício de 2013, quando 16 indicadores (41,03%) receberam a sinalização vermelha;

2 (dois) indicadores demandam atenção (sinalização "amarela"), o que corresponde a 5,13% dos 39 indicadores. Tal resultado, espelhando os anteriores, também foi pior do que o alcançado ao final de 2013, quando apenas 1 indicador (2,56%) demandava atenção.

4 (quatro) indicadores encontram-se indisponíveis por demandarem a conclusão de projetos estratégicos para viabilizar sua medição.

Nesse contexto, deve-se destacar a importância de realização sistemática das Reuniões de Análise da Estratégia, por se tratar do fórum ideal para avaliação dos fatores que estão impactando no desempenho dos indicadores e identificação das medidas a serem adotadas para garantir a alcance da estratégia institucional.

Variável	2014
TMetPlanEstDesSat	13
TMetPlanEst	39

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		AE 02 - ÍNDICE DE DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA
Análise de desempenho (4º trimestre/2014) O indicador não alcançou o desempenho estimado para o ano de 2014, isto é, 50% de unidades desdobradas, o que corresponde a 6 unidades, mantendo-se a mesma situação do primeiro semestre de 2014, com apenas uma unidade desdobrada, qual seja, a Secretaria de Tecnologia da Informação. O desempenho do indicador está intrinsecamente relacionado ao desempenho do projeto "Desdobramento da Estratégia", consignado no Plano Estratégico. Referido projeto foi iniciado no primeiro semestre de 2013 e tem como produto final a elaboração de mapas estratégicos ou painéis de contribuição para seis unidades da Sede até o final do exercício de 2014. Tal escopo foi associado ao cumprimento da meta pretendida de 50% de unidades desdobradas até o final de 2014. Ocorre que, conforme consta do Termo de Abertura do Projeto, uma das entregas, já concluída, foi a capacitação dos servidores, que somente foi encerrada no final de novembro de 2013, impactando no tempo de execução do projeto e, via de consequência, no cumprimento da meta. Com base nos conhecimentos obtidos durante a capacitação, foi possível, ainda, observar a complexidade da atividade de desdobramento. Assim, a meta estabelecida para o indicador pode ser considerada bastante audaciosa. Conforme informado no último relatório, duas unidades estão sendo desdobradas, a saber: Secretaria de Administração e Secretaria de Gestão de Pessoas. O prazo de execução do projeto foi impactado pelas mudanças ocorridas no corpo gerencial das referidas unidades, no início de 2014, e pelo aumento do volume de trabalho típico dos anos eleitorais, dificultando a realização de reuniões sistemáticas entre a gerência do projeto e representantes das duas secretarias. O desdobramento das duas secretarias permanece em andamento, estando já em fase final na Secretaria de Gestão de Pessoas. Em razão do encerramento da vigência do plano estratégico do TRE-RJ em dezembro de 2014 e da decisão do Exmo. Sr. Desembargador Presidente no Prot. nº 251.328/2014, em 17/12/2014, que suspende por 120 dias o processo que versa sobre a prorrogação da vigência do referido plano até dezembro de 2015, sugere-se que seja dada continuidade ao desdobramento da SAD e da SGP, que o cronograma de desdobramento das demais unidades seja estabelecido pelo Comitê Gestor da Estratégia levando-se em consideração a necessidade de formulação de novo plano estratégico e, por fim, a consequente adequação da meta do indicador a tal definição. Vale reiterar o impacto positivo do desdobramento da estratégia, não apenas sobre o objetivo a ele vinculado, mas também sobre todos os demais objetivos a serem consignados na estratégia do TRE-RJ, na medida em que as unidades passam a ter seus próprios mapas estratégicos ou painéis de contribuição alinhados à estratégia organizacional, oportunizando a sinergia de esforços, a otimização de recursos, o acompanhamento do desempenho das unidades de forma objetiva, a melhoria do processo de tomada de decisões estratégicas e, conseqüentemente, a concretização da estratégia.			
Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014	
TUniSedDe	1	1	
TUniSed	13	13	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		AE 03 - NÚMERO DE REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA	
Análise de desempenho (4º trimestre/ 2014)				
A meta estabelecida para o ano de 2014 não foi alcançada, uma vez que somente foram realizadas duas reuniões no exercício. Destaca-se o que dispõe o art. 6º do Ato GP nº 391/2012: "As Reuniões de Análise da Estratégia deverão ser realizadas trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro". A primeira RAE de 2014 foi realizada em 27/05/2014, tendo como pauta o desempenho estratégico do ano de 2013. No dia 28/11/2014 foi realizada a segunda RAE do ano, com abordagem correspondente ao primeiro e segundo trimestres de 2014. Em observância ao plano de ação aprovado na RAE realizada no dia 27/05/2014, com o objetivo de melhorar o desempenho do indicador e, via de consequência, do objetivo a ele vinculado, foram definidas na mesma reunião as unidades e servidores responsáveis pela coleta de dados e análise de indicadores e objetivos estratégicos, bem como aprovada a priorização do projeto "Sistema de Gestão da Estratégia". Referido projeto encontra-se em andamento na SEDSIS, sob gerência de servidor lotado na Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão. O mencionado plano de ação prevê, ainda, a elaboração de cronograma das atividades para realização das Reuniões de Análise da Estratégia de 2015. O cronograma será elaborado pela ASPLAN e será submetido à apreciação superior. Entende-se que o indicador em questão, ao avaliar o número de Reuniões de Análise da Estratégia realizadas, tem por objetivo precípuo a sistematização do processo de avaliação do desempenho estratégico como forma de desenvolver a gestão orientada a resultados, sendo recomendável a observância à periodicidade trimestral como forma de garantir respostas rápidas a eventuais desvios identificados no curso da execução da estratégia. Isto, porque as Reuniões de Análise da Estratégia constituem-se no fórum ideal para o diálogo estratégico, onde são avaliados objetivos, indicadores, metas e iniciativas estabelecidos pela estratégia institucional e o desempenho organizacional sistemicamente, orientando a tomada de decisões de forma objetiva e com foco em resultados. Sob tal aspecto, a não realização dessas reuniões constitui-se em risco ao processo de gestão estratégica, uma vez que eventuais desvios poderão não ser corrigidos no tempo necessário para obtenção dos resultados almejados pelo TRE-RJ. Ademais, o resultado do indicador pode servir como um termômetro sobre o amadurecimento institucional em relação ao processo de gestão estratégica. Importante salientar que a vigência do plano estratégico do TRE-RJ expirou em dezembro de 2014. A questão foi abordada no Prot. nº 251.328/2014, determinando o Exmo. Sr. Desembargador Presidente, em despacho exarado em 17/12/2014, a suspensão do processo pelo prazo de 120 dias. Tal lacuna não obstaculiza, contudo, a realização das Reuniões de Análise da Estratégia, uma vez que gaps de desempenho encontram-se identificados e diversos planos de ação encontram-se em andamento, devendo o monitoramento ser continuado.				
Variável	1 TRI/2014	2 TRI/2014	3 TRI/2014	4 TRI/2014
RAE	0	1	0	1

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivos Estratégicos:

Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais

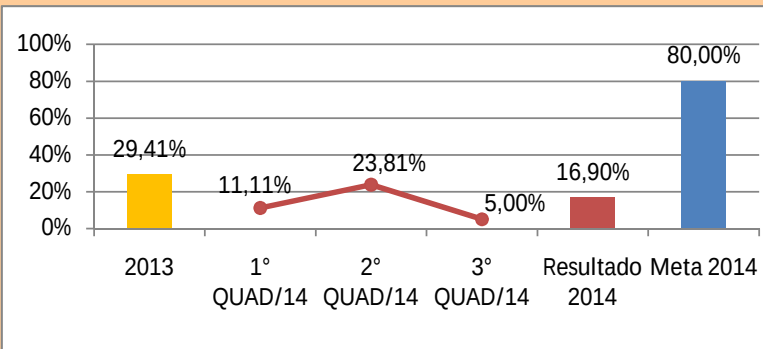
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Monitoramento de Objetivo Estratégico

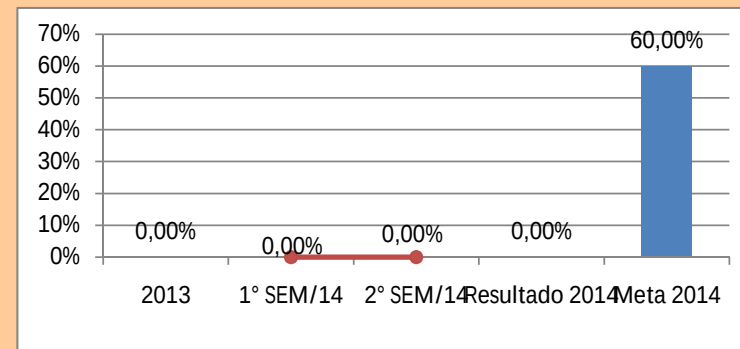
Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais

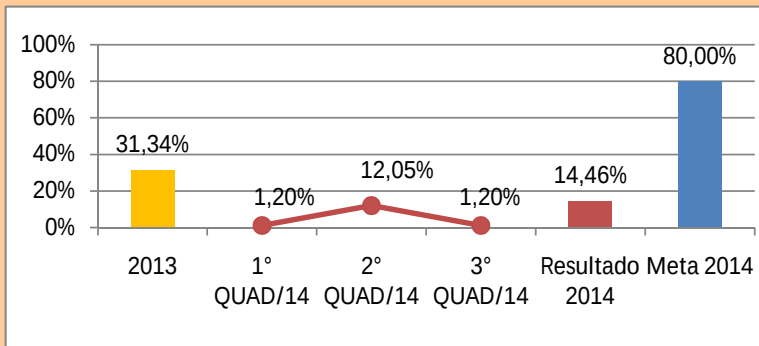
GP 01 - Índice de aderência ao PAC



GP 03 - Índice de adequação às competências organizacionais



GP 02 - Índice de execução do PAC



Projetos Estratégicos

Gestão por Competências
Educação a Distância - EAD

Monitoramento de Objetivo Estratégico

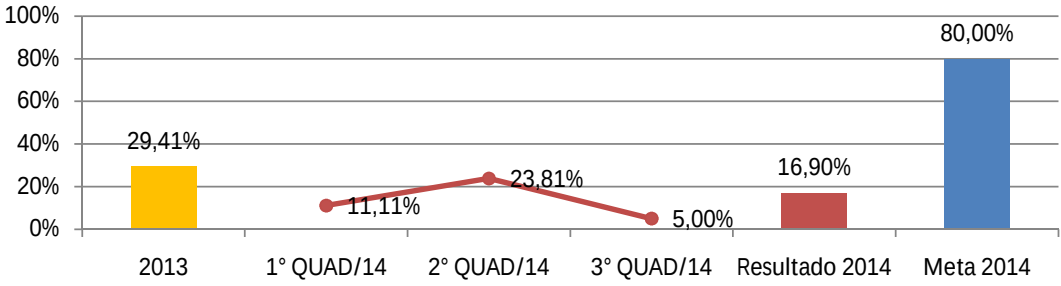
Tema: Gestão de Pessoas



Objetivo: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais

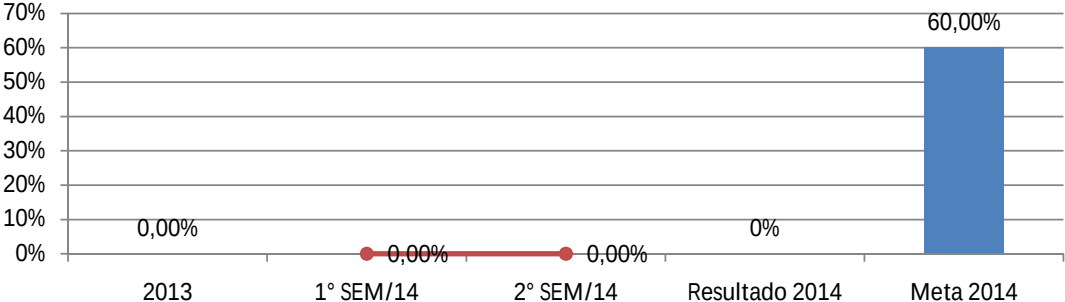
Análise de desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES							
	INDICADOR:		GP 01 - ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PAC					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais							
O QUE MEDE	O percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação (PAC) em relação ao total de cursos ministrados.							
COMO MEDIR	Total de treinamentos do PAC realizados (TTreiPacReal), dividido pelo total de treinamentos promovidos pelo tribunal (TTreiProm), multiplicado por cem. APAC=(TTreiPacReal / TTreiProm)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
					QUANDO MEDIR:	Quadrimestralmente		
QUEM MEDE	Seção de Capacitação (SECCAP)							
QUEM ANALISA	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)							
META	Alcançar 80% de aderência ao PAC, anualmente.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Módulo de capacitação do SGRH e PAC	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	16,90%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º QUAD/14	11,11%	80,00%
Meta 2014	80,00%					2º QUAD/14	23,81%	80,00%
						3º QUAD/14	5,00%	80,00%
Histórico								
2011	30,10%							
2012	NM							
2013	29,41%							
Entende-se por Total de Treinamentos Promovidos (TTProm) o Total de Treinamentos do PAC Realizados, acrescido de outros treinamentos realizados e não previstos no PAC.								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		GP 01 - ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PAC
O baixo índice da Aderência do PAC deve-se ao grande número de cursos que estão sendo solicitados e que não estavam previstos no Levantamento de Necessidades de Treinamento - LNT. Ressalte-se que o PAC-2014 ainda não foi aprovado e, portanto, ficaram definidos como cursos do PAC os treinamentos com as duas maiores prioridades indicadas no LNT. No entanto esta relação de treinamentos está pendente de alguns cortes, o que será feito para ajustá-la à dotação orçamentária disponível para capacitação de servidores. Tendo em vista entendimentos realizados nas reuniões do desdobramento da estratégia, a variável TTreiPacReal passou a ser tratada como única nos cálculos dos índices de Aderência e Execução. Esclareço que um curso desdobrado em 2 turmas, por exemplo, foi contado uma única vez. Observa-se a crescente demanda de cursos fora do PAC é resultado da sua não regulamentação. Acrescente-se, ainda, que em 07/11/2014, foi publicada a Resolução TRE/RJ nº 908/14 que dispõe sobre a capacitação de servidores do TRE-RJ e vedou o custeio de cursos externos pelo prazo de 90 (noventa) dias ou até a apresentação pelo Diretor da Escola Judiciária do Programa de Capacitação Permanente (PCP) de 2015.			
Variável	1 QUA/201	2 QUA/201	3 QUA/2014
TTreiPacR	1	10	1
TTreiProm	9	42	20

 Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		GP 02 -ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PAC
Apesar de não ter sido aprovado o PAC-2014, ficaram definidos como cursos do PAC os treinamentos com as duas maiores prioridades indicadas no LNT. No entanto, a alta administração entendeu que o período eleitoral exige máxima atuação de todos os servidores, indeferindo os pedidos de cursos que não sejam obrigatórios para a preparação das Eleições 2014. Esse entendimento gerou baixíssima execução do Plano Anual de Capacitação. Ademais, em 07/11/2014, foi publicada a Resolução TRE/RJ nº 908/14 que dispõe sobre a capacitação de servidores do TRE-RJ e vedou o custeio de cursos externos pelo prazo de 90 (noventa) dias ou até a apresentação pelo Diretor da Escola Judiciária do Programa de Capacitação Permanente (PCP) de 2015.			
	1 QUA/201	2 QUA/201	3 QUA/2014
TTreiPacR	1	10	1
TTreiPrevF	83	83	83

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:		GP 03 - ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO ÀS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais					
O QUE MEDE		A relação entre as competências organizacionais necessárias e as competências apresentadas pelos servidores, de acordo com suas respectivas áreas de trabalho.					
COMO MEDIR		Total de competências apresentadas pelos servidores (TCompServ), dividido pelo total de competências necessárias (TCompNec), multiplicado por cem. ACO=(TCompServ/TCompNec)x100			UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
					QUANDO MEDIR:	Semestralmente	
QUEM MEDE		Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)					
QUEM ANALISA		Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)					
META		Alcançar 60% de índice de adequação às competências organizacionais necessárias, em 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios de avaliação de competência	
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	NM					Realizado	Meta
Metas Anuais					1º SEM/14	NM	50,00%
Meta 2014	60,00%				2º SEM/14	NM	60,00%
Histórico							
2011	NM						
2012	NM						
2013	NM						
1) Considerando que as competências organizacionais são diferentes em cada assessoria, secretaria, coordenadoria, seção ou cartório eleitoral que compõe os tribunais eleitorais, deve-se efetuar o cálculo em cada uma das áreas e fazer a média aritmética a fim de calcular o índice do Tribunal.							
2) Caso o processo de mapeamento das competências organizacionais ainda não esteja completo, deverão ser informadas quais áreas foram consideradas para a composição do cálculo.							

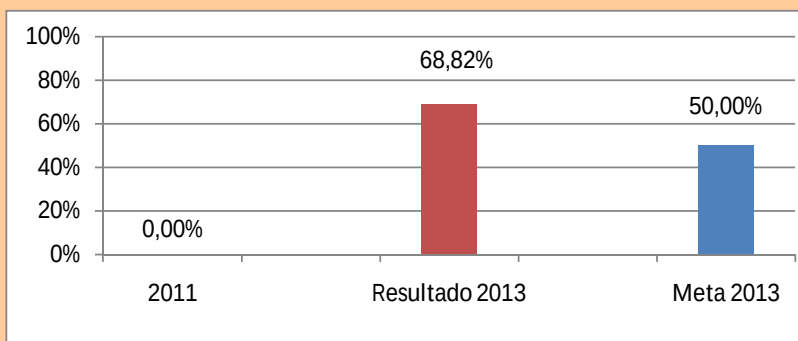
 Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	GP 03 - ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO ÀS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS
Análise do 2º Semestre/2014 Não há como medir o indicador tendo em vista que ainda não foi implementada a Gestão por Competências neste Regional. O projeto de implementação encontra-se em andamento, com aplicação do questionário de avaliação de competências. Somente após esta fase será emitido pela consultoria o relatório com os resultados aferidos para posterior capacitação da equipe na interpretação dos resultados e demais providências a cargo desta Coordenadoria		
Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014
TCompSer	NM	0
TCompNec	NM	0

Monitoramento de Objetivo Estratégico

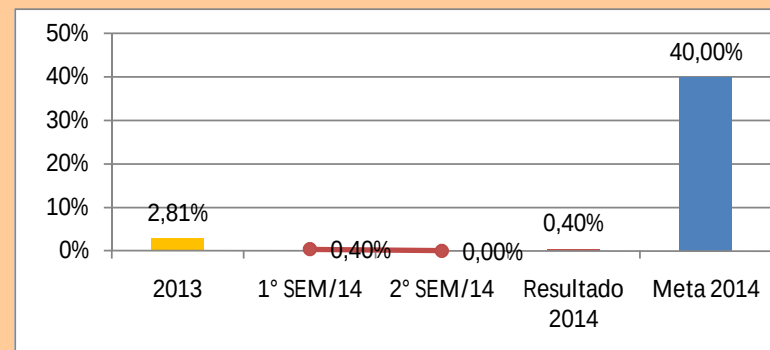
Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

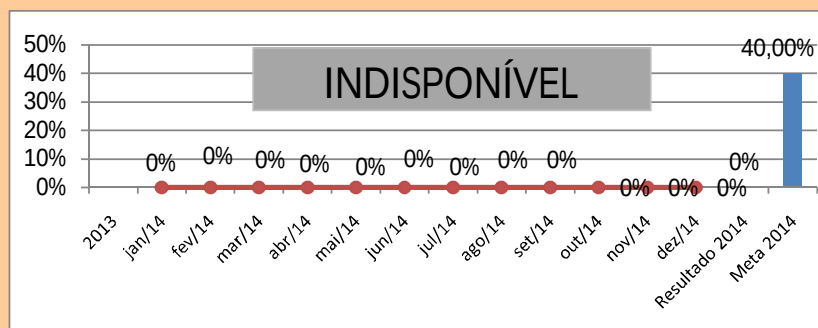
GP 04 - Clima organizacional



GP 06 - Índice de participação de magistrados



GP 05 - Índice de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo



Projetos Estratégicos

	Gestão do Clima Organizacional
	Programa Qualidade de Vida no Trabalho - QVT
	Banco de Boas Práticas
	Espaço Colaborativo
	Programa TRE vai à Escola
	Sistematização do Programa TRE vai à Escola
	Reconhecimento do trabalho voluntário em ações de cidadania

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Gestão de Pessoas



Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Análise de desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	GP 04 - CLIMA ORGANIZACIONAL
O Clima Organizacional tem medição bianual, em anos não eleitorais. Uma nova pesquisa de Clima Organizacional será realizada em 2015. No entanto, apesar de ter sido solicitado ao TSE o valor de R\$ 27.000,00, na proposta orçamentária para 2015 para contratação de empresa para realização de Pesquisa Organizacional no TRE-RJ, em 2015, este montante não foi aprovado, não havendo, portanto, orçamento disponível para tal finalidade. Porém, do orçamento disponível da COEDE para 2015, ou outra unidade deste Regional, poderá ser estudada a transferência de valores entre rubricas a fim de permitir a contratação de empresa para o citado fim, caso a administração superior entenda que sua realização seja prioritária. Assim, uma das dificuldades que podem impactar na não aplicação da Pesquisa Organizacional e, consequentemente, no correspondente indicador de desempenho, em 2015, refere-se a questão orçamentária para contratação de empresa, que se faz necessária, tendo em vista a falta de maturidade da equipe para realizar as análises qualitativa e quantitativa dos resultados.		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	GP 05 - ÍNDICE DE CARTÓRIOS ELEITORAIS PARTICIPANTES NO ESPAÇO COLABORATIVO

Análise de desempenho (4º trimestre):

O indicador permanece não disponível tendo em vista que o Espaço Colaborativo ainda não foi implementado.

Conforme destacado nas últimas análises, a ferramenta onde será implementado o canal de comunicação denominado "Espaço Colaborativo" encontra-se finalizada, restando para a conclusão do projeto apenas a etapa de divulgação aos gestores e servidores, após a aprovação da norma que regulamenta seu uso e a validação da ferramenta.

Considerando o término do período eleitoral e o início de um novo ano não eleitoral, reputa-se favorável o momento para que seja retomada a avaliação da ferramenta e da norma regulamentadora, com vistas à implementação do canal de comunicação, tendo em vista que propicia maior engajamento dos gestores e servidores na sua utilização.

Mais uma vez, salienta-se o fato da medição do indicador estar atrelada exclusivamente a este projeto, que, por estar paralisado há vários meses, impede uma melhor avaliação do objetivo a ele vinculado. Assim, propõe-se avaliar a possibilidade de revisão do indicador, de maneira que outros canais de comunicação que da mesma forma objetivam a participação de toda a instituição no alcance dos resultados estratégicos, sejam computados no indicador.

Por fim, destaca-se novamente que, ao se analisar o resultado da pesquisa de clima divulgado em abril de 2014, principal indicador atrelado ao objetivo estratégico em comento, verifica-se que diversos itens relacionados à comunicação interna obtiveram uma avaliação final insatisfatória, como, por exemplo, "clareza dos objetivos estratégicos", "comunicação" e "integração entre as unidades", o que aponta para a importância de tornar mais efetivos os canais de comunicação interna utilizados no Tribunal.

[illegible]

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES							
		INDICADOR:		GP 06 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MAGISTRADOS					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia							
O QUE MEDE		O percentual de participação dos magistrados em ações alinhadas à estratégia.							
COMO MEDIR		Total de magistrados que participaram em ações orientadas para a execução da estratégia (TMagAçõExecEst), dividido pelo total de magistrados (TMag), multiplicado por cem. IPM = (TMagAçõExecEst/TMag)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
						QUANDO MEDIR:	Semestralmente		
QUEM MEDE		Escola Judiciária Eleitoral (EJE)							
QUEM ANALISA		Escola Judiciária Eleitoral (EJE)							
META		Alcançar 40% de participação, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios das ações e controle de magistrados da SGP	
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	0,40%							Realizado	Meta
Metas Anuais							1º SEM/14	0,40%	32,50%
Meta 2014	40,00%						2º SEM/14	0,00%	40,00%
Histórico									
2011	3,61%								
2012	8,03%								
2013	2,81%								
1) Para cálculo do indicador serão consideradas as ações estratégicas cuja participação dos magistrados seja de caráter voluntário. 2) Deverá ser considerado um magistrado por cartório eleitoral para o cômputo do “total de magistrados”.									

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	GP 06 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MAGISTRADOS
Análise de Desempenho (2º semestre) Banco de voluntários no 2º sem 2014: 12 magistrados. sem/2014: 0 Número de magistrados atuantes no 2º Em razão da suspensão das ações sócio-educativas para crianças e adolescentes, a partir de agosto, por conta do período eleitoral, não houve demanda para realização do Programa TRE vai à Escola, no segundo semestre. A medida se deu por interpretação extensiva da decisão do Exmº Sr. Presidente nos autos do protocolo nº 89.686/2013, que trata do Programa Eleitor do Futuro. A priorização dos projetos publicitários sob responsabilidade da Escola Judiciária Eleitoral impactou nas ações de fomento à participação dos magistrados. Por outro lado, será apresentada sugestão de nova ficha do presente indicador na próxima reunião de análise da estratégia, cuja aprovação poderá alavancar o desempenho deste GP06, a fim de que seja monitorado o índice de participação de magistrados como integrantes do banco de voluntários em ações de cidadania. Espera-se, ainda, que com a implementação do plano de ação apresentado por esta Escola e aprovado na última reunião da análise da estratégia, seja possível melhorar o desempenho não só do indicador objeto da presente análise, mas, também, do indicador ACE 02 - índice de atendimento às demandas de acesso e do indicador RSA 02 - número de pessoas atingidas pelos projetos sociais, além de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos correspondentes.		
Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014
TMagAçõExecEst	1	0
Tmag	249	249

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivos Estratégicos:

Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ

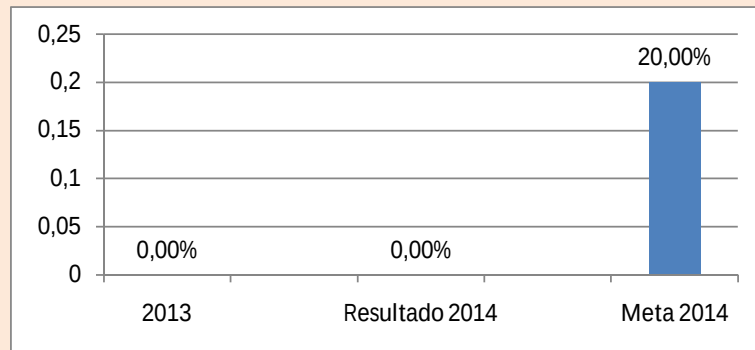
Garantir a infraestrutura adequada de TIC

Monitoramento de Objetivo Estratégico

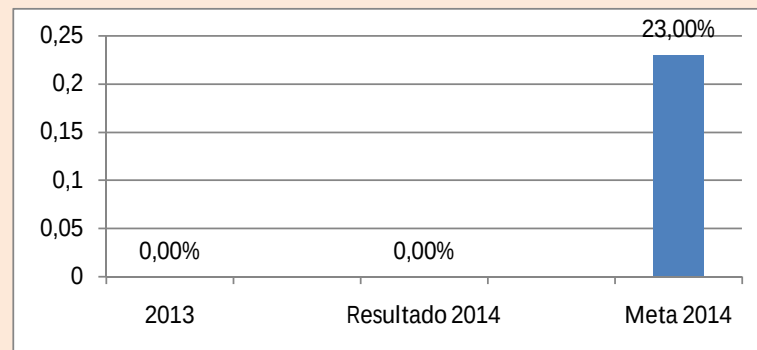
Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ

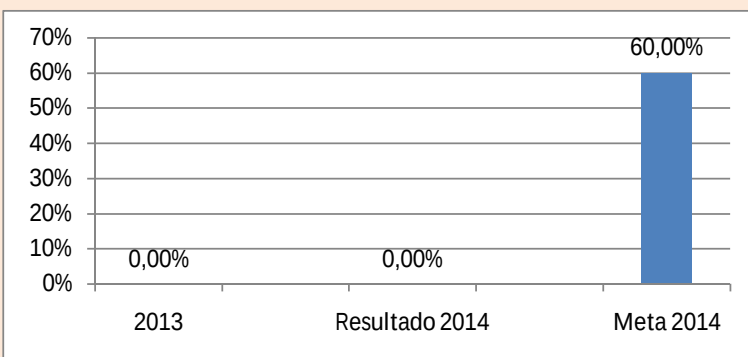
IT 01 - Índice de adequação das instalações físicas



IT 03 - Índice de instalações acessíveis



IT 02 - Índice de adequação dos materiais permanentes



Projetos Estratégicos

Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais

Monitoramento de Objetivo Estratégico

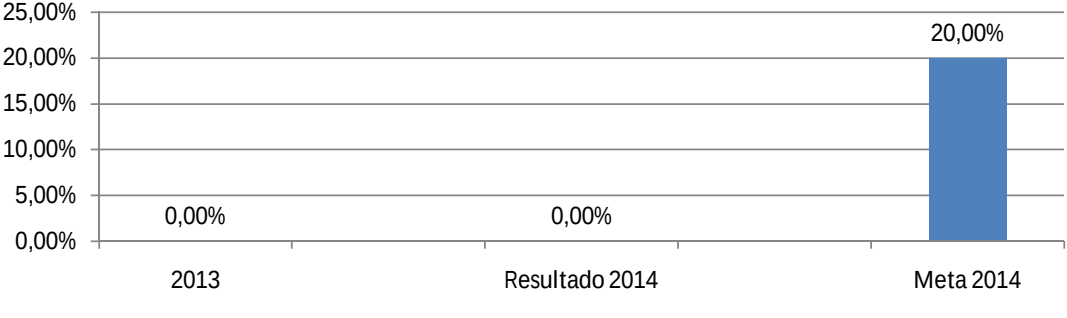
Tema: Infraestrutura e Tecnologia



Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:		IT 01 - ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ					
O QUE MEDE		O percentual de cartórios eleitorais cujas instalações físicas são consideradas adequadas, de acordo com os critérios estabelecidos.					
COMO MEDIR		Total de cartórios cujas instalações físicas tenham sido consideradas adequadas (TCartInstFisAdeq), dividido pelo Total de cartórios (TCart), multiplicado por cem. AIF = (TCartInstFisAdeq / TCart) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual		
			QUANDO MEDIR:		Anualmente, em dezembro.		
QUEM MEDE		Coordenadoria de Engenharia (COENG)					
QUEM ANALISA		Secretaria de Administração (SAD)					
META		Alcançar 20% de cartórios eleitorais com instalações físicas adequadas, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de condições das instalações físicas	
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	NM					Realizado	Meta
Metas Anuais							
Meta 2014	20,00%						
Histórico							
2011	NM						
2012	NM						
2013	NM						
Os critérios para avaliação da adequação ou não das instalações físicas constam do Plano Estratégico do TRE-RJ e não foram reproduzidos aqui por indisponibilidade de espaço.							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:		IT 02 - ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DOS MATERIAIS PERMANENTES			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ					
O QUE MEDE		O percentual de cartórios eleitorais cujas instalações físicas são consideradas adequadas, de acordo com os critérios estabelecidos.					
COMO MEDIR		Total de cartórios eleitorais considerados adequados (TCartAdeqMatPer) conforme padrão, dividido pelo total de cartórios eleitorais (TCart), multiplicado por cem. AMP = (TCartAdeqMatPer / TCart) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual		
			QUANDO MEDIR:		Anualmente, em dezembro.		
QUEM MEDE		Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP)					
QUEM ANALISA		Secretaria de Administração (SAD)					
META		Atingir 60% de cartórios eleitorais com quantitativo de materiais permanentes adequados, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de materiais permanentes	
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
						Realizado	Meta
Resultado 2014	0%				2014	0,00%	60,00%
Metas Anuais							
Meta 2014	60,00%						
Histórico							
2011	NM						
2012	NM						
2013	0						

[illegible]

1 Estação de trabalho em L; 5 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 3 mesas para impressora; 6 gaveteiros; 7 poltronas giratórias com braço; 7 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 8 assentos de longarina; 1 armário em aço; 2 armários melamínicos; 4 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

1 Estação de trabalho em L; 5 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 3 mesas para impressora; 6 gaveteiros; 7 poltronas giratórias com braço; 7 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 8 assentos de longarina; 1 armário em aço; 2 armários melamínicos; 4 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

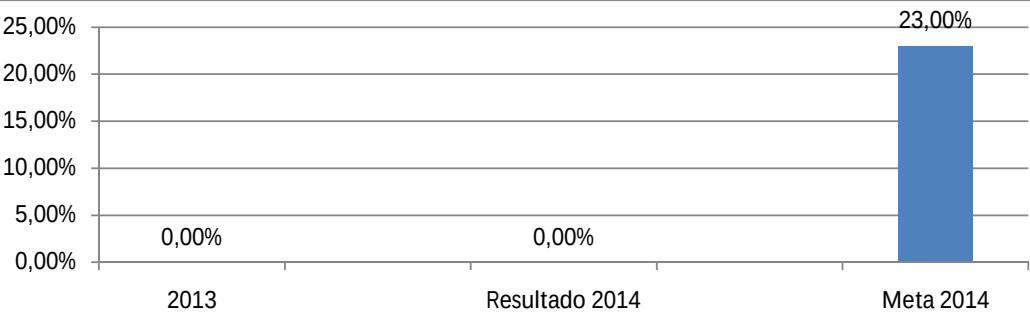
1 Estação de trabalho em L; 6 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 3 mesas para impressora; 7 gaveteiros; 8 poltronas giratórias com braço; 8 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 10 assentos de longarina; 1 armário em aço; 3 armários melamínicos; 6 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

1 Estação de trabalho em L; 6 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 4 mesas para impressora; 7 gaveteiros; 8 poltronas giratórias com braço; 8 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 12 assentos de longarina; 1 armário em aço; 3 armários melamínicos; 8 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

1 Estação de trabalho em L; 6 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 4 mesas para impressora; 7 gaveteiros; 8 poltronas giratórias com braço; 8 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 14 assentos de longarina; 1 armário em aço; 4 armários melamínicos; 10 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

1 Estação de trabalho em L; 6 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 4 mesas para impressora; 7 gaveteiros; 8 poltronas giratórias com braço; 8 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 16 assentos de longarina; 1 armário em aço; 4 armários melamínicos; 12 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		IT 02 - ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DOS MATERIAIS PERMANENTES
- Sinalizo que 85 (oitenta e cinco) zonas eleitorais (34%) foram contempladas com 92% do mobiliário conforme quantidade proposta no perfil. Para que essas U.A atinjam os 100% do padrão é necessário adquirir mobiliário em laminado melamínico, ou seja, mesas para impressora (nenhuma zona eleitoral possui) e complementar o quantitativo das mesas auxiliares, armários e gaveteiros já fornecidos na ocasião da mudança de endereço. Também será necessário comprar poltrona giratória e armário em aço visando complementar o que já foi entregue. As zonas eleitorais ainda com mobiliário em frejô foram atendidas em 41% do estabelecido, ou seja, com o mobiliário e equipamentos propostos exceto com móveis em laminado melamínico. – Com relação ao mobiliário proposto, sugiro: substituir mesa para computador por mesa auxiliar, utilizando o somatório das duas para o fornecimento e, inverter os quantitativos de armário em melamíco para armário em aço e vice-versa. O armário em aço é mais resistente ao volume de tarefas do cartório. – Visando agilizar o processo de compra, foi tentado “carona” para a aquisição do mobiliário em laminado melamíco e das poltronas giratórias – sem sucesso. – As aquisições do mobiliário em laminado melamínico e de poltronas giratórias não foram possíveis em 2014 prejudicando sensivelmente a evolução das metas. Outro fator importante foi a rejeição das zonas eleitorais em receber longarina (182, 210, 220, 233, 161, 235, 209, 219, 058, 088, 145, 186, 089 e, 187 zes), poltrona giratória (087 ze), cadeira fixa estofada (036, 087, 106 e 219 zes), cadeira escolar (036 e 087 zes), mesa para copa (106 ze), estantes em aço (036 e 087 zes) e armário em aço (006, 019 e 087 zes), pois alegaram falta de espaço físico no local (endereço novo). Provavelmente irá influenciar no resultado. – Acredito ser necessário maior cuidado na escolha do novo endereço visando a adequação/distribuição do mobiliário conforme o perfil proposto			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES						
	INDICADOR:		IT 03 - ÍNDICE DE INSTALAÇÕES ACESSÍVEIS				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ						
O QUE MEDE	O percentual de cartórios eleitorais cujas instalações físicas estão adaptadas para o atendimento de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida.						
COMO MEDIR	Total de cartórios acessíveis (TCartAce), dividido pelo Total de cartórios eleitorais (TCart), multiplicado por cem. IA = (TCartAce / TCart) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
					QUANDO MEDIR:	Anualmente, em dezembro.	
QUEM MEDE	Coordenadoria de Engenharia (COENG)						
QUEM ANALISA	Secretaria de Administração (SAD)						
META	Atingir 23% de cartórios eleitorais acessíveis, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de acessibilidade das instalações físicas de cartórios eleitorais
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	NM					Realizado	Meta
Metas Anuais					2014	NM	23,00%
Meta 2014	23,00%						
Histórico							
2011	NM						
2012	NM						
2013	NM						
Os critérios para avaliação de acessibilidade das instalações constam do Plano Estratégico do TRE-RJ e não foram reproduzidos aqui por indisponibilidade de espaço.							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	IT 03 - ÍNDICE DE INSTALAÇÕES ACESSÍVEIS

A falta de recursos humanos suficiente para coleta de dados em tempo hábil, aliada à inexistência de uma ferramenta para tratar estatisticamente os dados coletados inviabilizam a medição deste indicador. As coletas realizadas não foram suficientes para se obter fidedignidade na pontuação exigida para classificação dos imóveis.

Variável	2014
TCartInstFisAdeq	0
Tcart	249

Monitoramento de Objetivo Estratégico

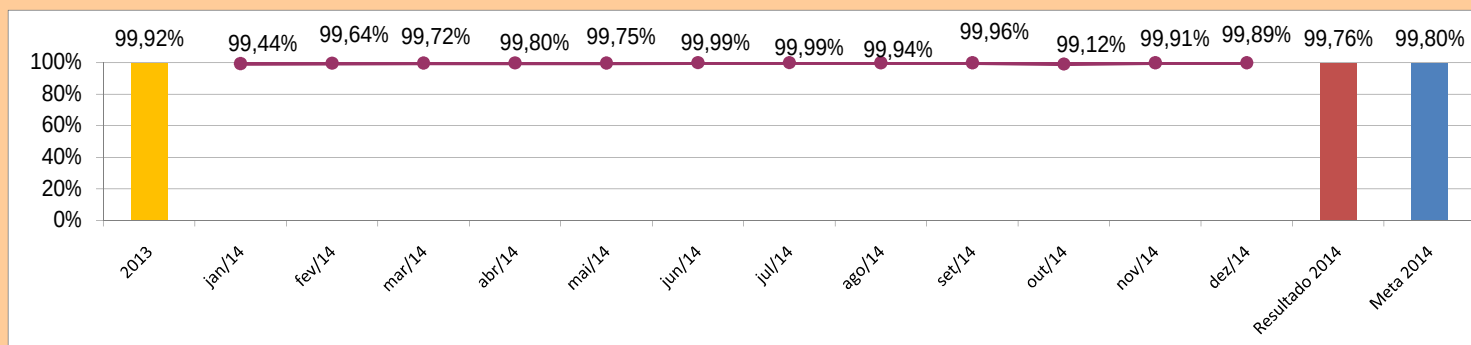
Tema: Infraestrutura e Tecnologia



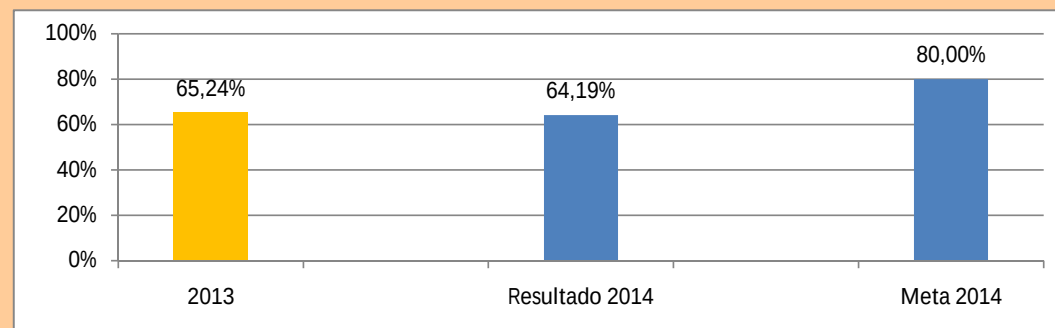
Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC



IT 04 - Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC



IT 05 - Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ



Projetos Estratégicos

	Modernização do Data Center
	Programa Segurança da Informação
	Georreferenciamento das Zonas Eleitorais

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia



Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC

Análise de Desempenho

Análise de Desempenho (4º trimestre - 2014)

1 - A infraestrutura de TIC tem permanecido estável, sem a ocorrência de problemas que tenham afetado significativamente sua disponibilidade. O principal obstáculo enfrentado é relacionado ao crescimento e disponibilidade de novos serviços. Há carência de melhorias especialmente no que se refere à infraestrutura física, ao quantitativo de pessoal e à estrutura funcional da Coordenadoria de Infraestrutura. Estes três fatores têm trazido obstáculos à ampliação e à manutenção de alguns serviços.

2 - Os indicadores vinculados ao objetivo apresentam vínculo direto com o desempenho da infraestrutura. Destacamos que o indicador IT05 apresenta uma melhor visão do objetivo em razão de ser um índice relacionado a diversos aspectos que influenciam na gestão da infraestrutura de TI (pessoal, equipamentos, sistemas etc.). O indicador de disponibilidade dos sistemas essenciais apresenta uma visão mais operacional do desempenho de parte significativa da infraestrutura, porém é relacionado somente a determinados serviços sem levar outros fatores em consideração.

3 - Dos projetos estratégicos vinculados ao objetivo, os dois com maior impacto no objetivo são os de Modernização do Datacenter e Programa Segurança da Informação. Este último não se relaciona somente com a questão da infraestrutura de TI, mas com diversos outros objetivos e processos do TRE uma vez que abrange muito mais que a questão da tecnologia. O projeto Modernização do Datacenter tem correlação com o Programa Segurança da Informação na medida que atende a necessidades de segurança e disponibilidade das informações. O projeto Georreferenciamento das Zonas Eleitorais possui pouca relação com o fornecimento da infraestrutura de TI, sendo relacionado a outros objetivos estratégicos, uma vez que constitui ferramenta para análise e acesso a diversas informações relacionadas às zonas eleitorais, permitindo um melhor planejamento das ações voltadas ao atendimento aos eleitores e necessidades dos cartórios. Dos projetos estratégicos relacionados ao objetivo podemos dizer que os projetos Segurança da Informação e Georreferenciamento já tiveram praticamente suas atividades encerradas, tendo sido apresentada praticamente a totalidade dos produtos apresentados no escopo dos mesmos, restando somente a aprovação da minuta de Política de Segurança da Informação e dos limites geográficos apresentados para as zonas eleitorais. Já o projeto Modernização do Datacenter não teve sua execução iniciada em razão de não ter sido aprovado orçamento para a reforma do datacenter, o que somente ocorreu na proposta orçamentária para 2015.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia

 **Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC**

Análise de Desempenho

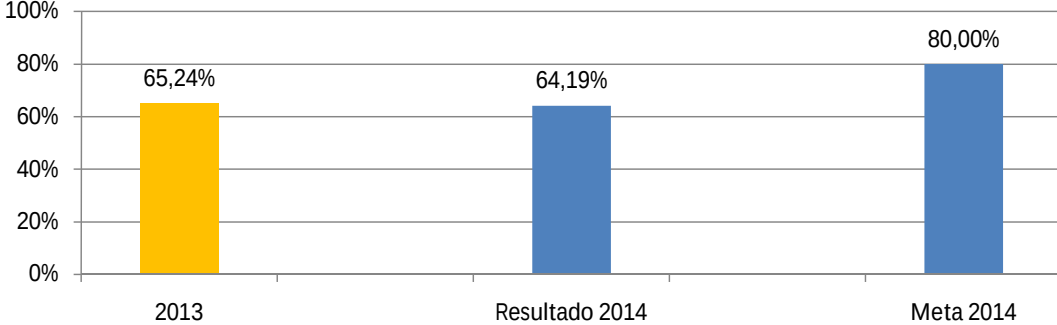
Análise de Desempenho (4º trimestre - 2014)

4 - Por apresentar uma visão bastante abrangente do objetivo, a análise do indicador IT05 representa grande parte da análise do objetivo estratégico. Daí se pode identificar os principais problemas que impactam no objetivo. O principal problema verificado é a reduzida mão-de-obra especializada para o desenvolvimento das atividades. Esta é uma variável relevante no cálculo do índice de porte do CNJ e no caso específico do TRE-RJ tem gerado impacto negativo em outras atividades, tais como troca do parque de computadores e desenvolvimento de sistemas. Outro problema que traz impacto negativo refere-se à questão da organização funcional da STI. A Coordenadoria de Infraestrutura tem sofrido com dificuldades na gestão de suas atividades em razão do grande número de atribuições e seções vinculadas à coordenadoria. A estrutura organizacional da COINF foi o resultado da fusão de atividades do que seriam duas coordenadorias, a de Soluções Corporativas e a de Infraestrutura. A COINF é responsável por todas as questões de infraestrutura, assim como suporte e desenvolvimento de soluções. No TSE e em outros regionais estas atividades estão divididas em duas ou três coordenadorias. Este agrupamento de funções torna a COINF a coordenadoria do Tribunal com mais seções vinculadas à mesma, totalizando 6 (seis) seções, enquanto a média das demais coordenadorias é de 3 (três) seções. Esta sobrecarga de funções acarreta em pouco tempo para planejamento das ações e acompanhamento da execução das atividades pela responsável pela gestão da unidade. Um terceiro problema crítico é a questão do espaço de armazenamento de urnas eletrônicas, pois existe previsão de descarte de um significativo percentual das urnas existentes e respectivo recebimento de grande volume em substituição. Atualmente os depósitos de urna operam bem próximos da capacidade máxima de armazenamento e já não apresentam boas condições para atender à previsão de crescimento do eleitorado a médio prazo, porém as operações de recebimento e descarte deverão extrapolar a capacidade existente já no próximo ano, o que gera a necessidade urgente de obtenção de novos espaços para armazenamento de urnas eletrônicas.

5 - Os principais riscos identificados estão relacionados à infraestrutura física do datacenter, uma vez que está operando sem alguns controles necessários e com uma infraestrutura elétrica, de climatização e de segurança física não apropriada para a relevância das informações e serviços disponibilizados. Este risco será tratado com a execução do projeto Modernização do Datacenter, que finalmente obteve dotação orçamentária para o próximo exercício, porém será necessário um comprometimento de outras áreas do tribunal para o bom andamento da especificação dos serviços e da contratação e execução das atividades. Outro possível risco será a realização de consulta popular (plebiscito, referendo ou eleição extraordinária), o que trará uma necessidade de concentração dos esforços das diversas áreas para execução destas atividades em detrimento das demais. A realização de revisões biométricas também deverá afetar a execução do projeto Modernização do Datacenter, uma vez que deverá trazer necessidades maiores de disponibilidade, reduzindo as janelas de manutenção e o tempo disponível para elaboração dos documentos necessários para a contratação e para o acompanhamento da execução dos serviços.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES												
		INDICADOR:		IT 04 - ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DE TIC										
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a infraestrutura adequada de TIC												
O QUE MEDE		O percentual do tempo, em um período determinado, em que os serviços de TIC, incluindo sistemas informatizados eleitos essenciais, estiveram disponíveis para utilização.												
COMO MEDIR		Tempo de disponibilidade do conjunto de sistemas definidos como essenciais (TemDispSistTI), dividido pelo tempo total do período (TemTotPer), multiplicado por cem. DSTI = (TemDispSistTI / TemTotPer) x 100										UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual
												QUANDO MEDIR:		Mensalmente
QUEM MEDE		Seção de Produção (SEPROD)												
QUEM ANALISA		Coordenadoria de Infraestrutura (COINF)												
META		Assegurar 99,80% de disponibilidade de sistemas de TIC, até 2014.					POLARIDADE DO INDICADOR		Quanto maior, melhor		FONTE DE DADOS		Software de monitoramento	
EVOLUÇÃO DO INDICADOR			01/14	02/14	03/14	04/14	05/14	06/14	07/14	08/14	09/14	10/14	11/14	12/14
		REALIZADO	99,44%	99,64%	99,72%	99,80%	99,75%	99,99%	99,99%	99,94%	99,96%	99,12%	99,91%	99,89%
		META	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%
Resultado no período														
Resultado 2014	99,76%													
Metas Anuais														
Meta 2014	99,80%													
Histórico														
2011	98,93%													
2012	98,54%													
2013	99,92%													
1) Devem ser considerados essenciais os sistemas: SADP/SADPWEB, DJE, Peticionamento eletrônico, correio eletrônico, site Intranet, acesso à Internet, site Internet e ELO. 2) Deverão ser desconsideradas do cálculo as indisponibilidades previamente programadas relativas a serviços de manutenção. 3) O indicador mede a disponibilidade dos sistemas 24 X 7, ou seja, 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, desconsiderando as indisponibilidades da observação 2.														

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		IT 04 - ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DE TIC
Análise de Desempenho (4º trimestre): 1. Síntese do resultado atual: O índice de disponibilidade de outubro ficou abaixo do esperado devido à interrupção do acesso à internet, executado pelo TSE, nos dias da eleição, mas superou a meta estabelecida nos meses de novembro e dezembro. Observações: (a) Sugere-se a exclusão da tabela referente ao sistema "Petitionamento Eletrônico", uma vez que ele não é usado no TRE-RJ. (b) O sistema ELO, assim como o "site internet", são hospedados em equipamentos servidores instalados no Tribunal Superior Eleitoral, ou seja, o TRE-RJ está medindo "sistemas" sobre cuja disponibilidade não possui total gerência. (c) Quanto ao "acesso internet", esclarece-se que depende parcialmente do TSE, o que poderá prejudicar a busca por razões para indisponibilidades. 2. Ligações entre objetivos e indicadores: A disponibilidade dos sistemas essenciais encontra-se diretamente relacionada à adequação da infraestrutura de TIC e do número de servidores capacitados dedicados a atividades relacionadas ao funcionamento dos serviços e sistemas. Uma infraestrutura deficiente produzirá efeitos negativos na disponibilidade dos sistemas, afetando a realização dos serviços, e o número reduzido de pessoas capacitadas delonga não apenas a disponibilização dos serviços mas também a resolução de eventuais problemas. 3. Ligações com iniciativas: Algumas iniciativas vêm sendo tomadas para aumentar a disponibilidade dos serviços e sistemas: (a) modernização de elementos ativos da rede local; (b) virtualização de servidores (o que permite responder a alguns incidentes com mais agilidade); (c) capacitação contínua dos servidores, (d) contratação de novos links de acesso à internet, com redundância e maior velocidade que o atual, e (e) aquisição gradual de solução (equipamentos e softwares) visando à implantação de rede virtual privada (VPN) no âmbito do TRE-RJ, a fim de garantir um caminho alternativo de conexão para a primeira instância da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, minimizando a indisponibilidade de serviços que dependem desse tipo de acesso (ELO, correio eletrônico, e-gov etc.). 4. Potenciais fontes de problemas: A fragilidade da infraestrutura física, que não dispõe dos principais componentes de um datacenter (climatização de precisão, sistema de energia elétrica independente e redundante, sistema de detecção precoce de incêndio, sistema de controle de incêndio, sistema de controle de acesso e CFTV, supervisão e monitoramento remoto, gerador etc.) e o reduzido número de pessoal especializado são as principais fontes de problemas que podem afetar a disponibilidade dos sistemas. 5. Pontos de atenção: O principal ponto de atenção deve ser a infraestrutura física, que não é adequada a um centro de dados e está próxima da saturação. Destaque-se, que o TSE já disponibilizou recursos para o projeto estratégico de Modernização do Datacenter, o qual será executado ao longo de 2015. 6. Recomendações sobre o processo: O TRE-RJ deve trabalhar no sentido de (a) priorizar a obtenção dos recursos orçamentários necessários à adequação da infraestrutura do datacenter e (b) conseguir que novas vagas de TIC sejam criadas. É importante destacar que o Projeto de Lei 7.990/2014, propondo a criação de novos cargos efetivos nos quadros de pessoal do tribunais regionais, destinados à tecnologia da informação, já está sendo apreciado pelo Congresso Nacional. O citado projeto de lei destina ao TRE-RJ o seguinte quantitativo de vagas: 27 analistas e 14 técnicos.			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	PLANILHA DE INDICADORES						
	INDICADOR:		IT 05 -ÍNDICE DE PORTE EM TIC CONFORME REQUISITOS DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO 90/CNJ				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a infraestrutura adequada de TIC						
O QUE MEDE	O percentual de atendimento aos requisitos de TIC definidos pelo CNJ, com base em critérios estabelecidos pelo Comitê Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para avaliar o nível de infraestrutura de TIC, considerando os 5 (cinco) principais componentes de avaliação da infraestrutura de TIC (Tecnologia, Força de trabalho total mínima de TIC, Automação, Governança de TIC e Capacitação em TIC).						
COMO MEDIR	Percentual alcançado no porte em tecnologia (PorTec) somado ao percentual alcançado do porte da força de trabalho total mínima de TIC (PorForTrabTotMínTIC) somado ao percentual alcançado no porte em automação (PorAut) somado ao percentual alcançado no porte em governança de TI (PorGovTI) somado ao percentual alcançado no porte em capacitação (PorCapTI) PTIC = PorTec + PorForTrabTotMínTIC + PorAut + PorGovTI + PorCapTI Cada componente de avaliação da infraestrutura de TIC possui um porte máximo de 20% a ser atingido de acordo com as regras de pontuação definidas pelo CNJ.			UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
				QUANDO MEDIR:	Anualmente, quando da avaliação de porte dos tribunais realizada pelo CNJ.		
QUEM MEDE	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)						
QUEM ANALISA	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)						
META	Atingir o índice de 80% de porte em TIC, até 2014 (valor considerado como porte aprimorado pelo CNJ).			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios de desempenho dos planos de ação e dos projetos
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	64,19%					Realizado	Meta
Metas Anuais					2014	64,19%	80,00%
Meta 2014	80,00%						
Histórico							
2011	NM						
2012	72,04%						
2013	65,24%						
As unidades responsáveis pelas informações coletadas pelo CNJ encaminham os dados à STI, que valida e preenche o formulário disponibilizado pelo CNJ.							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		IT 05 -ÍNDICE DE PORTE EM TIC CONFORME REQUISITOS DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO 90/CNJ
Em 2014 houve uma pequena redução no índice referente ao TRE-RJ em relação ao índice obtido em 2013. Analizando os portes que compõem o índice, verifica-se que ocorreram reduções no porte baseado em tecnologia e no porte de capacitação e houve melhora no porte baseado em automação. Os portes baseados na força de trabalho total mínima e de governança de TI permaneceram com os mesmos índices de 2013. O porte baseado em Tecnologia está diretamente relacionado à disponibilidade de equipamentos e à capacidade e à idade média dos mesmos. A redução nesta variável deveu-se essencialmente ao aumento na idade das impressoras em uso no tribunal. O aumento na idade média das impressoras ocorreu em decorrência da necessidade de utilização de impressoras matriciais para impressão dos títulos eleitorais. Estas impressoras apresentam custo de aquisição mais elevado em razão de estarem sendo produzidas em escala menor que as demais e têm menor utilização nos cartórios eleitorais, o que faz com que o desgaste seja menor e que tenham uma vida útil maior. Assim, o TSE não tem realizado aquisições para atualização destas impressoras recentemente, sendo que o número de impressoras deste tipo é significativo, o que tem significativo impacto na média de idade do parque de impressoras. Situação semelhante ocorre com os equipamentos servidores. Houve um aumento na idade média dos servidores em razão do grande contingente de equipamentos servidores utilizados nos cartórios (um para cada cartório, ou seja, aproximadamente 85% do parque de servidores encontra-se nos cartórios). Estes equipamentos nos cartórios estão aguardando definição do TSE quanto à atualização do hardware e sistema operacional, o que levou ao aumento na idade média do parque instalado. Há oportunidades de melhoria no porte baseado em tecnologia no que se refere à idade média dos microcomputadores e velocidades dos circuitos de comunicação. A redução na idade média dos microcomputadores não ocorreu em 2014 devido a alguns fatores: 1) indefinição do TSE quanto à atualização do sistema operacional nos cartórios; 2) limitações na equipe técnica responsável pela configuração dos equipamentos e suporte ao sistema operacional, e; 3) início do período eleitoral, quando o volume de serviço aumenta significativamente e não é possível realizar intervenções que prejudiquem o funcionamento dos cartórios e diversos setores da Sede. Estes fatores obrigaram à utilização de equipamentos mais antigos que já estavam instalados, tanto na sede como nos cartórios, o que acarretou na redução da variável. Todavia, o TSE encaminhou equipamentos para a atualização dos computadores nos cartórios e este serviço deverá ser iniciado em 2015, o que irá reduzir a idade média dos equipamentos utilizados embora ainda permaneça o risco relativo ao pequeno contingente de pessoal para a realização desta tarefa e o risco do surgimento de outras atividades que venham a interferir em sua realização. Em relação à capacidade dos circuitos de comunicação (links), foi realizado novo contrato, que terá início em 2015 e que prevê uma velocidade mínima de 2Mbps para todos os circuitos, o que levará a um aumento de 2,57 no índice de porte do TRE-RJ. Uma oportunidade de melhoria para o porte de governança de TIC será a aprovação de política de segurança da informação para o TRE-RJ. Existe processo a respeito deste assunto e uma proposta de política já foi elaborada e submetida à apreciação superior, aguardando definição. Um risco existente refere-se à não aprovação de prorrogação da validade do planejamento estratégico de TI.			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		IT 05 -ÍNDICE DE PORTE EM TIC CONFORME REQUISITOS DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO 90/CNJ
A variável de Porte em Capacitação foi impactada pela não realização de treinamentos para servidores recebidos no último concurso, o que alterou o quantitativo de pessoal e, com isto o percentual de pessoas capacitadas em certificação digital e segurança da informação. Recomenda-se a realização de capacitação em certificação digital e segurança da informação para os novos programadores e analistas, além dos demais servidores destas especializações que não participaram da capacitação oferecida pelo CNJ. Permanece a principal recomendação para elevação do índice, ou seja, que sejam feitos esforços para atender à variável Força de Trabalho Mínima Recomendada para TIC, uma vez que a mesma, se atendida integralmente, trará um impacto positivo de 13,33% no índice, o que levaria o TRE-RJ a um índice de 77,52%.			

Variável	2012	2013	2014
PorTec	15,51	13,08	12,18
PorForTrat	6,67	6,67	6,67
PorAut	17,42	15,48	17,42
PorGovTI	16,4	14,59	14,59
PorCapTI	16,04	15,42	13,33
PTIC	72,04	65,24	64,19

Perspectiva dos Recursos

Tema:

Orçamento

Objetivos Estratégicos:

Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia

Monitoramento de Objetivo Estratégico

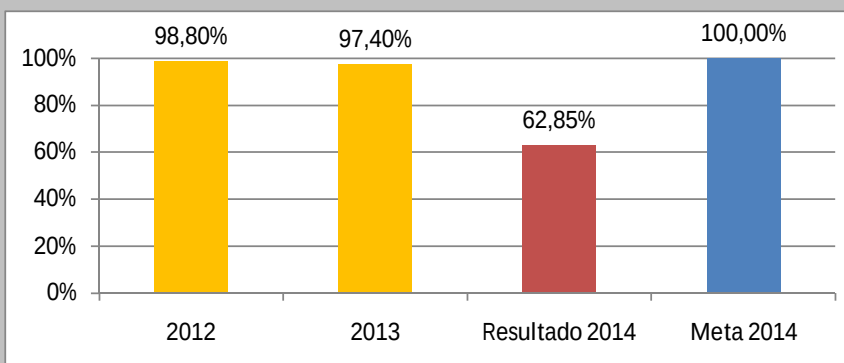
Tema: Orçamento



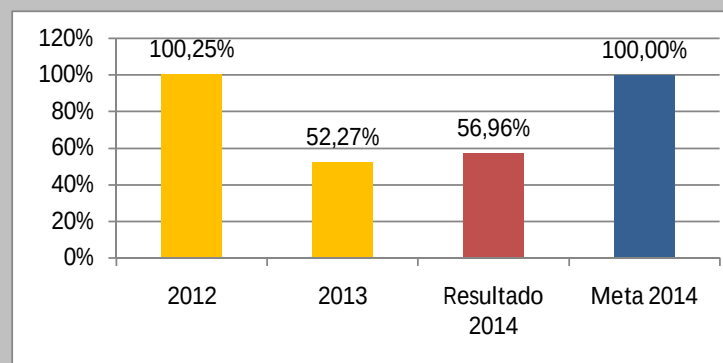
Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia



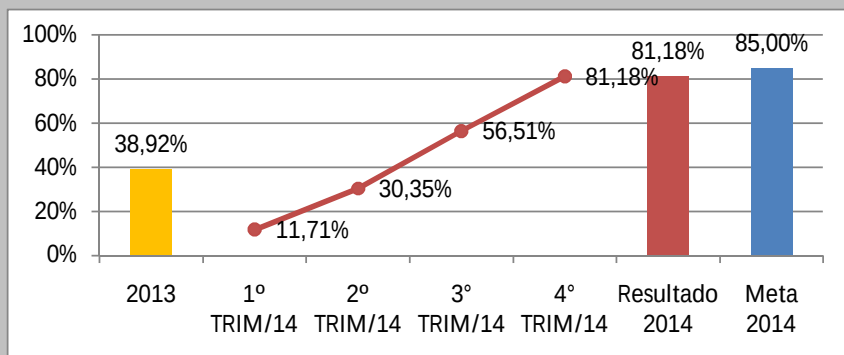
ORÇ 01 - Execução orçamentária



ORÇ 03 - Índice de execução do orçamento estratégico



ORÇ 02 - Índice de execução financeira



Projetos Estratégicos

Sistema de Acompanhamento da Execução

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Orçamento



Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia

Análise de Desempenho

Indicador ORÇ 01: Comparando-se com o resultado do exercício de 2013, o desempenho do indicador em 2014 apresentou um retrocesso considerável. O resultado foi impactado basicamente pela inexecução orçamentária (emissão de empenho) da dotação disponibilizada para a Ação da Construção do edifício sede do TRE-RJ no valor de R\$ 17.628.000,00, sem a qual teria alcançado um percentual de 89,93% e portanto um resultado satisfatório do indicador para uma meta prevista de 100%. **Indicador ORÇ 02:** A evolução deste indicador durante todo o exercício corrente apresentou um crescimento constante e consistente. Atingimos no último trimestre o percentual de 81,18% de execução financeira para um objetivo de 85%. Consideramos plenamente satisfatório o desempenho alcançado. **Indicador ORÇ 03:** Informamos que das nove ações estratégicas incluídas no orçamento de 2014, apenas três ações foram objeto de empenho. Após análise comparativa com o exercício de 2013 verificamos uma pequena melhora neste indicador.

Esclarecemos que compete a esta secretaria tão somente a disponibilização/controle dos recursos orçamentários visando assegurar o pleno atendimento das necessidades relativas as despesas correntes e de investimento, restando às unidades responsáveis a solicitação/execução dos recursos disponíveis para o melhor aproveitamento possível.

Participamos, ainda, que semanalmente enviamos às unidades administrativas relatório contendo informações quanto à execução do orçamento sob suas responsabilidades.

Com relação ao indicador ORÇ 3, propomos que:

§ A análise seja realizada pela ASPLAN, uma vez que é a Unidade Administrativa com visão ampla de todo o Planejamento Estratégico, inclusive no que se refere ao monitoramento dos Projetos. Destaca-se, por exemplo, que algumas Ações Estratégicas podem ter sido empenhadas, no entanto, não terem visibilidade orçamentária para análise dentro do modelo atual de medição;

§ A diminuição da meta de 100% para 85% pois é a parte do orçamento anual mais suscetível às mudanças por parte da alta Administração e portanto às políticas de gestão do período. Acreditamos que a redução da meta retrataria melhor a realidade da instituição em função da discricionariedade desta dotação orçamentária.

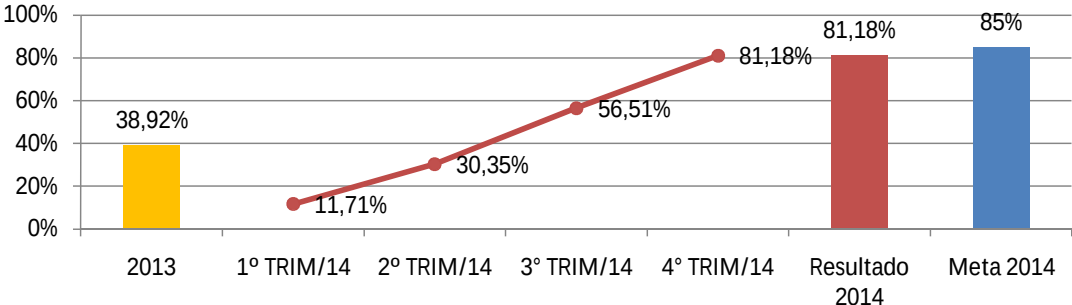
§ A mudança da periodicidade da medição deste indicador de anual para trimestral, proporcionando uma melhor análise e acompanhamento, ensejando tomada de medidas tempestivas, minimizando as sobras orçamentárias e possibilitando a implementação de novas ações.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	ORÇ 01 -EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Comparando-se com o resultado do exercício de 2013, o desempenho do indicador em 2014 apresentou uma considerável diminuição. O resultado foi influenciado basicamente pela inexecução orçamentária (empenho) da dotação disponibilizada para a Ação Construção do Edifício-Sede do TRE-RJ no valor de R\$ 17.628.000,00, sem a qual teria sido alcançado um percentual de 89,93% e portanto, um resultado satisfatório do indicador.		

Variável	2014
OrçExec	R\$ 36.512.559,97
OrçDisp	R\$ 58.095.736,39

Desempenho 62,85%

INDICADORES - 4º TRIMESTRE - 2014				
PROGRAMA TRABALHO RESUMIDO		ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO	VALOR EMPENHADO	%
59478	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	126.710,00	12.150,00	9,59%
59479	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA – NO ESTADO RJ	40.064.583,00	36.110.008,22	90,13%
59480	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADM. (CAPACITAÇÃO)	200.617,00	200.616,74	100,00%
69711	Const.Ed.Sede	17.628.718,39	189.785,01	1,08%
77637	Cartório Rio Bonito	75.108,00	0,00	0,00%
TOTAL		58.095.736,39	36.512.559,97	62,85%

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES								
		INDICADOR:		ORÇ 02 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA						
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia								
O QUE MEDE		A relação entre o valor liquidado e o valor executado do orçamento dentro do exercício.								
COMO MEDIR		Orçamento Liquidado (OrçLiq), dividido pelo Orçamento Executado (OrçExec), multiplicado por cem. EOL = (OrçLiq / OrçExec) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual			
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente			
QUEM MEDE		Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)								
QUEM ANALISA		Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)								
META		Alcançar 85% de liquidação dos recursos executados, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Sistema de Administração Financeira - SIAFI			
Resultado no período							EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Resultado 2014	81,18%								Realizado	Meta
Metas Anuais							1º TRIM/14		11,71%	10,00%
Meta 2014	85%						2º TRIM/14		30,35%	35,00%
							3º TRIM/14		56,51%	60,00%
							4º TRIM/14		81,18%	85,00%
Histórico										
2011	69,59%									
2012	31,93%									
2013	39,27%									
1) Excluem-se do cálculo do indicador as despesas relativas a pessoal, benefícios, contribuição social e pleitos eleitorais.										
2) Entende-se por “orçamento executado” a despesa empenhada.										
3) Entende-se por “orçamento liquidado” as despesas devidamente liquidadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.										

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		ORÇ 02 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

Análise de Desempenho (4º trimestre):

Considerando que atingimos o percentual de 81,18% para uma meta de 85%, vemos como satisfatório o desempenho alcançado.

Minimizando

Variável	1 TRIM	2 TRIM	3 TRIM	4 TRIM
OrçLiq	2.647.297,46	9.955.704,87	20.535.519,34	29.641.112,52
OrçExec	22.607.030,22	32.804.403,36	36.341.478,11	36.512.559,57

Variável	1 TRIM	2 TRIM	3 TRIM	4 TRIM
OrçLiq	2.647.297,46	9.955.704,87	20.535.519,34	29.641.112,52
OrçExec	22.607.030,22	32.804.403,36	36.341.478,11	36.512.559,57

1º trimestre 11,71%
2º trimestre 30,35%
3º trimestre 56,51%
4º trimestre 81,18%

INDICADORES - 1º TRIMESTRE - 2014				
PROGRAMA TRABALHO RESUMIDO		EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHO LIQUIDADO	%
59478	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	6.570,00	3.930,00	60%
59479	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA – NO ESTADO RJ	22.426.122,14	2.583.827,69	12%
59480	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADM. (CAPACITAÇÃO)	0,00	0,00	#DIV/0!
69711	Const.ED Sede	174.338,08	59.539,77	9,00%
TOTAL		22.607.030,22	2.647.297,46	11,71

INDICADORES - 2º TRIMESTRE - 2014				
PROGRAMA TRABALHO RESUMIDO		EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHO LIQUIDADO	%
59478	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	6.570,00	3.930,00	60%
59479	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA – NO ESTADO RJ	32.284.873,28	9.725.931,08	30%
59480	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADM. (CAPACITAÇÃO)	193.622,00	77.429,33	40%
69711	Const.ED Sede	319.338,08	148.414,46	46%
TOTAL		32.804.403,36	9.955.704,87	30,35

INDICADORES - 3º TRIMESTRE - 2014				
PROGRAMA TRABALHO RESUMIDO		EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHO LIQUIDADO	%
59478	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	14.790,00	12.150,00	82,15%
59479	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA – NO ESTADO RJ	35.737.454,03	20.149.735,59	56,38%
59480	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADM. (CAPACITAÇÃO)	269.896,00	183.848,74	68,12%
69711	Const.ED Sede	319.338,08	189.785,01	59,43%
TOTAL		36.341.478,11	20.535.519,34	56,51%

INDICADORES - 4º TRIMESTRE - 2014				
PROGRAMA TRABALHO RESUMIDO		EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHO LIQUIDADO	%
59478	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	12.150,00	12.150,00	100,00%
59479	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA – NO ESTADO RJ	36.110.008,22	29.238.560,77	80,97%
59480	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADM. (CAPACITAÇÃO)	200.616,74	200.616,74	100,00%
69711	Const.Ed.Sede - TRE-RJ	189.785,01	189.785,01	100,00%
TOTAL		36.512.559,97	29.641.112,52	81,18

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES															
		INDICADOR:		ORÇ 03 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO													
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia															
O QUE MEDE		O percentual entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal.															
COMO MEDIR		Valor executado nas iniciativas estratégicas (VExecInicEst), dividido pelo valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas (VDisInicEst), multiplicado por 100. EOE = (VExecInicEst / VDisInicEst)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual										
						QUANDO MEDIR:	Anualmente, em janeiro.										
QUEM MEDE		Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)															
QUEM ANALISA		Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)															
META		Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	LOA, Créditos Orçamentários e Planejamento Estratégico										
Resultado no período		<table><tr><th>Ano</th><th>Valor</th></tr><tr><td>2012</td><td>100,25%</td></tr><tr><td>2013</td><td>52,27%</td></tr><tr><td>Resultado 2014</td><td>56,96%</td></tr><tr><td>Meta 2014</td><td>100,00%</td></tr></table>				Ano	Valor	2012	100,25%	2013	52,27%	Resultado 2014	56,96%	Meta 2014	100,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Ano	Valor																
2012	100,25%																
2013	52,27%																
Resultado 2014	56,96%																
Meta 2014	100,00%																
Resultado 2014	56,96%						Realizado	Meta									
Metas Anuais		2013	52,27%	100,00%													
Meta 2014	100,00%	2014	56,96%	100,00%													
Histórico																	
2012	100,25%																
2013	52,27%																

1) Iniciativas estratégicas são aquelas indicadas no Plano Estratégico do Tribunal e as que passem a compor o portfólio de projetos estratégicos ao longo da execução da estratégia.

2) O total disponibilizado para as iniciativas estratégicas deve ser considerado a partir da aprovação da LOA.

3) Entende-se por “valor disponibilizado” a dotação final, isto é, a dotação inicial acrescida dos respectivos créditos adicionais (para iniciativas estratégicas).

4) Entende-se por “valor executado” a despesa empenhada (para iniciativas estratégicas).

 Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		ORÇ 03 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO
Informamos que das nove ações estratégicas incluídas no orçamento de 2014, apenas três ações foram objeto de empenho, conforme podemos verificar na planilha TRE RJ encaminhada em anexo. Após análise comparativa com o exercício de 2013 verificamos uma pequena melhora neste indicador. Esclarecemos que compete a esta secretaria tão somente a disponibilização/controlar dos recursos orçamentários visando assegurar o pleno atendimento das necessidades relativas às despesas correntes e de investimento, restando às unidades responsáveis a solicitação/execução dos recursos disponíveis para o melhor aproveitamento possível. Participamos, ainda, que semanalmente enviamos às unidades administrativas relatório contendo informações quanto à execução do orçamento sob suas responsabilidades. Com relação ao indicador ORÇ 3, propomos que: § A análise seja realizada pela ASPLAN, uma vez que é a Unidade Administrativa com visão ampla de todo o Planejamento Estratégico, inclusive no que se refere ao monitoramento dos Projetos. Destaca-se, por exemplo, que algumas Ações Estratégicas podem ter sido empenhadas, no entanto, não terem visibilidade orçamentária para análise dentro do modelo atual de medição; § A diminuição da meta de 100% para 85% pois é a parte do orçamento anual mais suscetível às mudanças por parte da alta Administração e portanto às políticas de gestão do período. Acreditamos que a redução da meta retrataria melhor a realidade da instituição em função da discricionariedade desta dotação orçamentária. § A mudança da periodicidade da medição deste indicador de anual para trimestral, proporcionando uma melhor análise e acompanhamento, ensejando tomada de medidas tempestivas, minimizando as sobras orçamentárias e possibilitando a implementação de novas ações.			

AÇÕES ESTRATÉGICAS LANÇADAS NO SIGEPRO PARA 2014

31/12/2014

AÇÃO ESTRATÉGICA	Programa de Trabalho	Plano Interno	Proposta Orçamentária	Valor Empenhado	Valor Disponível
Capacitação de Recursos Humanos (COEDE)	Capacitação	ERJ RHTINTE	200.617,00	200.616,74	0,26
Eleitor do Futuro (EJE)	Capacitação	ERJ RHTINTE	35.376,00	-	35.376,00
	Comunicação	ERJ DIVULGA	61.350,00		61.350,00
Gestão por Competências (COEDE)	Julgamento	ERJ GESCOM	250.000,00	276.574,10	(26.574,10)
TRE vai à Escola (EJE)	Comunicação	ERJ TRESOL	5.940,00	-	5.940,00
TRE Cidadão (EJE)	Comunicação	ERJ TRESOL	590,00	0	590,00
Mesário Voluntário (CRE)	Comunicação	ERJ MESVOLU	53.830,00	12.150,00	41.680,00
	Julgamento	AOSA ACOEDU	85.000,00		85.000,00
Dez mitos sobre o sistema eleitoral brasileiro (ASCOM)	Comunicação	ERJ MITOSEL	5.000,00		5.000,00
Justiça Eleitoral Itinerante (SAD)	Julgamento	ERJ JUSITIN	144.319,90	-	144.319,90
Guia de compras sustentáveis (Equipe Ambiental)	Julgamento	ERJ RHTINTE	17.000,00	-	17.000,00
TOTAL:			859.022,90	489.340,84	369.682,06

Indicador ORÇ 03:

57%